



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA



Oswaldo José de Almeida Cardoso

Ensino de história e saberes patrimoniais:
aprendizagens históricas por intermédio de experiência na feira da Cidade Nova IV -
Ananindeua/Pará

Ananindeua-PA

2023

Oswaldo José de Almeida Cardoso

Ensino de história e saberes patrimoniais:

aprendizagens históricas por intermédio de experiência na feira da Cidade Nova IV -

Ananindeua/Pará

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História/Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará/Campus Universitário de Ananindeua como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador(a): Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita

Linha de Pesquisa: Saberes históricos em diferentes espaços de memória

Ananindeua-PA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268e Cardoso, Oswaldo José de Almeida.
Ensino de História e Saberes Patrimoniais: : Aprendizagens
Históricas por Intermédio de Experiência na Feira da Cidade Nova
IV, Ananindeua-Pa / Oswaldo José de Almeida Cardoso. — 2023.
141 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Thiago Broni de Mesquita
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Ananindeua, Mestrado Profissional em
Ensino de História, Ananindeua, 2023.

1. Ensino de História . 2. Consciência Histórica . 3.
Educação Patrimonial . 4. Feira de Ananindeua/Pa. 5. História
em Quadrinhos (HQ). I. Título.

CDD 370.71

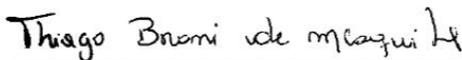
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA

MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

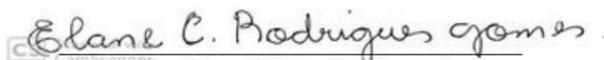
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO DISCENTE

OSWALDO JOSÉ DE ALMEIDA CARDOSO

A Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação, presidida pelo orientador Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita e constituída pelos examinadores Profa. Dra. Elane Cristina Rodrigues Gomes, Prof. Dr. João Antonio Fonseca Lacerda Lima e Prof. Dr. Túlio Pinho de Vasconcelos Chaves, reuniu-se no dia 26 de junho de 2023, às 09:00 horas, através de videoconferência na Plataforma Google Meet, para avaliar a Defesa de Dissertação do mestrando OSWALDO JOSÉ DE ALMEIDA CARDOSO intitulada: "ENSINO DE HISTÓRIA E SABERES PATRIMONIAIS: aprendizagens históricas por intermédio de experiência na feira da Cidade Nova IV, Ananindeua/PARÁ." Após explanação do mestrando e sua arguição pela Comissão Examinadora, a dissertação foi avaliada depois que todos os presentes se retiraram. Desta apreciação, a Comissão Examinadora retirou os seguintes argumentos: 1) que a dissertação atendeu prontamente a todas as recomendações feitas à época do exame de qualificação; 2) que o mestrando respondeu com propriedade a todas as indagações e questionamentos da Banca; 3) que o mestrando construiu argumentos coerentes, dentro de uma escrita que guarda um estilo e clareza a serem exaltados; 4) e que por todos estes aspectos a dissertação foi aprovado, com conceito excelente pela Comissão, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Curso.



Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita
Orientador



Profa. Dra. Elane Cristina Rodrigues Gomes
Membro Externo da Banca / UFPA



Prof. Dr. João Antonio Fonseca Lacerda Lima
Membro Externo da Banca / UFPA



Prof. Dr. Túlio Pinho de Vasconcelos Chaves
Membro da Banca / PROFHISTÓRIA/UFPA

Dedico essa pesquisa à memória de minha querida mãe (Maria José) que deixou este plano em 2017 com o grande ensinamento para mim: “Nunca desista de seus sonhos, tenha o estudo como a arma mais poderosa de transformação e para vencer!”.

AGRADECIMENTOS

A Deus por conceder mais uma oportunidade de vida após a enfermidade da Covid-19 e estar concluindo mais esse desafio.

Ao Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHist) por direcionar temas relevantes para formação de profissionais e vidas dos educandos.

A todos os alunos das turmas 1003 e 1004, do 1º ano do ensino médio, por terem contribuído significativamente para a consolidação deste trabalho final.

Ao amigo Vitor Almeida pela dedicação no trabalho da ilustração da HQ, na visitação à feira e registros no espaço escolar.

Aos trabalhadores da feira pelas trocas de saberes tecidas na feira da Cidade Nova IV.

À minha amiga, colega de trabalho, filósofa e parceira de desabafos diários sobre a educação pública, Stephanie Sousa. Muito obrigado!

À memória de minha mãe, Maria José, que sem dúvidas foi e é minha referência de garra, perseverança, luta, amor e sabedoria para me educar e ter um futuro melhor com base nos estudos. Onde eu estiver, estarás comigo, mãe. Obrigado por tudo!

Às minhas tias Eliete, Elizete e Nazaré pelos convites de almoços, momentos de distração e trocas de afetos.

Ao meu parceiro de vida, amigo, historiador e companheiro do dia a dia Carlos Arthur, por aguentar minhas turbulências de humor em decorrência das exigências acadêmicas e profissionais, por nunca ter desistido de sonhar meus sonhos desde 2008 e, principalmente, ficar ao meu lado nos momentos tristes e felizes. Obrigado por tudo.

Ao meu querido orientador de mestrado, Prof. Dr. Thiago Broni de Mesquita, pelos saberes tecidos nesta jornada acadêmica nada fácil. Muito obrigado pela confiança em acreditar desde o início desta pesquisa, pela paciência nos dias de atrasos na escrita e as desculpas inevitáveis da vida. Gratidão!

Aos professores e professoras do Programa em Ensino de História, Campus Ananindeua, em especial, Adilson Brito, Tulio de Vasconcelos, Wesley Garcia e Siméia Lopes.

RESUMO

A pesquisa de investigação de mestrado profissional busca analisar mecanismos didáticos e pedagógicos de aprendizagens envolvendo Educação Patrimonial e o Ensino de História com discentes do 1º ano do Ensino médio. Utilizará como lócus de observações tais discentes da Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana e o espaço comercial da feira livre da Cidade Nova IV, respectivamente, situados no Município de Ananindeua/Pará. O despertar desta iniciativa de estudo deu-se pelos anos de atuação como professor da rede básica de ensino, na qual identificou-se que as discussões sobre os diversos tipos de patrimônios culturais existentes no município em questão, ou/e no próprio bairro em que os alunos residem, ainda permanecem distantes dos debates em salas de aula, ocasionando direta e indiretamente uma consciência histórica de marginalização dos espaços de valores simbólicos e culturais ligados à própria formação da identidade e história local dos indivíduos. Ou seja, a propositura iniciada busca auxiliar aproximação da práxis docente, espaço vivido e sala de aula sobre educação patrimonial; a execução dos conteúdos nos currículos escolares e, principalmente; despertar “teias de significados” (GEERTZ, 1978) como mecanismos didáticos, postulado nos estudos rüsenianos da consciência histórica. A história em quadrinhos (HQ) intitulada “As aventuras da Escola JRM: o despertar patrimonial da Feira” será o produto educacional como resultado da dissertação de mestrado, onde será articulado o diálogo entre a teoria e a prática de construção de conhecimento usando a Feira da Cidade Nova IV em Ananindeua.

Palavras-chave: Ensino de História local. Consciência Histórica. Educação Patrimonial. Feira em Ananindeua/Pará. História em Quadrinhos (HQ).

ABSTRACT

The professional master's research seeks to analyze didactic and pedagogical mechanisms of learning involving Heritage Education and History Teaching with students of the 1st year of high school. It will use as locus of observations such students of the Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana and the commercial space of the free fair of Cidade Nova IV, respectively, located in the Município de Ananindeua/Pará. The awakening of this study initiative was due to the years of acting as a teacher of the basic education network, to which it was identified that the discussions about the different types of cultural heritage existing in the municipality in question, or/and in the neighborhood itself where students reside, still remain distant from debates in classrooms, directly and indirectly causing a historical awareness of the marginalization of spaces with symbolic and cultural values linked to the very formation of individuals' local identity and history. In other words, the proposal initiated seeks to help approximations of teaching praxis, lived space and classroom on heritage education; the execution of the contents in the school curricula and, mainly; awakening “webs of meaning” (GEERTZ, 1978) as didactic mechanisms, postulated in Rüsen's studies of historical consciousness. The comic book (HQ) entitled "The adventures of the JRM School: the heritage awakening of the Fair" will be the educational product because of the master's dissertation, where the dialogue between theory and practice of knowledge construction using the Fair will be articulated. of Cidade Nova IV in Ananindeua.

Keywords: Local History Teaching. Historical Consciousness. Heritage Education. Fair in Ananindeua/Pará. Comics (HQ).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dinâmicas da feira do Município de Abaetetuba, com vendas de biscoitos de rosquinhas, peixes da pesca local, insumo do açaí e miriti e despacho de mercadorias no	44
Figura 2 - Feira Medieval. Mostaert, Gillis. "Village Fair" (1590).....	48
Figura 3 - Fachada de entrada do “Quilombo do Abacatal”, Ananindeua/Pará	53
Figura 4 - Estrada de Ferro Bragança, fim do século XIX	53
Figura 5 - Curtume Maguary, em Ananindeua, 1929.....	54
Figura 6 - Mapa do Município de Ananindeua/Pará	55
Figura 7 - Área Rural, Região das Ilhas de Ananindeua/Pará	56
Figura 8 - Bairro da Cidade Nova - 1970	57
Figura 9 - Vista panorâmica de parte da Cidade Nova VII e IV	57
Figura 10 - Feira Nova da Cidade Nova IV	59
Figura 11 – “Feira velha” da Cidade Nova 4 atualmente	59
Figura 12 - Avenida Arterial 18 com apropriações de barracas no canteiro central e na Via ..	60
Figura 13 - Área onde estão os feirantes e o novo local escolhido	62
Figura 14 - Lote comprado pela prefeitura para a nova feira	62
Figura 15 - Projeto visto por cima da Nova Feira do IV e Planta geral	63
Figura 16 - Box de ervas e temperos reformado. A feirante de ervas Cindy com os discentes da Escola Rômulo Maiorana, Letícia e Felipe	65
Figura 17 - Vendedora de verduras e frutas, Raquel, sendo entrevistada por alunos e professor Arthur	66
Figura 18 - Box de vendas de camarões regionais	67
Figura 19 - Feira Nova do quatro passando por reformas	68
Figura 20 - Fachada da escola Jornalista Romulo Maiorana.....	71
Figura 21 - Feira do IV (Velha) com vendas de abanador e cesto de tala de Japati; Óleo de Andiroba, Copaíba, mel e outros produtos da medicina natural e popular da Amazônia	72
Figura 22 - O que você considera patrimônio cultural do mundo?	76
Figura 23 - O que você considera como patrimônio cultural em Belém do Pará?	77
Figura 24 - Registros da atividade de campo	81
Figura 25 - Entrevista da aluna Ana no Box do peixe do seu José e Maria de Fátima. Feira Antiga da Cidade Nova IV, Ananindeua/Pará.....	83
Figura 26 - Loja de vendas de artigos religiosos e imagem de Iemanjá (Nossa senhora dos Navegantes) e São Jerônimo (Xangô)	85

Figura 27 - Box de ervas e temperos. A feirante de ervas Cindy com os discentes da Escola Rômulo Maiorana, Felipe e Letícia 87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Ceasa/Pará – Centro de Abastecimento do Pará

COHAB – Companhia de Habitação do Estado do Pará

HQ – História em Quadrinhos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais; Transexuais, Queer; Intersexo, Assexual e outros grupos e variações de sexualidade e gênero

PROFHIST/UFPA – Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Plano Nacional do Livro Didático

Secult/Pará – Secretaria da Cultura do Pará

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	ENSINO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS	23
2.1.	PATRIMÔNIO COMO DISPUTAS DE PODERES	23
2.2.	EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM EMERGÊNCIA	29
2.3.	HISTÓRIA LOCAL E O ENSINO DE HISTÓRIA	37
3	APRENDIZAGEM HISTÓRICA POR INTERMÉDIO DAS EXPERIÊNCIAS NA FEIRA DA CIDADE NOVA IV, ANANINDEUA/PARÁ.....	42
3.1.	ESPAÇOS QUE CONTAM HISTÓRIAS: OLHARES, EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS DO PROFESSOR/PESQUISADOR	42
3.2.	A FEIRA DE ONTEM E HOJE: UMA BREVE HISTÓRIA DAS FEIRAS	47
3.3.	A FEIRA DA CIDADE NOVA IV - ANANINDEUA/PARÁ COMO POSSIBILIDADE DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NAS AULAS DE HISTÓRIA.....	52
3.3.1.	Uma breve história de Ananindeua/Pará	52
3.3.2.	A feira da Cidade Nova IV na perspectiva de pensar os patrimônios	58
4.	HISTÓRIA EM QUADRINHOS (HQ) “AS AVENTURAS DA ESCOLA RÔMULO: O DESPERTAR PATRIMONIAL NA FEIRA”	70
4.1.	“AQUI TEM PATRIMÔNIO?”: A FEIRA DA CIDADE NOVA IV COMO POSSIBILIDADES DE DEBATES PATRIMONIAIS NA ESCOLA ESTADUAL JORNALISTA RÔMULO MAIORANA	70
4.2.	“BATE PAPO DO PATRIMÔNIO”: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL A PARTIR DA FEIRA DO IV, EM ANANINDEUA/PARÁ.....	74
4.3.	ANÁLISES E EXPERIÊNCIAS DOS ALUNOS EM CAMPO DA FEIRA DA CIDADE NOVA IV, ANANINDEUA/PARÁ	80
4.4	ELABORANDO A HQ: “AS AVENTURAS DA ESCOLA RÔMULO MAIORANA: O DESPERTAR PATRIMONIAL NA FEIRA”	90
4.5.	PRODUTO DIDÁTICO EM FORMA DE HISTÓRIA EM QUADRINHOS (HQ): AS AVENTURAS DA ESCOLA RÔMULO: O DESPERTAR DO PATRIMÔNIO NA FEIRA”	93
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
	REFERÊNCIAS	111
	APÊNDICE	114

1 INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado intitulada “Ensino de história e saberes patrimoniais: aprendizagens históricas por intermédio de experiência na feira da Cidade Nova IV, Ananindeua/Pará” é produto de um estudo de campo realizando nos últimos três anos no âmbito do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal do Pará (ProfHist/UFPA). A pesquisa estabelece diálogos possíveis entre ensino de história, educação patrimonial e história local.

Antes de o leitor atento adentrar as páginas que compõem esse trabalho é importante destacar três importantes situações. A primeira delas diz respeito ao antes de tudo, quando a partir do ano de 2009 passei a atuar como professor de história na rede pública de ensino das regiões Metropolitanas de Belém e nas ilhas do Baixo Tocantins. A segunda fala sobre meu acesso ao ProfHist/UFPA no ano de 2020, fazendo parte, portanto, das chamadas “turmas da pandemia de Covid-19”, fato que comprometeu bastante a qualidade dos debates, necessários a quem se propõe seguir no caminho da pós-graduação. O terceiro diz respeito ao fato de que desse processo fui um sobrevivente, pois no ano de 2021 contraí o vírus de Covid-19 e desenvolvi o quadro grave da doença, chegando a ficar internado. Tal situação acarretou sequelas neurológicas as quais ocasionaram comprometimento da chamada “escrita fina”, bem como situações relacionadas à memória e outros danos associados. Todas essas questões foram compartilhadas com meu orientador, bem como com a banca de qualificação, nesse sentido, apresentamos nas próximas linhas um trabalho possível e honesto.

A necessidade de grifar e marcar meu lugar de fala como agente social (HARTOG, 1996) se faz necessário para o desenvolvimento dessa caminhada de percepções sobre os diversos modos de ensino e de ensinar, mas tendo como unanimidade temas que respeitem o local e as necessidades do tempo presente (p. 126-127).

Neste caso, abordar de educação patrimonial e o ensino a partir do local da feira torna-se um desafio que paira com a própria execução dos currículos escolares, passando pelas produções dos livros didáticos e até a realidade no chão da escola sobre as consciências históricas sobre patrimônio cultural, ou, melhor dizendo, os patrimônios culturais.

Segundo pesquisa realizada por Cordeiro (2021), para falar sobre os patrimônios de terreiro afro religiosos em Belém do Pará, usando como abordagem de identificação o método do historiador e filósofo Alemão Jörn Rüsen, no que diz respeito ao âmbito do Ensino de

História sobre a “Consciência Histórica”¹ em sala de aula, notou-se nas narrativas dos discentes um total desconhecimento das expressões artísticas e culturais das casas de santo como um patrimônio e, em muitos casos, uma consciência pautada no desconhecido e até preconceituosa sobre os artefatos materiais e imateriais.

Tal pesquisa desenvolvida pelo autor despertou-me em umas de minhas aulas com os alunos do 1º ano do ensino médio, na Escola Jornalista Rômulo Maiorana (onde atuo desde 2013), o tema sobre Idade Média, ao qual se abordava, em específico, as rupturas e continuidade na história usando como exemplo as feiras medievais. Notou-se um despertar de conectividade entre o passado e o presente através de espaço vivo da feira atual.

Todavia, ao adentrar aos debates patrimoniais e bens de valores históricos, percebe-se que os discentes possuem uma consciência histórica ainda arraigada a moldes tradicionais de patrimônio, como prédios históricos, objetos antigos, pinturas históricas etc., não conseguindo identificar os patrimônios “para além da pedra e do cal (FONSECA, 2003). Ou seja, para Carvalho e Meneguello (2020) a educação patrimonial pode ser um intermediador de identificação do passado com valores existentes do presente respeitando espaços, técnicas, saberes, formas de trabalho e um instrumento político de viver e relacionar-se no local.

Ao abordar o tema de Idade Média em sala de aula com os alunos do 1º ano do ensino médio, notou-se lacunas de temporalidades desconexas da realidade local, fazendo com que muitos alunos não percebam conectividade entre passado e presente, tornado, em muitos casos, o ensino de história sem fundamentos práticos para suas vivências escolares e cotidianas fora do espaço escolar.

Vale compreender nessa pesquisa a importância dos preceitos de Lucien Febvre (2009) sobre o risco mortal para o historiador – “o pecado do anacronismo”. Para isso é necessário cautelas, como aponta Sandra Regina Oliveira (2019) ao debater o conceito de anacronismo justificado que os personagens/ações de um tempo não podem ser utilizados como elementos e argumentos de outras épocas, pois não encontram alinhamento (p. 20).

Todavia, pesquisas no campo do ensino de história nos impulsionam a olhar e fazer o ensino de história para além dos livros, como Circe Bittencourt, ao mergulhar nos saberes, métodos e ensino de história em sala de aula (2009); Selva Guimarães Fonseca (2003) com o uso de práticas e aprendizagens construídas em sala como mecanismos de ensinar história; Ana

¹ “Termo utilizado para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos construtivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que representa, situadas no tempo histórico” (Dicionário de Ensino de História, 2019, p. 55).

Maria Monteiro (2000) apontando dificuldades e possibilidades de ensinar história para além dos conteúdos e espaços tradicionais. Tais domínios teóricos imbricados com prática e experiências com a realidade em sala de aula proporcionam dinâmicas no modo de ensinar história, respeitando as diferentes temporalidades e o espaço local, ou seja, pontos de partidas e conexões para questionamentos e interrogações sobre o passado e o presente.

Neste caso, quais seriam os desafios e possibilidades do professor em criar estratégias para ensinar história, respeitando as particularidades locais e as diferentes temporalidades e, conseqüentemente, despertar conexões de pensar historicamente atrelando os espaços de identidade cultural e os conteúdos obrigatórios curriculares?

Pensado nessas questões de minha vivência e adaptações em comunidades ribeirinhas e na região metropolitana; observações do distanciamento entre passado e presente nas aulas de história e; refletir inquietações do patrimônio cultural como um agente não estático e tradicional, é que surge o tema da educação patrimonial nas aulas de história utilizando o conceito desenvolvido por Rüsen sobre Consciência histórica e o espaço da feira de Ananindeua como estratégia para despertar o ensino da história local com os alunos da Escola Estadual Rômulo Maiorana.

No que tange as discussões e execuções de implementar debates sobre Educação Patrimonial atrelada ao ensino de história local, torna-se para muitos professores e professoras da rede básica de ensino um grande desafio, principalmente ao cumprir os conteúdos obrigatórios do ano letivo, obedecendo os parâmetros curriculares e temas transversais que são caros para a formação cultural, histórica e identitária de um povo ou nação.

No que versa a necessidade da importância dos debates patrimoniais no ensino de história, a dissertação de mestrado profissional de Marciane de Souza (2019) nos aponta indicativos plausíveis das relações que os estudantes do estado de Mato Grosso (MT) compreendem sobre o patrimônio local urbano da cidade e, principalmente, como irão dar significados e ressignificados aos espaços e manifestações comuns a eles como rios, praças, festas e memórias individuais e coletivas, ou seja, por meio dos mecanismos da história local foi possível criar redes de conexões afetivas e pessoas capazes de gerar memória de cuidado e pertencimento do espaço urbano local e, conseqüentemente, o cuidado para a salvaguarda dos bens patrimoniais materiais e imateriais da cidade.

Todavia, ao tratar sobre história local, memória individual e coletiva e patrimônios adentramos em campos turbulentos de disputas de poderes que passam por questões políticas, econômicas e culturais. Canclini (1998), em “Culturas Híbridas” nos indica justamente tais relações de poder contidas nos patrimônios materiais em estarem em constante disputa por

visibilidade, pois quanto mais estão próximas ao grande circuito da produção cultural, mais serão consideradas como objetos importantes para a formação de narrativas de identidades. Ideia essa reforçada pelo autor em “Sociedade Sem Relato” (2012), ao abordar que o patrimônio tem o caráter de unir povos e combater desigualdades, mas, também, não foge à regra de excluir outros patrimônios do circuito. Possuir interesses de seleção de qual patrimônio deve ou não ser salvaguardado.

Para Dominique Poulot (2011), há relações de poder incutidas na preservação do patrimônio no próprio critério de seleção daquilo que se deve ou não salvaguardar. Para o autor, os patrimônios que ficam de fora dos espaços legitimadores do patrimônio são os que estão em constante busca por serem evidenciados e valorizados, pois quanto mais distante ficam das produções culturais, mais difícil fica para conseguir formular uma consciência de identidade e pertencimento sobre os bens (p. 477).

Maria Célia Lordes Fonseca (2003) em “Para além da pedra e cal”, nos direciona para os debates patrimoniais em uma perspectiva diferenciada do patrimônio cultural tradicional, principalmente no que diz respeito à materialidade do patrimônio. A autora contribui significativamente para olhar os outros tipos de patrimônio, neste caso, os patrimônios imateriais ou tangíveis, como exemplo, os cheiros, as sensações, as memórias, festas religiosas, celebrações etc., que emergiram na década de 70 do século XX por grupos coletivos que reivindicavam seu reconhecimento de importância social e cultural. Neste movimento de visibilidade cultural adentram manifestações populares que por séculos foram escamoteados pelas produções do patrimônio.

Ademais, o patrimônio cultural é uma disputa de poder que envolve laços simbólicos, culturais e políticos que, de certa forma, ditam regras e contornam quais bens devem ou não ser lembrado para formar identidades.

Pensando nesses debates, surgem questionamentos para o âmbito da educação patrimonial nas aulas de história, que permeiam os seguintes aspectos: Quais patrimônios existentes no município de Ananindeua/Pará que sirvam de parâmetros de identificações culturais? Quais consciências patrimoniais os discentes carregam em seu cotidiano e na vida escolar? Como os educandos compreendem a feira da Cidade Nova IV em Ananindeua? Há pontos de conexões para os alunos entre o passado e presente para pensar historicamente através da feira?

São inúmeros os questionamentos que cercam o pensar do local vivido com o ensino de história e educação patrimonial, requerendo fôlego para ampliar essa pesquisa em um curto espaço de tempo. Entretanto, tais inquirições nos fazem refletir a seguinte pergunta chave de

investigação: Quais nuances inseridas no ensino da história local, utilizando a feira da Cidade Nova IV em Ananindeua e os alunos do 1º ano do ensino médio, podem despertar a consciência sobre os patrimônios nas aulas de história?

Para tentar responder as lacunas de pesquisa para o campo do ensino de história local e educação patrimonial, usou-se como metodologia estudo levantamento bibliográfico com base nas disciplinas do mestrado profissional em Ensino de História, em especial nas disciplinas: “Teoria da história”, “História local, usos e potencialidades pedagógicas” e “Cidade, patrimônio urbano e ensino de história”; Debates e rodas de conversas sobre educação patrimonial nas aulas de história com os discentes de duas turmas do 1º ano do Ensino Médio; Aplicação e análise de questionário para a percepção prévia sobre o entendimento de patrimônio e a feira local; Técnica antropológica de imersão² em campo ou para o campo do Ensino de História como saberes construídos em diferentes espaços, usando a feira da Cidade Nova IV e os discentes como agentes de conexões e; como resultado de pesquisa utilizará como produto didático a História em Quadrinhos (HQ).

Essa pesquisa para o ensino de história vem com uma proposta didática e lúdica com imersão em campo, que vem dinamizar as interações das relações entre professor e estudantes em sala de aula, servirá como uma ferramenta facilitadora do ensino e aprendizagem desse aluno para a disciplina de história, ajudando o mesmo a compreender o passado e o tempo presente fazendo essa relação com a história e o seu cotidiano, além de estimular o desenvolvimento da sua “Cultura Histórica”³ (BERETA, 2019) patrimonial no espaço escolar.

Essa dissertação de mestrado será dividida em três seções indispensáveis que permeiam o Ensino de História, Educação Patrimonial, Experiência em sala e campo e resultado da pesquisa com Produto Didático do HQ (História em quadrinhos). Na primeira seção intitulada “Educação patrimonial e ensino de história: desafios contemporâneos” discutiremos as relações de poderes inseridas nos debates patrimoniais e, como a educação patrimonial emerge neste cenário educacional como uma pauta de possibilidade necessária para o ensino de história local. Usarei como parâmetro bibliográfico para essa seção, no que diz respeito à educação patrimonial: “Cultura, história, valores patrimoniais e museus” (POULOT, 2011), “Guia básico de educação patrimonial” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), “Patrimônio Imaterial

² [...] é uma técnica construída a partir das experiências dos interlocutores em diálogos com as escolhas teóricas do pesquisador, numa relação dinâmica que possibilite a escrita final” (Magnani, 2009). Já na perspectiva antropológica de Lévi-Strauss (1993) seria o contato direto imbuindo as sensações diversas do sentir e estranhar para obtenção de análise.

³ [...] modo como as pessoas ou grupo de humanos se relacionam com o passado. Em outras palavras, corresponde às formas pelas quais elaboramos experiências situando-as no tempo e espaço (Cultura Histórica. In. Dicionário de Ensino de História. 2019, p. 66).

no Brasil” e “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil” (FONSECA, 2008, 2005 e 2012) e para as discussões de história local: “Ensino de História, Memória e História Local” e; “História do ensino de história no Brasil: uma proposta de periodização” (BARROS, 2013 e SCHMIDT, 2007). Ou seja, buscará nesta seção contemplar discussões com base no tripé patrimônio, educação patrimonial e ensino de história local numa lógica teórica de entendimento conceitual.

A segunda seção, “Aprendizagem histórica por intermédio de experiência na Feira da Cidade Nova IV, Ananindeua/Pará”, busca problematizar, com base nos estudos de Cristiane Bereta da Silva (2019) Katia Abud (2005) sobre conhecimentos históricos construídos no espaço escolar. Utilizarei como parâmetros norteadores os debates de Circe Bittencourt (2004) ao discutir o gerenciamento do conhecimento científico por intermédio do espaço escolar (p. 37). Neste caso, buscarei criar conexões entre minhas experiências e vivências pessoais desde 2009, como professor de história da rede básica de no ensino, como teias de construções de saberes que desaguam no modo de ensinar em diferentes espaços. Nesta mesma seção, buscarei fazer um breve levantamento histórico, com base no livro “Por amor às cidades” (LE GOFF, 1998), sobre as feiras medievais e suas relações sociais. Todavia, será de fundamental importância perceber como tais espaços comerciais na Idade Média ressignificaram-se para as feiras na atualidade como “lugares de memória” (NORA, 1993), relações de formações econômicas, sociais e culturais.

Já na terceira e última seção “História em Quadrinhos (HQ): “As aventuras da Escola Rômulo: o despertar patrimonial da feira”, iremos dividir em quatro subseções: 1) apresentar a feira da Cidade Nova IV em Ananindeua/Pará e perceber como esse espaço dinâmico e comercial no bairro pode ser lócus de aprendizagem que nos possibilitará reflexões sobre os debates de educação patrimonial a partir do local vivido dos discentes da Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana. 2) Discutiremos os mecanismos metodológicos da aplicação e resultados dos questionários, as experiências das rodas de conversa; 3) visitação à feira o com as duas turmas do 1º ano do Ensino Médio, após experiência e formação teóricas envolvendo Educação Patrimonial, ensino de história e a feira em questão e; 4) Elaboração da HQ: “As aventuras da Escola JRM: o despertar patrimonial da feira”, como produto/resultado didático e pedagógico que facilitará a compreensão da importância da educação patrimonial nas aulas de história a partir do espaço da feira da Cidade Nova IV. Será usado como base para a escrita desta seção debates de Maria Auxiliadora Schmidt (2009) e Circe Bittencourt (2009) sobre os conhecimentos e métodos históricos produzidos em diferentes espaços dentro e fora da sala de aula; as metodologias Freirianas de educação através de experiências do cotidiano, assim como

uma educação de interações entre professor e discentes nas construções de saberes e; para elaboração da história em quadrinhos o trabalho de Maicon Belusso (2019) irá auxiliar a importância teórica e prática da utilização dos HQ's para o ensino de história, mostrando a aplicabilidade de tal ferramenta para o bom desenvolvimento de saberes em sala de aula.

Acredita-se que tal pesquisa venha a contribuir para o campo do ensino e didática da história como mecanismo facilitador de um pensar histórico lúdico com novas abordagens envolvendo a história do passado e os diferentes espaços vividos na atualidade pelos discentes. Ou seja, essa investigação de pesquisa buscará desempenhar estratégias multidisciplinares tanto aos profissionais da educação, quanto para os alunos, com perspectivas do despertar de uma consciência histórica que rompe com as narrativas tradicionais de entender a história usando as diversidades culturais locais.

2 ENSINO DE HISTÓRIA, EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E OS DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

2.1. Patrimônio como disputas de poderes

A noção do patrimônio busca em sua fundamentação deixar heranças e marcas no tempo através de seus bens de natureza material ou simbólica. Entretanto, falar dos patrimônios nos seus contextos de origens históricas clássicas é adentrar na visão tradicional e consolidada do patrimônio edificado/material que está na mentalidade e construções históricas de populações, ao qual carregam inúmeras interpretações sobre patrimônio e, em muitos casos, pautados nessas narrativas unilaterais dos bens culturais hegemônicos.

Hoje, os patrimônios culturais correspondem, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como bens culturais de natureza material e imaterial com valores de caráter históricos, artísticos, culturais ou ambientais que tenham expressividades para grupos e comunidades. Esses agentes que vivem de forma coletiva atribuem sentidos importantes para a preservação e salvaguarda de identidades e memórias, tendo como parâmetros legais as autarquias governamentais para oficializar o processo de patrimonialização do tombamento ou registro dos bens culturais.

Os debates sobre patrimônio, ou, melhor dizendo, dos patrimônios culturais, sempre estiveram nos cerne das questões sociais, políticas, simbólicas e econômicas de grupos sociais mundo à fora. Entretanto, nota-se que os debates patrimoniais vêm ao longo dos anos, em específico a partir das décadas 70 e 80 do século XX, ganhando espaço e corpo para atender as reivindicações dos diversos grupos sociais pela legitimação dos seus bens culturais.

Mas, antes de adentrar nas complexidades das disputas de poderes que norteiam o patrimônio cultural se faz necessário, primeiramente, buscar as concepções dos conceitos dos termos patrimoniais para entender a lógica imbuída em seus valores. Em estudos mais aprofundados fica perceptível notar que a palavra patrimônio é um campo vasto de interpretações e definições, mas carrega em suas bases iniciais, desde a antiguidade como um constructo social definitivamente Ocidental (CANCLINI, 2008); GOMES, 2018; MUNANGA, 2008; POULOT, 2011) de valores, poder e memória a serem preservadas, conservadas e salvaguardadas conforme os interesses que lhe são atribuídos às futuras gerações com propósito específico de deixar sua marca no tempo.

Segundo Griovot (2014) *apud* Cordeiro (2021, p. 16-18) o termo “patrimonium” vem do grego “pater” - paterno, que seriam bens de valores materiais e simbólicos repassados do pai

para o filho do sexo masculino. Tais valores foram ganhando novos olhares e significados, como na Idade Média com os “gabinetes de curiosidades”, em guardar objetos materiais, artísticos e familiares de importância no século XV (RAFFAINI, 1993).

Para Carvalho e Meneguello (2020), no final do século XVIII o patrimônio serviu como parâmetros de definições de identidades, e, diga-se de passagem, uma identidade de exaltação cultural branca europeia, masculina e excludente. Fato esse que justificará com o século XIX, com a pós-revolução Francesa, a criação dos museus tradicionais, com o objetivo de fomentar uma memória dos grandes feitos e homens que marcaram a história do período moderno.

Todavia, a segunda metade do século XX, no pós-guerras, marcam as discussões patrimoniais no mundo em tentar apagar uma história sombria, tradicional e congelada no tempo (FUNARI e PELEGRINI 2006 p. 20-21). Neste processo, surgem inúmeros debates de grupos sociais, como de negros e indígenas, que foram ampliando os variados tipos de patrimônios que foram marginalizados, excluídos ou subalternizados ⁴ pelas produções culturais mundo à fora ao longo do tempo.

Estudos mais atuais sobre o conceito de patrimônio, podemos dizer que há a obrigatoriedade de atender as especificidades dos tempos, espaços e as multiplicidades populacionais que emergem no cenário contemporâneo. Em outras palavras, o patrimônio atual pode ser definido como:

[...] o modo possível de identificarmos, no passado, os valores existentes, as concepções de espaço, os princípios estéticos, a técnica, o saber as formas de trabalho, as expressões do coletivo, as construções das identidades e disputas sociais. O patrimônio é a medida dos entrelaçamentos entre a memória e história, poderoso dispositivo de reflexão sobre o passado, o presente e o futuro. (CARVALHO; MENEGUELLO, p. 25, In. Dicionário Temático de Patrimônio, 2020).

Podemos deduzir, desta forma, que o conceito de patrimônio é complexo por suas dimensões múltiplas e dinâmicas no tempo, pois envolvem narrativas históricas de valores e disputas culturais de grupos por interesses por preservar o patrimônio material quanto o imaterial.

Funari & Pelegrini (2006) trazem como observações da categorização do patrimônio percepções que envolvem tanto o individual quanto coletivo. Para os autores a categoria individual do patrimônio busca o caráter de transmitir bens de natureza material repassadas de geração para geração (fruto esse herdado desde a antiguidade), mas também, buscar dar continuidade às práticas culturais envolvendo religiosidade, festas, saberes e fazeres

⁴ Segundo Spivak Ranajit Guha e Gayatri Spivak, grupos marginalizados; grupos que não possuem voz ou representatividade, em decorrência de seu status social (FIGUEREDO, 2010).

característicos das suas vivências. Já para o espaço coletivo as análises perpassam por critérios diversos de gostos de grupos sociais com necessidades de fortalecimento de identidade e disputas simbólicas de interesses, ou seja, a decisão sobre o que é patrimônio passa a ser algo externo para o coletivo, dependendo da análise alheia em definir e convencer se é ou não patrimônio (p.55-59).

Assim, as ideias sobre a definição de patrimônio(s) são algo dinâmico e estão em constantes processos de definições conforme as necessidades do momento histórico e de interesses de indivíduos ligados à formação cultural de um povo ou nação.

Entretanto, ao observamos os significativos avanços dos inúmeros tipos de patrimônios que se reverberam no cenário cultural do Brasil e no mundo contemporâneo adentraremos em um leque de possibilidade de disputas simbólicas/culturais de qual patrimônio deve ser preservado, conservado, registrado ou tombado para a formação da identidade de um povo.

Tais observações ventilam inúmeras problemáticas necessárias para perceber como o patrimônio carrega em suas bases escolhas legitimadoras a partir de interesses simbólicos, culturais, históricos e até econômicos. Um dos questionamentos a serem feitos nessas disputas de poderes pelo patrimônio são as seguintes: 1) Os órgãos de patrimonialização ou os produtores culturais selecionam e elegem quais categorias de bens culturais a serem valorizados para a formação de uma consciência histórica coletiva? 2) Quais narrativas querem deixar para as gerações atuais e futuras? 3) O que a comunidade ou grupo local entendem sobre patrimonialização dos seus bens culturais? 4) O que está por trás do processo de patrimonializar? 5) Quais narrativas querem construir para si e para os demais sobre o patrimônio? Para quê e para quem irá servir esse patrimônio?

Nestor Canclini, em “A sociedade sem relato”, nos alerta sobre essas disputas de poder existentes na categoria de patrimônio cultural. Segundo o autor, embora o patrimônio sirva para trazer à tona reflexões sobre a história de diferentes povos e conseqüentemente, combater as desigualdades, esse mesmo patrimônio não foge de os jogos de interesses do quê conservar para uma possível memória social, que acarretará conflitos humanos (2012).

Já no livro “Culturas Híbridas” (1998), o autor levanta que há um motivo específico para que os patrimônios populares devam estar evidenciados e resguardados pelos órgãos competentes de patrimonialização: primeiro pelo reconhecimento do seu valor cultural, histórico e identitário; segundo pela conservação e salvaguarda legal do bem e; terceiro legitimar sua importância simbólica na narrativa cultural para a formação de identidades futuras (p. 205)

Desta forma, surge o desafio de como inserir os novos debates contemporâneos do patrimônio nos jogos de interesses, principalmente, quando este patrimônio possua características da imaterialidade do patrimônio, tendo em vista que só a partir da Carta de Fortaleza (2000) que irá se discutir sobre a imaterialidade que cerca a formação cultural dos povos através do intangível.

Ou seja, o imaterial torna-se um ícone complexo ao entender o patrimônio, pois nem sempre há um entendimento técnico e até de vivência com as práticas culturais de determinado grupo. Podemos citar como exemplo os sagrados dos cultos afro com o envolvimento com a natureza, rituais sagrados, saberes orais transmitidos etc., pois ao mesmo tempo em que é composto por seus saberes e fazeres (imaterial), tal espaço territorial também é sagrado pelas características estéticas do local, contendo as divindades, locais para realização das obrigações, quanto para os filhos e pais de santo, cozinha é local sagrado de sacrifícios e oferendas. Entretanto, o IPHAN, na sua grande maioria, não autoriza o tombamento⁵ dos espaços terreiro, pois segundo normativas judiciais a partir do momento que é feito o tombo os responsáveis da casa não poderão fazer nenhuma modificação na estrutura da casa sem autorização dos órgãos competentes, causando neste caso, um desconforto para os próprios filhos e pais de santo que precisam o tempo todo adaptar os espaços para receberem mais adeptos e atender as necessidades das divindades sagradas. Neste caso, o Iphan utiliza do dispositivo legal do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial⁶ contidos nos espaços sagrados de terreiros.

Portanto, ainda há lacunas específicas para o entendimento de patrimônio, principalmente para aqueles patrimônio que foram negligenciados ou subalternizados pelos órgãos culturais nos séculos atrás, mas que hoje reverberam no cenário cultural em busca de espaço, visibilidade e legitimação dos seus bens, assim como os novos debates em torno do patrimônio, como os estudos cemiteriais em homenagem aos antepassados, arquiteturas e artes; patrimônio digital através dos jogos históricos e redes sociais; patrimônio material e imaterial dos mercados populares, como o Ver-o-Peso; patrimônio musical dos bregas e dos Carimbós; os patrimônios indígenas; patrimônio cultural LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais;

⁵ O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/687> Visualização em 27 de outubro de 2022).

⁶ Em 4 de agosto de 2000 foi publicado o Decreto nº 3.551, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e definiu um programa voltado especialmente para esses patrimônios. O registro é um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio imaterial do Brasil, composto por bens que contribuíram para a formação da sociedade brasileira. Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/687> Visualização em 27 de outubro de 2022).

Transexuais, Queer; Intersexo, Assexual e outros grupos e variações de sexualidade e gênero), etc. Portanto, a discussão do patrimônio, principalmente na contemporaneidade, é algo mutável, fluída e polissêmica que se adequa conforme as identidades de valores que são construídas no tempo.

Para Dominique Poulot (2009) o patrimônio não é somente o que segue categorias do histórico, artístico ou arqueológico, mas busca incluir o biológico e natural, o material e imaterial e o local e regional (p, 10). Nessa perspectiva de (re)olhar as nuances da educação patrimonial não podemos omitir a complexidade da categoria de patrimônio e seu caráter diverso que envolvem os jogos de interesses e narrativas, mas, se faz necessário no campo patrimonial as escolhas e seleções para seus âmbitos de atuação.

Na perspectiva da educação patrimonial no espaço escolar também se manifestam jogos de poderes incutidos na prática docente. Posso⁷ citar, como exemplo, a “Semana do Patrimônio Cultural”⁸, realizada na Escola Jornalista Rômulo Maiorana onde leciono há mais de 12 anos.

Foram propostos aos professores e professoras projetos pedagógicos voltados para a temática do patrimônio, logo, os docentes articularam-se em grupos e lançaram suas ideias. Formaram-se 3 grupos: o primeiro grupo abordou a escola como espaço patrimonial de cuidado, de memória e afetividade, tendo como culminância a pintura da biblioteca com paisagens da natureza; a segunda equipe, focou nas palestras sobre patrimônio cultural, trazendo palestrantes da Secult/Pará (Secretaria da Cultura do Pará) e tiveram como culminância a promessa de enviar os discentes ao Teatro da Paz e; por fim, minha Equipe que usou uma palestra sobre patrimônio e a visitação à feira do bairro da Cidade Nova IV, em Ananindeua, como espaço de saberes e fazeres culturais.

Todas as atividades tiveram bastante aceitação por parte dos alunos, que gostaram de conhecer profissionais novos e principalmente sair do espaço da escola para estudar a feira local, próxima a escola. Entretanto, nos pós-eventos circularam nos corredores da escola a famosa Nhigrinhagem⁹ sobre qual evento havia sido melhor: 1) a equipe que trouxeram representantes dos Órgãos Culturais? A iniciativa de pintar a biblioteca? ou da que foi à feira? Alguns disseram que a primeira equipe foi muito boa pois trouxeram “gente importante para ver a escola”, mas que apresentaram uma visão tradicional do patrimônio do homem branco

⁷ Utilizo da narrativa em primeira pessoa quando relato experiência de minha prática docente como professor de história, ou seja, como agente interlocutor de minha história.

⁸ Realizado na última semana do mês de setembro e início do mês de outubro de 2022. Contou com a presença de diretor do Arquivo Público, Úrsula Vidal, Especialista na Área do Patrimônio e visitação em espaço extraclasse.

⁹ Fofoca ou mexerico (p. 254). Termo usado no livro “Tambor das Flores”, escrito em 1976 por Anaíza Virgolino e Silva ao estudar as relações social de poder entre as instituições religiosas da Umbanda no Pará e laços de interesses políticos, econômica e até de prestígio social. (CORDEIRO, 2021, p. 92).

(Falas do próprio aluno do 1º ano). Já a segunda foi ótima pela experiência de desenhar nas paredes da biblioteca, mesmo assim outras turmas vão “avacalhar”¹⁰ nosso trabalho porque não gostam da escola e; e por último a terceira equipe com a feira, segundo os alunos foi uma experiência muito boa em saber que existe outras concepções de patrimônios perto de nós. Mas para alguns professores de outras equipes abordaram-me para criticar, “o que tem essa feira haver com patrimônio (risos)”?

Ou seja, mesmo em um projeto pedagógico envolvendo o tema patrimônio é perceptível a complexidade de qual patrimônio seria o melhor para a escola. Criando narrativas subjetivas do que preservar, o que ensinar, como ensinar e principalmente as próprias compreensões do entendimento do patrimônio em seus aspectos da imaterialidade. Pois em alguns casos, não permeou, exclusivamente, a questão da melhor equipe, mas a deslegitimação do que é ou não patrimônio para um grupo.

Cunha (2006) salienta que o patrimônio possui uma lógica multifacetada, mas com finalidades definidas, como:

Expor é revelar/esconder, evidenciar/dissimular, incluir/excluir, iluminar/nublar elementos que seus organizadores e patrocinadores desejam tornar conhecidos ou esquecidos. Neste quadro, a exposição caracteriza-se também como espaço de luta entre poderes daí advindo exclusões, ocultamentos, seleções, promovendo silêncios e omissões. Não pode ser entendida como o fim de um processo, mas, como uma obra alimentada e realimentada permanentemente, articulada e articulando-se com outros elementos e signos do sistema de conhecimentos e de poderes instituídos, um meio para a comunicação e transmissão de conteúdos valorizados e trabalhados pela instituição museu (CUNHA, 2006, p.16 *apud* Ferreira, 2011, p. 84-85).

O patrimônio é um campo de tensões, disputas e conflitos que envolvem questões econômicas, culturais e simbólicas, com o propósito de estabelecer representatividade e lógica para grupos sociais e, em muitos casos, excluindo outros.

Acredita-se que um dos meios para a democratização da valorização dos bens culturais, que por séculos foram marginalizados e excluídos do bojo da formação cultural, seria a importância decisiva do acesso a uma educação patrimonial descolonizada no espaço escolar como um dos principais instrumentos para o despertar dos variados patrimônios, pois se torna, nesse espaço, um campo de estudo oportuno para mapear as diversidades culturais presente nos meios de sociabilidade, em especial, o chão da escola.

¹⁰ Executar com desleixo, sem cuidados, descuidar, desleixar.

2.2. Educação Patrimonial em emergência

A importância da valorização dos diversos tipos de patrimônios culturais é fundamental para a formulação do despertar de conhecimentos sobre os contextos sociais, históricos, políticos, econômicos e ambientais que norteiam para as atividades dos indivíduos. Para isso, uma das maneiras para a conscientização foi inserir nos currículos, planejamentos e didáticas no uso da educação patrimonial nos espaços de sociabilidades.

Em julho de 2023 a chamada *heritage education* (Educação Patrimonial), discutida no 1º Seminário de Educação Patrimonial, realizado em Petrópolis em 1983, estará completando 40 anos como possibilidades metodológicas usadas para formar e conscientizar professores, técnicos e produtores culturais a darem aprimoramentos na educação brasileira, seja por meio dos museus, arquivos, monumentos históricos, artísticos ou ecológicos.

Maria de Lourdes Parreiras Horta (1983), uma das responsáveis na elaboração do Guia Básico de Educação Patrimonial (1999), tinha como norte no seminário, realizado no Rio de Janeiro, uma pergunta chave aos participantes, pergunta essa também cara para o âmbito do Ensino de História hoje: “Como e por que levar a criança a voltar aos olhos para o passado?”. A autora põe como reflexão se a história começa no dia que a criança nasceu, ou antes, com a o nascimento dos seus pais e avós? (p. 25).

Para Horta (1983) há uma relação entre tempos diferentes para a formação dos indivíduos e a educação patrimonial tem esse prisma de reflexões, como cita a autora:

Submersas num mundo de informações quotidianas, em que o futuro lhe é apresentado já como presente, quando aprende muitas vezes antes mesmo que os pais, a criança caminha entre o fantástico e o real, cujos limites para ela não são muito definidos. Mas o que lhe interessa é a sua própria história. A maneira de levar essa criança a sentir que o passado também é a sua história, a que ela está ligada indelevelmente, é o objeto da pesquisa desenvolvida há mais de uma década pelos museus e órgãos educacionais de todo o mundo e discutida pela primeira vez, talvez, no Brasil, neste Seminário (HORTA, 1983, p. 25).

Analisar os fatos do passado como pontos de conexões para a formação de uma identidade cultural pode ser uma das principais iniciativas para a promoção da educação patrimonial, onde crianças, jovens e adultos irão traçar conscientização do valor da sua história e cultura.

Todavia, como já mencionado no item anterior sobre o patrimônio como elemento de disputas de poderes, percebe-se que no âmbito da educação patrimonial há uma necessidade urgente de despertar a consciência para o cuidado e valorização dos diversos patrimônios que

cercam os debates culturais. Quais patrimônios são evidenciados no espaço escolar? Quais patrimônios nossos docentes conhecem?

Para Márcia Bezerra (2020) a Educação Patrimonial é uma das dimensões da educação, cujo principal objetivo é promover a sensibilidade ao conhecimento da preservação e a salvaguarda dos patrimônios, garantindo, dessa forma, o fortalecimento para a formação dos sujeitos e de sua própria história e, conseqüentemente, atuando na reivindicação dos seus direitos coletivos e no fortalecimento para a cidadania do espaço vivido (p. 63)

Tal ideia da autora vem ser fortalecida pelo Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) que postula essa ideia ao dizer que a Educação Patrimonial possibilita ao indivíduo:

[...] fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórica-temporal em que está inserido. Este processo leva ao esforço da **autoestima** dos indivíduos e comunidade e à **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO; 1999, p. 04)

No âmbito do Ensino de história, essa perspectiva é complementada por Bergmann e Rüsen (1985) ao afirmarem que a didática e o ensino de história têm a finalidade de despertar reflexões entre passado, presente e futuro e ser capaz de fazer justiça social imprimindo consciência do seu papel cidadão na sua formação de autoidentidade humana (p. 38)

Ou seja, Educação Patrimonial tem este caráter interdisciplinar que busca produzir mecanismos de produção cultural tomando como base a diversidade cultural que envolva história, memória, identidade, habilidades e formas de relacionar-se com o espaço vivido.

Neste sentido, observar os “Lugares de Memória” (NORA, 1992) como meio de compreender as relações entre os sujeitos e o Ensino História pode proporcionar aos professores, chaves de acesso para construções de um pensar historicamente os patrimônios mundiais, nacionais, regionais ou locais.

Deste modo, torna-se um grande desafio nos debates culturais romper com olhares e mentalidades hegemônicas dos patrimônios consolidados na história, como prédios e casarões históricos, obras de artes ocidentais, monumentos históricos mundiais e outros, que de certa forma, postulam narrativas de valores do belo estético Kantiano do século XVIII, das representações dos grandes feitos da humanidade de homens brancos e/ou a cultura de preservação de bens exclusiva da “Pedra e Cal” (FONSECA, 2003).

Os professores no Ensino de História, ao abraçarem tais desafios de conectar elementos de aproximação cultural entre a história e memória local dos discentes criam o que o antropólogo Clifford Geertz irá chamar de “teia de significados” (1978) ou para o ensino de

história como “construções de saberes” (TOLEDO; COSTA, 2014) em diferentes espaços de memória.

Nessa perspectiva, Toledo e Costa (2014) corroboram para pensar que:

[...] o espaço escolar e os espaços de preservação da memória – museus, arquivos, bibliotecas, casas de cultura, entre outros – devem ser pensados de modo conectado, já que são lugares precípuos de socialização da memória nas sociedades contemporâneas. A luta que se vem travando por parte de diferentes grupos sociais sobre o direito à memória, passa pelo acesso a esses importantes espaços de circulação e socialização da memória. A formação do professor e do historiador deve, então, problematizar - do ponto de vista da história - esses lugares, assim como os conteúdos da memória que neles circulam (TOLEDO; COSTA, 2014, p. 23).

Sem dúvidas as conexões dos espaços de memórias citados acima são essências para o despertar de uma consciência histórica e cultural através dos documentos e livros históricos contidos em bibliotecas; obras e peças de arte que remontem tempos e estilos; casarões e prédios históricos construídos para atender a elite europeia instalada no Brasil; o progresso arquitetônico das cidades sintetizado nos ciclos econômicos da cana de açúcar no Maranhão, da borracha na Amazônia paraense, do ouro, prata e diamante em Minas Gerais etc. Todos esses aspectos de narrativas patrimoniais possuem uma carga de conhecimento histórico/cultural relevante para formar o que Rebeca Gontijo (2019) irá chamar de “Cultura Histórica”.

Para a autora, os grupos se relacionam com o passado a partir de suas experiências no tempo e espaço, envolvendo múltiplos agentes do conhecimento, como o historiador que é responsável não pela verdade sobre o passado, mas um intérprete através de suas características políticas, étnicas e situação social. Ou seja, a cultura histórica pode ser o modo como a sociedade lida com o seu passado cultural e de memória histórica para o fortalecimento de identidades coletivas (p. 66-71).

Ao criar elementos culturais para a formação de uma cultura histórica ou, no caso em questão, uma cultura patrimonial em sala de aula, problematiza-se quais linhas de narrativas culturais de importância queremos passar e deixar para as gerações atuais e futuras que formem uma identidade coletiva? Será que o entendimento de nossos discentes sobre o patrimônio cultural vem de uma cultura histórica patrimonial colonizadora? Será que nós, enquanto docentes, também não tivemos uma formação sobre o patrimônio ocidentalizada pelo homem branco e apenas reproduzida em nossas aulas?

Esses questionamentos se fazem oportunos para repensar que os patrimônios são categorias de escolhas que legitimam grupos de indivíduos e excluem outros, seja por questões políticas, econômicas ou simbólicas. Entretanto, quais patrimônios culturais são esses que ficam a margem da exclusão e são invisibilizados pelas produções culturais?

Nilma Lino Gomes (2012) ao tratar em seus estudos sobre a descolonização dos currículos escolares no Brasil, aponta que deve haver uma mudança epistemológica e política para uma equidade étnica, como grifa a autora:

Descolonizar os currículos é mais que uma desafio para a educação escolar. Muito já denunciamos sobre a rigidez das grades curriculares, o empobrecimento do caráter conteudista dos currículos, a necessidade de diálogo entre escola, currículo e realidade social, a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre a cultura negada e silenciada nos currículos (GOMES, 2013, p. 102).

A autora parte do prisma de uma educação étnico-racial negra nos currículos escolares, percebendo que a cultura e história da África ainda não são exploradas e executadas pelos profissionais da educação, seja pela deficiência na formação nos cursos de graduação nas universidades ou pela própria ausência de formação continuada nos cursos de pós-graduação para o tema das culturas africanas e afro-brasileira.

Nilma Lino Gomes (2013) torna-se essencial neste aspecto de reflexão para (re)olhar o espaço escolar, prática docente e as narrativas sobre história e cultura, tendo em vista que os livros didáticos ainda vendem a ideia da história e cultura por um viés ocidentalizado do conhecimento. Ou seja, há uma emergência em tratar a educação patrimonial por outras perspectivas de análises conforme as necessidades dos grupos que se sentem representados por uma cultura identitária.

Por esse viés de olhar os patrimônios culturais que foram escondidos pelas produções culturais, percebe-se que há inúmeros outros grupos sociais que adentram neste cenário patrimonial em busca de legitimidade e espaço, como exemplo, o da cultura indígena que por séculos foi obliterada na história do Brasil.

O Iphan, órgão que concede os títulos no processo de patrimonialização e registro dos bens culturais precisam ter o cuidado de analisar a diversidade sociocultural e linguística dos povos indígenas. Segundo o IBGE (2010), os povos indígenas são constituídos por mais de 305 etnias, 274 tipos de línguas distintas, conhecimentos, estéticas, rituais, celebrações, dentre outras formas da cultura.

Essa diversidade de bens com caráter dinâmico das culturas indígenas, no processo de patrimonialização, corre o risco sério de interpretações equivocadas, podendo ocasionar o que Artionka Capibaribe (2020) vai chamar de riscos de “engessamento”:

[...] remeter a uma ideia que associa imediatamente patrimônio indígena a “conhecimento tradicional” (notavelmente no singular) traz consigo a imagem de um conhecimento monolítico e imutável, que teria sido mantido e imemorialmente preservado e que, por isso, constituiria parte daquilo que se entende por tradição; à ideia de tradição se agrega, por outro lado, o outro engessamento, qual seja, um entendimento difundido sobre “cultura” como algo que, além de carregar essa

bagagem de saberes preservados, diria respeito a um coletivo (um povo), à memória desse coletivo, sendo, assim capaz de representar sua identidade de uma forma total. Nenhuma dessas duas concepções dá conta do sentido de patrimônio indígena (CAPIBERIBE, 2020, p. 230).

Pensar o patrimônio indígena como uma característica analítica de identidade coletiva é arriscado e estranho para os próprios indígenas, pois não consideram suas formas culturais estáticas e congeladas no tempo, mas sim dinâmicas e vivas em suas práticas ancestrais.

Neste mesmo recorte de perceber os patrimônios culturais de diferentes povos que reverberam no cenário brasileiro reivindicando representatividade e legitimação dos seus bens, percebe-se a importante participação dos bens de natureza imaterial/intangível que envolvem memórias, conhecimentos, celebrações, lendas, cantos, festas, hábitos, saberes, fazeres etc., que surgem como discussões nos meios patrimoniais principalmente a partir da Constituição Federal com a legitimidade legal do Decreto Federal nº 3.551 de 04 de Agosto de 2000, que garante o resgate e proteção da cultura histórica de tradições que até então não estavam no bojo das produções culturais.

Na Amazônia paraense a proteção dos bens imateriais soa como garantias indispensáveis para as salvaguardas de tradições regionais que envolvam intrinsecamente relações imbricadas entre homem e natureza, por rituais religiosos envolvendo plantas, águas, alimentos e matas para consagração e rituais sagrados, como as oferendas entregues nas águas doces do rio de Belém do Pará, como cita Cordeiro (2020):

As oferendas para os orixás da água, como Iemanjá, Belém do Pará torna-se um território com particularidades próprias ao devolver suas obrigações exclusivamente em águas doces da nossa região, e isso faz com nossa cultura diferencie sobre as práticas culturais de outros Estados brasileiros, nos tornando não apenas afro-brasileiro, mas Afro-Amazônicos paraense (CORDEIRO, 2021, p. 54).

Percebe-se que as expressões culturais tomam características próprias a partir de elementos peculiares de cada região, fator para delimitar uma cultura afro-religiosa como única em suas tradições e rituais, pois o patrimônio adequa-se as especificidades e necessidades dos grupos em questão.

Outro ponto para delimitarmos sobre as tradições do imaginário da cultura popular amazônica envolvendo o imaterial das tradições é a lenda da Matintaperera em que há um entrelaçamento do mítico, religioso e crença popular que narra valores simbólicos entre o homem e o sobrenatural.

Nos estudos de Josebel Fares (2008)¹¹, ao contar a história sobre a Matintaperera¹², a autora parte de elementos interessantes da crença popular:

O dia esconde os últimos raios de sol, a noite adentra os corpos estão em queda nas camas ou nas redes, um rasgo sonoro rompe acalma noturna: fite, fite, fiuite. O assobio não cala: fite, fite, fiuite... Os que se amam os que descansam precisam sossegar. Então, oferecem: amanhã de manhã vem buscar uma cachimbada de tabaco..., de outro canto uma nova oferenda: vem tomar café conosco, Matintaperera. É assim que o silêncio se restabelece até a aurora. Alguém já desvirado, virar buscar a prenda ao amanhecer. É a Matintaperera (FARES, 2008, p. 311).

No núcleo do imaginário popular a figura da Matintaperera¹³ acontece com o desassossego dos humanos com seu assobio e o pedido da prenda e ordem, logo, o indivíduo que ouviu o chamado do encantado deve pagar sua dívida. Um dos elementos usados para inibir o canto da Matintaperera é o uso do café ou tabaco, sendo muito comum na cultura da Região do Baixo Tocantins¹⁴ (p. 312)

Os exemplos mencionados acima, referentes às relações das religiões afro e a cultura popular mítica das lendas amazônicas, sintetizam esse entrelaçamento dos debates atuais do patrimônio imaterial instituído nos anos 2000 e, demonstram que há um longo caminho para o entendimento da complexidade entre o homem e o meio natural, seja por meio dos elementos da água, do verde ou dos seres extra humanos que compõem as estratificações ligadas a cultura popular e misticismo do homem-natureza-encantados, ou no que Mircea Eliade vai chamar de hierofanias¹⁵ de mundos opostos.

Na ideia de Gilmar Arruda (2006) ao discorrer seus estudos sobre a importância do patrimônio natural para a formação de identidades, o autor cita:

[...] as sociedades não podem ser compreendidas esvaziadas de sua natureza, a espécie humana não pode ser entendida descarnada de sua sociabilidade. As sociedades, inclusive na Amazônia, devem ser vistas em seu ambiente, mas, mas a fabricação prática e ideológica da natureza é feita na, e pela sociedade [...]. A história ambiental, tendência recente dentro da historiografia, tem como objetivo principal justamente relações do homem com a natureza. (ARRUDA, 2006, p. 117).

¹¹ A Matintaperera no imaginário amazônico. In. Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia”. Org. Raymundo Heraldo Maués e Gisela Macambira Vilacorta, 2008, p. 311-326.

¹² Mati, mati-taperê, nome de uma pequena coruja, que se considera agourenta [...] segundo a crença indígena, os feiticeiros e pajés se transformam neste pássaro para se transportarem de um lugar para outro e exercerem suas vinganças [...]. A Matintaperera é uma modalidade de mito do Saci Pererê na sua forma ornitomórfica. A Matintaperera não é realmente uma virou a, mas uma cuculida, tepera naevia, também conhecida como sem-fim (CASCUDO, 1988, p. 484 apud FARES, 2008, p. 313).

¹⁴ O Baixo Tocantins encontra-se numa zona de fronteira. A microrregião localiza-se entre a Amazônia Central e Amazônia Oriental, no nordeste do Pará, por onde passa a linha dividindo coincidentemente a microrregião do Baixo Tocantins e a de Tucuruí (COSTA, 2006, p. 21).

¹⁵ Manifestação do transcendente que representa ou incorpora significados em mundos opostos, tendo como representação conexões com o sagrado.

Ou seja, o patrimônio envolvendo elementos da natureza é decisivo para grupos que possuem sua formação cultural ligada diretamente nas subjetividades entre o natural, invisível, sensorial e até divino, compondo desta forma, o patrimônio imaterial.

Horta (1999), no Guia Básico de Educação Patrimonial (1999) usa os diversos métodos para a aplicação de uma equidade patrimonial nos espaços de sociabilidade, oportunizando entender o patrimônio pelos monumentos, sítios arqueológicos, paisagem, folclore, rituais, artesanatos e os diversos tipos de manifestações culturais que formam as identidades e a formação da salvaguarda do patrimônio de comunidades.

Para Roger Chartier (1991) ao debater sobre as representações na formação das identidades sociais, o autor diz que tais formações são:

[...] resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a capacidade de reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 1991; p. 183).

Nestes parâmetros entre construções de saberes em diferentes espaços de construções de conhecimento é que a sala de aula se torna palco-vitrine para as experiências entre a teoria e prática, pensando através do chão da escola como um laboratório de observações, execuções e análises.

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), no ano de 2020, apresenta aos discentes e docentes o “Novo Ensino Médio”¹⁶, que tem como finalidade executar na rede básica de ensino, no ano letivo de 2021, projetos integrados ao ensino de jovens nas etapas finais da Educação Básica. Tal modificação na estrutura educacional fez com que os manuais dos livros didáticos ganhassem mais debates em seus componentes curriculares tradicionais, envolvendo formação para áreas técnica profissional e do mundo do trabalho.

Essa modificação no ensino médio fez com que se ampliasse não só as práticas de ministrar as matérias específicas, mas oportunizaram-se debates e tempo específico envolvendo temas transversais sobre a formação cidadã a partir da realidade do aluno utilizando do patrimônio cultural.

¹⁶ O Novo Ensino Médio é um modelo de aprendizagem por áreas de conhecimento que permitirá ao jovem optar por uma formação técnica e profissionalizante. Ao final do ensino médio o aluno receberá além do certificado do ensino médio regular também o certificado do curso técnico ou profissionalizante que cursou.

Em 2022 chega ao espaço escolar¹⁷ para os projetos integrados um manual exclusivo sobre Educação Patrimonial chamado de “Jovens Protagonistas”. Neste livro de 144 páginas há, de forma bem detalhada, seis projetos a serem implementados no novo ensino médio, dentre eles, dois sobre educação patrimonial, abordando desde como identificar o que é conceito de patrimônio, passando pela valorização e até chegar às formas como os discentes podem intervir como agentes de conscientização comunitária para formação cultural. Ou seja, deste manual são dedicadas 50 páginas para que os jovens e professores possam juntos criar mecanismos de uma equidade patrimonial a partir do local dos discentes.

A educação patrimonial tem esse duplo papel para com a população de relacionar o espaço que frequentam com os modos de vidas que estão inseridas. Fatores esses extremamente importantes para a formulação do conhecimento, identidade e cuidados dos bens culturais que os cercam.

Essas atribuições bases para uma educação patrimonial nos espaços de saberes são observadas pelos próprios textos dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's/1997) que especificam que os alunos devem ser capazes de:

Conhecer e respeitar o modo de vida de diferentes grupos sociais, em diferentes tempos e espaços, suas manifestações culturais, econômicas e políticas; Reconhecer mudanças e permanências nas vivências humanas em sua realidade e em outras comunidades; valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-a como direito dos povos e indivíduos e como elemento de fortalecimento da democracia (Parâmetros Curriculares Nacional, 1997).

Para a produção do conhecimento de André Chervel¹⁸ (1990) a escola desempenha um papel duplo “(...) nos indivíduos, mas também uma cultura que vem, por sua vez, penetrar, moldar, modificar a cultura da sociedade global” (p. 184).

Todavia, a educação patrimonial surge como uma proposta emergente para os debates patrimoniais existentes na sociedade seja por grupos étnicos, comunidades, espaços escolares ou até mesmo em espaços envolvendo a natureza. Educação Patrimonial é múltipla e complexa, um processo cultural que está em constante transformação, buscando incentivar pessoas, grupos e comunidades a conhecer, compreender e agenciar os conhecimentos sobre bens materiais e imateriais de territórios locais, regionais, nacionais e globais.

¹⁷ Chaga em 2022 na escola ao qual trabalho, Escola Estadual E.F.M Jornalista Rômulo Maiorana, para ser ministrado no segundo semestre do mesmo ano.

¹⁸ “História das disciplinas escolares: Reflexão sobre um campo de pesquisa”. Teoria & Educação, N° 2. Porto Alegre, 1990.

2.3.História Local e o ensino de história

Viver em sociedade é um dos mecanismos principais que formam a produção humana e social de diferentes indivíduos. Através das interações e socializações mútuas é possível estabelecer regras e valores necessários sobre questões políticas, econômicas, sociais e culturais de determinado lugar.

Neste sentido, a história local atrelada ao ensino de história pode ser ponto de conexões para (re)pensar as práticas desenvolvidas em sala e, conseqüentemente, reformular compreensões sobre os conhecimentos históricos a partir do local vivido dos discentes.

Ao retornar aos debates históricos sobre a elaboração do trajeto dos manuais didáticos de ensino, percebe-se que entre as décadas de 30 à 70 do século XX era possível identificar, de acordo com estudos de Décio Gatti Júnior¹⁹ (2004) e Rita Ferreira²⁰ (2008), que os manuais e a política do livro didático tinham como vertente principal mostrar a exaltação dos grandes feitos de figuras heroicas importantes para a história, o ufanismo das datas cívicas e principalmente narrando os fatos históricos do passado sem as devidas contextualizações com a realidade atual e a ausência democrática das realidades locais de cada territorialidade.

Hoje, com os avanços das estratégias do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) e a inserção dos debates da história local nos componentes curriculares, é possível observar a diversidade de indivíduos que compõem a sociedade em seus espaços, tempos e história. Ou seja, a importância do livro didático abordando história local é um dos elementos de maior alcance para processo de conscientização de jovens e adultos para a formação cidadã, além de subsidiar modos de pensar sua realidade local e proporcionar o auxílio aos docentes em sua execução de ofício democrático da sociedade brasileira.

A história local tem sua importância nos debates do ensino de história, pois nos direciona para o olhar da realidade que nos cerca, percebendo as conexões entre passado e presente e situando-nos como agentes integrantes da história. A história local, segundo Schmidt e Cainelli (2010), pode ser definida como uma estratégia pedagógica:

Trata-se de uma forma de abordar a aprendizagem, a construção e a compreensão do conhecimento histórico com proposições que podem ser articuladas com os interesses do aluno, suas aproximações cognitivas, suas experiências culturais e com a possibilidade de desenvolver atividades diretamente vinculadas à vida cotidiana (SCHMIDT e CAINELLI, 2010, p. 139).

¹⁹ GATTI JÚNIOR, Décio. **A escrita escolar da história: livro didático e ensino no Brasil**. Bauru, SP: Edusc; Uberlândia, MG: Edufu, 2004.

²⁰ FERREIRA, Rita de Cássio Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945)**. Assis 2008.

No mesmo caminho, Nikitiuk (2002) indica que:

[...] se a história local for vista como estratégia pedagógica propiciará maior inserção na comunidade criando historicidades e localizando professores e alunos dentro da História. Esta conduta valoriza o processo de lutas e conquistas sociais dos grupos de referência dos educandos e da comunidade, além de fazer perceber a existência de diferentes visões sobre os acontecimentos cotidianos e as diversas leituras do mundo (NIKITIUK, 2002, p. 8).

A história local integra-se com a história do cotidiano, das comunidades, das memórias de pessoas, das experiências individuais e coletivas objetivando ações que constroem os conhecimentos históricos.

No âmbito escolar, tratar sobre história local observando as fontes necessárias a partir do território ajuda a percorrer espaços importantes para lugares de memória e história, como a igreja, passagem natural, geografia, religiões, espaços de feira etc. Nesses lugares é possível articular mecanismos para o ensino de história usando experiências e interações entre local e as percepções dos discentes, ocasionando, desta forma, laços de identidade cultural de respeito, cuidado e valor pelos espaços que esses agentes circulam em seu cotidiano.

Em Belém do Pará, um dos pontos de maior dimensão entre a imbricação do local com o regional, nacional e global é o complexo do Ver-o-Peso, inaugurada em 1625. Este local tombado em 1977 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem sem seu registo a importância de seus atributos arquitetônico, paisagístico, etnográfico e artístico no centro da capital paraense.

O Ver-o-Peso ou, como era chamado no século XVIII, “Haver o Peso”, segundo o Iphan-Pará²¹, era um dos maiores locais de fluxos comerciais, de mercadorias e arrecadações de impostos, por ser um interposto comercial da região no período da extração da borracha no auge da Belle Époque. Logo, em 1899 o Mercado de Ferro fora construído com arquitetura europeia, com estilo da *Art Nouveau* e significados históricos como a maior feira da América Latina e características culturais dos diversos povos que compõem a sociedade paraense.

Ou seja, a partir deste local onde estabelecem relações comerciais, históricas e de memórias coletivas, saberes e fazeres de pessoas que trabalham com ervas, pescados, frutas, legumes, artesanatos, culinárias e outros, forma-se uma cultura rica e única para tratar as diferenças e semelhanças culturais presentes em um único espaço que, conseqüentemente, gera a grande parte dos paraenses um apego de valor e importância cultural pelo Ver-o-Peso.

²¹ Site do IPHAN/Pará, <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/828> (Visitado em 13 de novembro de 2022).

E porque não dizer que o Ver-o-Peso é um espaço vivo de conhecimento para ensinar história, subsidiar elementos para o despertar de uma identidade cultural, inserir os discentes em seu contexto e realidade local, observar as diferenças econômicas, religiosas e sociais ou mesmo possibilitar reflexões do passado, presente, continuidades e rupturas na história por meio da feira local?

A história local através destes espaços, como as feiras locais de bairros, possui subsídios importantes para a produção do conhecimento histórico, como Raphael Samuel elucida:

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível do desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. As categorias abstratas de classe social, ao invés de serem pressupostas, têm de ser traduzidas em diferenças ocupacionais e trajetórias de vidas individuais; o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios. Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição ou a estrutura não se manterá (SAMUEL, 1990, p. 220).

Essa estratégia entre diferentes espaços de conhecimento é defendida nos Parâmetros Curriculares Nacionais de História, no qual a História Local fornece indicativos através de eixos temáticos nos conteúdos como método de ensino-aprendizagem, como destaca que:

Ao ingressarem na escola, as crianças passam a diversificar os seus convívios, ultrapassando as relações de âmbito familiar e interagindo, também, com outro grupo social – estudantes, educadores e outros profissionais –, caracterizado pela diversidade, e, ao mesmo tempo, por relações entre iguais. A própria classe possui um histórico no qual o aluno terá participação ativa. Sendo um ambiente que abarca uma dada complexidade, os estudos históricos aprofundam, inicialmente, temas que dão conta de distinguir as relações sociais e econômicas submersa nessas relações escolares, ampliando-as para dimensões coletivas, que abarcam as relações estabelecidas na sua localidade. Os estudos da história local conduzem aos estudos dos diferentes modos de viver no presente e em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. (BRASIL, 1997, p. 40).

A história local, atrelado ao ensino de história, permite que os educandos possam gerir de forma autônoma sua história, não sendo um mero telespectador dos fatos narrados pelos professores, mas tornam-se sujeitos integralmente do processo de construção histórica a partir das experiências vividas em lugares diferentes e comuns de sua realidade, oportunizando experiências de múltiplas realidades.

Ademais, a aproximação, contextualização e problematização dos espaços locais relacionadas com uma continuidade do passado histórico formam o que Luiz Fernando Cerri (2011) irá chamar de “Identidade Coletiva”, ao qual alerta-nos a seguinte perspectiva sobre a relação entre passado e presente. Para ele, “Quanto haverá, então, de passado em nossos presentes e em nosso futuro? O passado (ou nossa imagem do passado) é estável ou modificasse

conforme a utilização de que fazemos com ela? Quando se mexe no passado, mexe-se na identidade coletiva?” (CERRI, 2011, p. 21).

Essas inquietações trazidas por Cerri reforçam nossas atenções para a importância do debate da história local, pois os livros didáticos, como já mencionado, contém uma história com base europeia e, que em muitos casos, foge do real sentido do cotidiano dos nossos alunos, não formando uma identidade característica da nossa região.

Trazer a história local para os discentes propondo visitas, estudo e imersão em campo torna-se um estímulo para a produção de conhecimentos, tendo em vista que podem ressignificar o espaço, romper com ideia sobre o patrimônio hegemônico consolidado ou simplesmente (re) criarem narrativas históricas a partir de suas vivências pessoais e culturais. Ou seja, o uso do local proporciona ao discente uma compreensão mais ampla do seu processo de ensino e aprendizagem, estimulando o mesmo a fazer uma relação do espaço e tempo presente com o uso do passado.

Klaus Bergmann (1990) contribui para esse pensar da história local, na perspectiva da reflexão didática, de maneira que os indivíduos possam refletir a consciência histórica numa relação de autoidentidade humana com a social. Como ressalta:

Uma didática que considera a conexão entre passado, presente e futuro numa forma de elaboração metodologicamente disciplinada para fazer justiça às necessidades de informações seja dos indivíduos, seja da população, adquirir o direito e têm a obrigação de indicar à investigação empírica histórica lacunas de pesquisas observadas pelo interesse da Didática da História. Ao mesmo tempo, tem de lembrar sempre à história as tarefas de elucidação do mundo vivido (BERGMANN, 1990, p. 38).

Essa ideia, da didática reflexiva, citada por Bergmann seria um dos pilares importantes para pensar o Ensino de História, História Local e o Patrimônio Local, pois integraram dimensões fundamentais para a vida prática e simbólica do cotidiano das pessoas com o meio que as cercam.

Sendo assim, quais espaços locais próximos aos discentes teriam o peso para refletir os patrimônios culturais e, ao mesmo tempo, tomar sentido para aspectos do ensino de história e a realidade local?

No município de Ananindeua/Pará, lugar onde resido, trabalho e estudo, há um entendimento por grande parte de familiares, amigos e alunos que em nosso bairro não exista um patrimônio local. Tais informações adquiridas informalmente em conversas e bate papos informais chamam atenção para problematizar o que a população local entende por patrimônio.

Como já dimensionado nos itens anteriores sobre os patrimônios consolidados, disputas de poderes pelos patrimônios e a própria concepção de patrimônio, notou-se que patrimônio é

uma construção social que envolve poderes culturais, simbólicos, políticos e econômicos determinados a setores e grupos sociais. Tendo como base os modos de pensar os patrimônios na hegemonia dos bens patrimoniais construídos, edificados, obras de artes, monumentos etc.

Entretanto, evocar compreensões da contramão das ideias de patrimônio oficializados é um exercício oportuno para trabalhar a história local e ensino de história nos seus aspectos materiais e imateriais de povos, pessoas e comunidades a partir de suas atividades exercidas em espaços comuns aos discentes. Neste nosso caso, a feira da Cidade Nova 4, em Ananindeua/Pará, será esse lócus de estudo facilitador para a educação patrimonial descolonizada da “Pedra e Cal” que evoca na consciência dos alunos a subjetividade do patrimônio com as sensações, cheiros, sabores, crenças, memória, histórias, tradições, identidades e poderes neste espaço tão comum e acessível aos moradores do bairro em questão.

3 APRENDIZAGEM HISTÓRICA POR INTERMÉDIO DAS EXPERIÊNCIAS NA FEIRA DA CIDADE NOVA IV, ANANINDEUA/PARÁ

3.1. Espaços que contam histórias: olhares, experiências e vivências do professor/pesquisador

Sim, sou eu, eu mesmo, tal qual resultei de tudo.
 Quanto fui, quanto não fui, tudo isso sou.
 Quanto quis, quanto não quis, tudo isso me forma!
 Quanto amei ou deixei de amar é a mesma saudade em mim
 (CAMPOS, 1944)²².

Assim como o poema de Álvaro Campos explicitado acima, onde a formação do “Eu”, enquanto indivíduo em constante processo de formação, depende das vivências, experiências e conexões, o professor detém em seu exercício profissional à prática de uma educação justa e igualitária como alicerce na formação cidadã. Tais práticas educativas são construídas ao longo das relações de trocas de saberes entre pessoas e adaptações as realidades e lugares.

Ao debruçar-me nesta na perspectiva da história local do Município de Ananindeua/Pará, em específico em observar a Feira da Cidade Nova IV como campo de estudo para Educação Patrimonial, é inevitável não retornar às memórias profissionais, afetivas e de construções de saberes ao longo de 14 anos como professor do Estado do Pará nas disciplinas de Estudos Amazônicos e História nas escolas das ilhas ribeirinhas do Baixo Tocantins em Abaetetuba²³ (Maracapucu e Piquiarana), onde cumpri meu estágio probatório de 3 anos, ficando nas localidades entre 2009 e 2011.

Torna-se necessário a apresentação deste olhar etnográfico das localidades interioranas e da capital paraense, no âmbito da educação, pois proporcionará impulsões de mecanismo didático-pedagógicos sobre ensinar história conforme as realidades locais e o “fazer docente” em diferentes espaços de conhecimento, ou como Maria Isabel da Cunha (1998) contribui ao dizer que a prática educacional é “[...] um processo profundamente emancipado em que o sujeito aprende a produzir sua própria formação, autodeterminando sua trajetória” (CUNHA, 1998, p. 40).

²² CAMPOS, Álvaro de. Sou eu. In: PESSOA, F. Poesias de Álvaro de Campos. Fernando Pessoa, 1944. Lisboa: Ática, 1993.

²³ Nome de origem tupi, segundo a tradição local o nome se dá da seguinte maneira: aba (homem), ete (forte, verdadeiro), tuba (lugar de ambulância). Região fundada em 15/08/1895, com localização no Nordeste Paraense, à 105 km de distância do município de Ananindeua (área da Região Metropolitana de Belém), tem aproximadamente, 72 ilhas, cujos principais transportes são as rabetas, canoas e barcos e contendo entorno de contingente populacional de 153.380 (Fonte: Site da Prefeitura Municipal de Abaetetuba/Pará). Visitado em 22/03/2022.

Neste sentido, a minha trajetória iniciada em 2009, enquanto docente na área interiorana do Pará, pude encontrar inúmeros desafios para formação do “eu” professor, que ia desde a logística de obter alimentação e suplementos básicos do dia a dia, pois, nós professores, tínhamos que comprar mantimentos na feira central do Município de Abaetetuba (Cede de Maracapucu e Piquiarana) levar às ilhas ao qual estavam localizadas as escolas, tendo em vista a ausência de estabelecimentos comerciais nas regiões ribeirinhas²⁴.

Para a compra desses produtos básicos como água, pão, carnes, legumes, medicamentos e tantos outros produtos, nos deparávamos com transporte por terra do Município de Ananindeua²⁵ (onde resido) ao Município de Abaetetuba, que dura em torno de 2 horas de viagem de um município a outro. Nesse trajeto feito por ônibus ou carro era possível contemplar estradas cercadas por uma vegetação densa de árvores nativas da região como mangueira, miritizeiro, e açazeiro e pequenas moradias em alguns pontos específicos do trajeto feito de madeira, alvenaria e até taipa²⁶.

Cenário esse rico e diversificado no trajeto que compõe características peculiares da paisagem cultural amazônica ou como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) irá definir, o Patrimônio Natural e Cultural (1972), pois sofre modificações e transformações em decorrência da ação do homem aos seus modos e necessidades culturais.

Observando esse primeiro ponto do deslocamento entre região metropolitana e interior, chegamos a segunda etapa da viagem – a cidade Abaetetuba. Esse município era uma das paradas obrigatórias para compras dos produtos necessários para ficar de segunda a sexta-feira nas comunidades ribeirinhas. Deste modo, a feira de Abaetetuba adentra como um dos pontos principais de experiência adquiridas para entender as realizações entre sujeitos.

Para Silva Júnior (2012) as feiras tornam-se locais de grande atrativo comercial, turístico e de diversidade cultural, principalmente ao tratar das feiras amazônicas que estabelecem conhecimentos populares que marcam o povo local com suas manifestações de crenças, hábitos alimentares, sociabilidades.

Ou seja, as feiras locais podem ser compreendidas como espaço de significados socioculturais e econômicos que integram modos de vidas. Fato esse justificado pela própria

²⁴ Regiões situadas nas margens de cursos de águas.

²⁵ Fica localizada no estado do Pará, considerada a segunda cidade mais populosa do estado e o quarto da região Norte do Brasil. Com cerca de 535 mil habitantes, faz parte da região metropolitana de Belém.

²⁶ É um método construtivo vernacular que consiste no uso do barro e da madeira para criar moradias.

dinâmica de Abaetetuba que possui, segundo o IBGE (2010), atividades econômicas ligadas ao comércio local, como pecuária, pesca e o extrativismo da madeira, açai, palmito e miriti.

Figura 1 - Dinâmicas da feira do Município de Abaetetuba, com vendas de biscoitos de rosquinhas, peixes da pesca local, insumo do açai e miriti e despacho de mercadorias no Trapiche



Foto: Emanuel Júlio. Data: dezembro de 2022.

A feira de Abaetetuba²⁷ também possui um trapiche responsável pelo embarque e desembarque de mercadorias e pessoas da cidade para as localidades ribeirinhas (ilhas adjacentes), que vão de uma ou duas vezes ao longo da semana comprar água mineral, pães, peixes, Camarões, galinhas, farinhas e outros gêneros alimentícios; velas, querosene, gasolina e demais materiais que suprissem a manutenção diária do motor gerador de energia ou a própria iluminação à base de vela ou produtos químicos incandescentes²⁸. Também neste espaço da feira central de Abaetetuba era comercializado aos finais de semana produtos e artesanatos feitos pela fibra ou galho da palmeira de miritizeiro, assim como famoso mingau de miriti ou do açai com tapioca, consumidos diariamente pela manhã pelas comunidades locais transeuntes na feira.

²⁷ A “Beira” como é popularmente conhecida a “Feira” de Abaetetuba, por estar instalada na beira do rio, mais especificamente na margem esquerda do rio Marataúira (ou Meruú) é rica e diversificada (RODRIGUES, 2016, p. 25).

²⁸ Nas comunidades de Maracapucu e Piquiarana, assim como outras 73 ilhas, até 2010 não possui a rede de energia elétrica cabeada por concessionária de energia. Fazendo com que grande parte da população se utiliza dos geradores residenciais ou a utilização de velas ou lamparinas de querosene.

Essa dinâmica da feira local de Abaetetuba é salientada por Barros que percebe que tal local é:

[...] claramente como a biodiversidade está presente na vida dos diferentes atores, sejam eles moradores da cidade ou do campo. Essa biodiversidade, transformada no tempo e no espaço, traduz a riqueza do ambiente amazônico na sua natureza profunda e diversa e no seu aspecto cultural. (BARROS, 2009; p. 157).

Dialogando com essa ideia de observar as transformações do tempo e espaço a partir das riquezas locais e as modificações da biodiversidade local, o ensino a história local também vem como essa proposta de promover interações entre sujeitos e tempos como possibilidade de intermediador de saberes.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997):

Os estudos da história local conduzem aos estudos de diferentes modos de viver no presente em outros tempos, que existem ou que existiram no mesmo espaço. Nesse sentido, a proposta os estudos históricos é de favorecer o desenvolvimento das capacidades de diferenciação e identificação, com a intenção de expor as permanências de costumes e relações sociais, as mudanças, as diferenças e as semelhanças das vivências coletivas, sem julgar grupos sociais. Classificando-os como mais evoluídos ou atrasados. (BRASIL/MEC/SEF, 1997, p.52).

Ou seja, este segundo ponto das jornadas de experiências entre o município de Ananindeua ao município Abaetetuba (observando a feira local), ao longo de quase 3 anos, moldaram formas de enxergar, relacionar e entender a lógica de conhecimentos locais de diferentes pessoas e culturas, que de certa forma, impactam no fazer docente.

Já o terceiro ponto desta jornada etnográfica de experiência particular, se deu justamente da travessia do Município de Abaetetuba para as ilhas adjacentes de Maracapucu e Piquiarana.

Para chegar às ilhas de Maracapucu o modelo transporte não era mais o terrestre: somente através das pequenas embarcações chamadas na Amazônia Paraense de “rabeta²⁹” é que se efetua a chegada as comunidades. A travessia do trapiche da feira para a comunidade de Maracapucu durava entorno de 40 a 50 minutos e para Piquiarana em torno de 1 hora, a depender da correnteza do rio, condições da rabeta e o número de pessoas e produtos na embarcação, adquiridos na feira.

Nos primeiros dias ao alocar-me nas comunidades, percebe-se a estrutura das casas e estabelecimentos através da arquitetura ribeirinha das palafitas amazônicas ³⁰, que são

²⁹ Pequeno motor de propulsão que, acoplado na traseira de pequenas embarcações ou barcos, é conduzido manualmente, com a ajuda de um bastão que determina as direções.

³⁰ É uma construção teórica que descreve o tradicional modo de habitar dos ribeirinhos na Amazônia ao revelar determinadas relações que caracterizam uma lógica subjacente e socialmente construída, materializada em tipologias típicas como resposta ao sistema de águas, visto que a rede hidrográfica na Amazônia é um poderoso condicionante para ocupação do território (XIMENES, 2015 apud MENEZES; PERDIGÃO, 2021, p. 46).

tipicamente tradicionais em localidades, frutos das relações entre homem, natureza e necessidades de moradias nos cursos dos rios.

Tainá Menezes e Ana Perdigão (2021) ao se debruçarem sobre a arquitetura ribeirinha na Amazônia, aportada nos estudos de Cruz (2008) sobre a formação da identidade ribeirinha através dos rios, salientam que tais comunidades mostram uma resistência cultural na região amazônica por meio da adaptação a áreas de curso d'água, como citam as autoras:

A natureza não determina, mas orienta o modo de vida, observado no movimento cíclico das enchentes e vazantes dos rios, que influenciam nas práticas do cotidiano e nas experiências culturais. A tradição é vista na valorização e reprodução de um conhecimento herdado de gerações passadas que aprenderam a viver em contato com o ambiente natural, mas também foram se adaptando ao longo dos anos às mudanças neste cenário, indicando que a tradição não é estática, ela está intimamente relacionada ao cotidiano do espaço vivido (CRUZ, 2008 *apud* MENEZES; PERDIGÃO, 2021, p. 47).

Portanto, os rios possuem uma relação estritamente vinculada ao modo de vida cultural dessas comunidades ribeirinhas, assim como as práticas produtivas no plantio da mandioca para o preparo da farinha, tucupi; beiju ou do miriti para extração da polpa, suco, mingau ou artesanato; pesca de peixes, camarões, mariscos etc. São todos elementos alimentícios ou produtos que são utilizados para consumo próprio e para as práticas de vendas nos comércios circunvizinhos ribeirinhos quanto ao comércio da feira central de Abaetetuba.

O ponto crucial em minha experiência como professor era tentar decodificar conhecimentos tão específicos e teóricos adquiridos em 4 anos na Universidade e adequar a uma realidade local tão ímpar que eram as regiões das ilhas do município de Abaetetuba com suas atividades econômicas ligadas à venda do Açaí, Pesca e Artesanato, a religiosidade ligada ao protestantismo e catolicismo, a cultura popular com base nas lendas, contos e memória do sobrenatural mítico/religioso de espíritos e encantados da Amazônia.

As ilhas de Maracapucu e Piquiarana também foram fontes de inspirações e aprendizagens para tecer saberes locais, pois foi nessas comunidades que pude lidar com conhecimentos ligados às tradições culturais ribeirinhas e desconstruir olhares ao meu campo de atuação de professor de história, observando como as populações dessas localidades utilizam-se de técnicas de extração dos frutos das palmeiras do açaí e miriti com o uso da própria folhagem da palmeira pra fazer a peconha³¹ e subir metros acima para tirar o cachos dos frutos; as dinâmicas do tempo, espaço e clima para colocar nos rios os matapis³² para obter os diversos

³¹ Utensílio rudimentar amazônico similar a um cinto, utilizado na escalada de árvores comumente fabricado a partir de fibras de ubuçu, ripeira ou matamatá.

³² Armadilha cilíndrica, confeccionada com tala de miriti, utilizada para capturar camarão nos rios da Amazônia.

crustáceos, em especial o camarão; às tradições de saberes e fazer das olarias na fabricação de tijolos e telhas; as parteiras responsáveis pelo auxílio técnico e espiritual em pôr à luz da vida dezenas de crianças das comunidades; assim como as benzedeiras por dar suporte com medicações envolvendo raízes, folhas e sementes para o preparo de chás e banhos com o intuito de tirar quebranto, encostos, mau olhado e doenças do corpo.

Esses elementos culturais que compõem as relações do homem amazônico, a natureza e atividades de sobrevivências (material, simbólica e espiritual) formam a coexistência dos seres locais que interagem constantemente no modo de pensar a modernidade, a ciência e o global, quebrando ideias de construção de conhecimento a partir das grandes cidades e metrópoles mundiais, ou como o antropólogo Raymundo Heraldo Maués (2008) tenta desmistificar em seus estudos sobre a Amazônia Paraense, à ideia de as áreas interioranas não produzem ciência “moderna” pelos preconceitos do academicismo tradicional ou através dos “cidadinos intelectualizados”³³.

Contudo, tais desafios e possibilidades enfrentados ao longo de 3 anos como professor de história nessas localidades interioranas e ribeirinhas foram extremamente importantes para lapidar as abordagens do modo de ensinar história e, utilizando a adaptabilidade do local de atuação como motor para o ensino. Tais práticas foram oportunas quando me transfiro para a região metropolitana, em Ananindeua (município onde resido e trabalho atualmente) e encontro dinâmicas distintas, mas, ao mesmo tempo, próximas ao (re) olhar meu lócus de atuação por intermédio do local utilizando o espaço vivido dos discentes. Neste caso, o uso da feira da Cidade Nova IV torna-se espaço que carrega para mim tais conexões identitárias, de memórias e história do local para os indivíduos que residem nos diferentes lugares.

3.2.A feira de ontem e hoje: uma breve história das feiras

Analisando tais debates relacionados à Educação Patrimonial, história local e saberes construídos em diferentes espaços, podemos sintetizar a teoria usando como campo de estudo a presença das feiras comerciais, na idade média e as contemporâneas, como espaço multidisciplinar e rico de significados para refletir tipos culturais do tempo e lugares.

Neste caso, se faz necessário observar como as feiras do passado e presente possuíram e possuem elementos suficientes para o despertar de conhecimentos relacionados ao cotidiano,

³³ Termo utilizado pelo antropólogo para delimitar os pensamentos dos intelectuais acadêmicos que exclusivamente residem e estudam em grandes centros urbanos e que contestam saberes e modos de conhecimento de pessoas ou grupos de pessoas que habitam e relacionam-se nas áreas interioranas, caracterizando-os, de forma preconceituosa, de rudes ou sem conhecimentos (MAUÉS, 2008, p. 365).

mentalidades, tradições e história de diferentes povos que habitam este espaço tão comum em grandes centros urbanos quanto comunidades com número populacional pequeno.

Ao traçar a tarefa de mapear estudos sobre as feiras como possibilidade para o campo do Ensino de História, é recorrente para nós professores, remetermo-nos à determinada temporalidade histórica, neste caso, o uso do surgimento das feiras medievais aponta para esse processo de continuidades deste comércio nos dias de hoje, ao qual denominamos de feiras locais.

Obviamente, que as clássicas literaturas históricas dos medievalistas como Georges Duby, Carlo Ginzburg e, em especial, Jacques Le Goff especificam a consolidação dos espaços das feiras no medievo, entre os séculos XII e XIII, atrelado aos fatores do aumento da produção agrícola, o desenvolvimento das corporações de ofício, as relações de compras e trocas e, principalmente, com o desenvolvimento das cidades que se tornaram ponto de encontros para o comércio local (LE GOFF, 2007, p. 59).

Figura 2 - Feira Medieval. Mostaert, Gillis. "Village Fair" (1590)



Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Feira>. Acesso em: 11 de dezembro de 2022.

Entretanto, apesar das feiras comerciais terem sido formalizadas como espaço de comercialização no medievo, Le Goff deixa registrado em “Por amor às cidades” (1998) indicativos sobre a presença desses espaços em templos desde o século IV na Antiguidade, como em Constantinopla, que possuíam dinâmicas culturais e econômicas análogas as das feiras medievais com o estabelecimento das relações de compras, vendas e negociações.

Segundo Guirão (2001) o comércio em Constantinopla possuía dinâmicas comerciais de grande fluxo de produtos, como a vendas de frutas, legumes, pães, carnes de aves, bovinos,

peixes, frutas, legumes, cereais, laticínios, condimentos, especiarias, perfumes, sabonetes, velas, peças mecânicas etc., além do estabelecimento de uma estrutura política e administrativa que visava um monopólio econômico para além de seus territórios. Como cita Guirao:

Constantinopla constituyó un gran mercado, el único verdadero gran mercado del Imperio, tanto a causa del consumo local como por sus contactos internacionales, el sistema garantizó a cada uno una buena vida sin demasiadas ambiciones económicas (GUIRÃO, 2001, p. 78)³⁴

Ou seja, Constantinopla poderia ser uma síntese do pensar o comércio local como lugar de dimensões continentais pelo seu alcance desde a antiguidade 330 a.C. até o fim da medievalidade em 1453 em continentes e países europeus.

Todavia, ao aprofundar o entendimento no que diz respeito ao surgimento das atividades comerciais de bens e produtos, é imprescindível não notar que desde a pré-história a humanidade utiliza-se dos meios de trocas, favores e reciprocidade como parâmetros sociais, políticos e econômicos.

Harari (2020) aponta que as atividades desenvolvidas no neolítico para a sobrevivência humana davam-se em relação a troca de produtos entre diferentes grupos, havendo como base as relações de trocas que fortaleciam laços entre tribos.

O bando era economicamente independente; apenas alguns itens raros que não podiam ser encontrados localmente – conchas, pigmentos, obsidianas e coisas do tipo – precisavam ser obtidos com estranhos. Isso podia ser feito por meio de escambo simples: ‘Nós trocamos belas conchas do mar por sílex de boa qualidade’ (HARARI, 2020, p. 182).

Essas práticas de parcerias de trocas e acordos foram modificando-se com o avançar da humanidade, criando-se grupos e organizações, cidades, reinos e exigências de produtos com melhores qualidades, assim como por mão de obra. Tais fatores, atrelados ao aumento populacional nas cidades e o excesso de produtos, foram determinantes para substituição do escambo para o uso do dinheiro (SANTOS, 2021, p. 26), ou como nas feiras das Civilização Astecas de Tenochtitlan – sendo a mais famosa a de Tlatelco – que encontravam variados tipos de negociações e produtos e, até mesmo, o uso do pó de ouro como meio de troca (HARARI, 2020, p. 181 apud SANTOS 2021, p. 27), “assim como facas de lâminas finas de cobre batido em forma de crescente” (VAILLANT, 1944, p. 129 apud SANTOS 2021, p. 27).

Calado (2010) ao citar Sato (2006) sob a perspectiva da origem da feira, enfatiza que:

³⁴ GUIRAO, Encarnación Matos. La Ciudad y el Comercio en Bizancio. Universidad de Granada. 2001. Pesquisado em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=Comercio+em+constantinopla&btnG=#d=g_s_qabs&t=1672943590552&u=%23p%3D3SX44AErAkAJ, em 20 de Novembro de 2022.

[...] os mercados locais existentes no início do século IX, na Europa, com o objetivo de suprir a comunidade local com provisões necessárias à sobrevivência. Isso explica o fato de acontecerem semanalmente, seu círculo de atração ser limitado e a restrição de sua atividade para pequenas operações de varejo. (SATO, 2006, p. 15 *apud* CALADO, 2010, p. 23).

Ou seja, a origem do espaço das feiras é marcada ainda na Baixa Idade Média com características de atender pequenos grupos locais, assemelhando-se com as atividades econômicas da Antiguidade. Ademais, a autora pontua que na Idade Média as dinâmicas para o comércio local eram bem específicas, como em pequenas residências que alugavam portas e janelas para as vendas de produtos, ruas exclusivas para a comercialização e em dias específicos da semana como quartas, sextas e sábados para as atividades comerciais (p.23).

Além da origem e da consolidação do sistema comercial das feiras medievais, torna-se importante observar a própria participação de umas das instituições mais poderosas da Idade Média – a igreja católica, que possuía o caráter de deixar registradas marcas sólidas para o tempo futuro, como o próprio nome “Feira”, como aborda Aletícia Rocha da Silva (2018):

Novamente o caráter religioso das feiras se faz presente. Aliás, é dessa possível ligação que surge o nome feira. Que teria sido derivado da palavra latina “feria”, que significa “dia santo, dia de descanso ou feriado”, é a palavra que deu origem à portuguesa “feira”, à espanhola feria e à inglesa fair. (SILVA, 2018, p. 65).

Abrindo um parêntese sobre a presença da religião católica nas atividades comerciais é possível notar que nos manuais dos livros didáticos de história, como no do Sistema de Ensino FTD (2018)³⁵ e Editora Moderna (2016)³⁶, ao contemplar os conteúdos de idade média, nas turmas do 1º ano do ensino médio, repassam aos alunos essa estrutura histórica das feiras como lugar de comércio, mas também como um espaço que deveria ser ético, fiscalizados pelas corporações das Escolásticas que condenavam a usura e lucro.

Entretanto, é interessante observar, também, sobre os manuais didáticos que não possuem nenhum paralelo sobre as feiras medievais europeias e as feiras no Brasil Colonial, não de uma maneira que justifique anacronismos, mas de perceber as dinâmicas comerciais comuns entre esses espaços em tempos diferentes. Para isso, os professores têm que buscar meios para traçar paralelos das feiras medievais na Europa com as feiras no Brasil. Ou seja, tais meios criam barreiras e distanciamentos quanto à compreensão da importância das feiras, presentes em vários bairros de cidades brasileiras na atualidade.

³⁵ Editora FTD. Módulo 2 – A Baixa Idade Média, p. 13. Ano 2016.

³⁶ BRAICK, Patrícia Ramos. História: das cavernas ao terceiro milênio. Ensino Médio 1. – 4. ed. – São Paulo, Moderna, 2016. p. 139.

Para isso, analisar as feiras locais e suas relações conforme as características civilizatórias do mundo antigo é reconhecer as particularidades de interesses e valores que esses espaços ditam sobre modos de vida das pessoas, como as relações de trocas ocorridas em Pompéia, Roma e Egito, a estrutura comercial em Tenochtitlan (Tlatelco), até chegar na Europa medieval com a obtenção do controle de poder político, econômico e territorial por meio do Renascimento Comercial e Urbano a partir da Baixa Idade Média.

As feiras medievais se expandiram tanto para outras regiões de determinadas cidades europeias como Paris [...], como de outros lugares da Europa. Diante do avanço das feiras, surgiu os halles (feiras cobertas), que geralmente tinham ao seu lado as feiras ao ar livre em várias partes da Europa, a exemplo, França, Itália, Inglaterra e Alemanha (SANTOS, 2021, p. 31).

Ou seja, com expansão comercial e o advento das Grandes Navegações impulsionadas pela Europa mundo a fora, muito dos valores e estratégias praticados no mundo antigo serão adotados pelos territórios colonizados, como o caso da Coroa Portuguesa, que no século XVII oficializou a primeira feira no Brasil:

A primeira referência das feiras no Brasil data de 1548, quando o Rei D. João III na tentativa de evitar que os colonos se dirigissem às aldeias, ordenou que se fizesse um dia de feira para que os gentios viessem à cidade comerciar seus produtos e comprar o que necessitassem. Partindo do princípio de que os mesmos já estavam acostumados a reunir seus artigos de troca na praia para a posterior negociação, estas feiras acabaram por não se realizar. Por este motivo não se realizaram feiras na colônia durante os séculos XVI e XVII, não sendo registrados qualquer ocorrência das mesmas nos documentos oficiais ou relatos de viajantes. [...] A partir do século XVII, surgem com mais intensidade as feiras de gado, que abasteciam as cidades com seus produtos. O gado era trazido da zona rural onde era engordado e para a futura comercialização nas cidades, destacando-se que: No Brasil havia, por esta época, dois tipos de feiras. A Feira de Mercado, realizada aos sábados para o abastecimento alimentar da população da cidade e das redondezas e a Feira Franca, realizada anual ou bianualmente destinada à comercialização de bens regionais como o gado e por isto atraíam grande número de compradores e vendedores das mais distantes regiões (TREVISAN, 2008, p. 46).

Para Trevisan (2008), as primeiras feiras chegam com a coroa portuguesa do Rei Dom João III com o intuito de evitar que os residentes que moravam nas colônias fossem para as aldeias. O rei estabeleceu que os gentios fossem uma vez na semana comprar e comercializar seus produtos e tal prática se estendeu até meados do século XVII, tendo somente a partir do XVIII, com predomínio da atividade açucareira e monocultura, um impulsionador para que esses espaços de feiras se consolidassem no Brasil (p.45).

Portanto, a feira ganha impulso no Brasil Colônia por quatro fatores principais: 1) atender as necessidades básicas da elite local que se estabelecia no território brasileiro ao longo do século XVI e XVII; 2) pelo comércio positivo de vendas e trocas do açúcar ao longo do ciclo econômico mundo a fora; 3) pelo aumento populacional nas cidades devido o êxodo rural de

famílias do campo e; 4) a modernização das atividades agrícolas e do comércio através dos estabelecimentos em lojas a partir do século XVIII.

No entanto, as feiras ganham com o passar do século XIX e XX conotações e adequações conforme as necessidades locais de cada região, obedecendo modos culturais, alimentares, medicinais, e econômicos dos sujeitos, ou seja, podemos dizer que a feira é um espaço multifacetado que carrega marcas do regional, local e nacional, podendo esse ser um espaço de laços de memórias, histórias e características identitárias para um pequeno número de pessoas ou expressivo em dimensões continentais.

3.3.A feira da Cidade Nova IV - Ananindeua/Pará como possibilidade de educação patrimonial nas aulas de história

3.3.1. Uma breve história de Ananindeua/Pará

Ananindeua, o terceiro município mais populoso da Região Amazônica, localizado na região metropolitana de Belém do Pará, completou, em janeiro de 2023, 79 anos oficialmente registrada como município. Seu nome “Ananindeua” vem de origem indígena tupi e com relação a quantidade de árvores de “Ananin”, vegetal extremamente importante para a produção de equipamentos de embarcações no século XVIII. Já o sufixo “deua” consiste em variações de significados como “abundância” ou “dar”.

A historiadora Lúcia Araújo, em entrevista à TV liberal³⁷, em alusão aos 78 anos de Ananindeua, esclarece que a ocupação territorial da cidade se deu muito antes da inauguração da Estrada de Ferro Belém-Bragança³⁸ (estrada principal responsável pelo fluxo de mercadorias entre a capital Belém e os municípios de Benevides e Bragança) em 1884.

Segundo dados orais colhidos por Lúcia Araújo, em 1710, já havia uma ocupação organizada por parte de um território quilombola, terra essa, herdada de um senhor de engenho chamado Antônio Conde de Melo que se envolveu amorosamente com uma escravizada, união que resultou de 3 filhas chamadas “Marias”. Essa seria a primeira ocupação rural existente em

³⁷ Lúcia Araújo. Entrevista concedida em 03/01/2022. Link de acesso em: <https://www.google.com/amp/s/www.oliberal.com/ananindeua/ananindeua-78-anos-de-historia-com-raizes-rurais-e-urbanas-1.477436%3famp=1>, Pesquisado em 23 de Dezembro de 2022.

³⁸ “Ananindeua” era um ponto de parada obrigatória para descanso para os operários, tornando-se uma cidade dormitório até meados do século XX.

Ananindeua ainda no século XVIII, hoje, tal território se denomina “Quilombo do Abacatal”³⁹ (Ver Figura 3).

Figura 3 - Fachada de entrada do “Quilombo do Abacatal”, Ananindeua/Pará



Fonte: Blog Hypness

Ou seja, processo de ocupação e urbanização de Ananindeua ocorre envolta da segunda metade dos séculos XVIII e XIX com 3 fatores principais: 1) o engenho de açúcar das “Três Marias”, hoje conhecido como Abacatal; 2) a “Via Férrea Bragantina (ver Figura 4 abaixo), que impulsionou o fluxo do comércio e o povoamento de áreas até então não ocupadas e; 3) o “Curtume Maguary”⁴⁰ (Ver Figura 5), inaugurado em 1 de Maio de 1916, como um dos maiores empreendimentos do ramo industrial do curtimento de couro, responsável em fomentar a vinda de trabalhadores de regiões à fora, ao qual residiriam nas localidades adjacentes do município.

Figura 4 - Estrada de Ferro Bragança, fim do século XIX

³⁹ O território quilombola do Abacatal, na zona rural de Ananindeua, é constituído por mais de 150 famílias e tem 312 anos de história. Sua origem está ligada aos engenhos de cana de açúcar situados nas proximidades de Belém e às margens dos rios Guamá, Bujaru, Acará e Moju, muito comuns nos séculos XVIII e XIX.

⁴⁰ LEÃO, Roberto Queiroz de. Maguary: voo ao seu passado. Ananindeua, 1999/Belém da Saudade, 1996.



Fonte: Facebook de Márcio Couto Henrique, 26 de março de 2019.

Figura 5 - Curtume Maguary, em Ananindeua, 1929



Fonte: Leão Roberto Queiroz de. Maguary: voo ao seu passado. Ananindeua, 1999/Belém da Saudade, 1996.

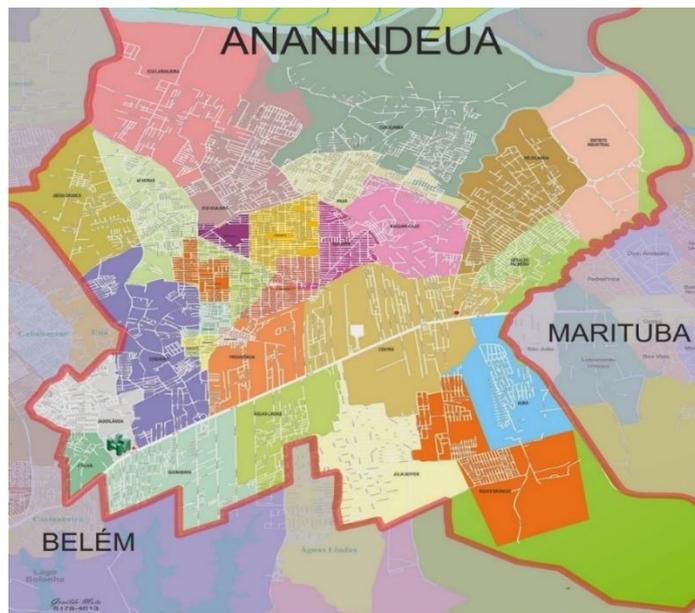
Com o advento do progresso territorial, econômico e populacional de Ananindeua, em 1938 deixa de ser um Distrito atrelado à jurisdição do município de Santa Izabel e passa a aderir como Distrito de Belém até 1943. Com o Decreto de Lei nº 4. 505, de 03 de janeiro de 1944, Ananindeua ganha o status legal de município.

Entretanto, devido ao aumento populacional na capital, a especulação imobiliária e a reorganização da população de baixa renda, muitos trabalhadores foram obrigados a vir morar no município de Ananindeua (12 km de Belém) e obter a esperança da casa própria financiada pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab/Pará).

Estima-se que até 1980 o número populacional em Ananindeua chegava a 20 mil habitantes. Com o fomento das casas habitacionais do Conjunto Cidade Nova, esse índice, em meados de 1990, chegava a 60 mil pessoas residindo no local.

Hoje, com base no senso do IBGE (2021), estima-se um número populacional no município corresponda a 540.410 habitantes, subdivididos em 22 bairros na Área Urbana (40 Horas; Águas Brancas; Águas Lindas; Atalaia; Aurá; Centro; Cidade Nova; Coqueiro; Curuçambá; Distrito Industrial; Geraldo Palmeira; Guanabara; Heliolândia; Icuí-Laranjeira; Icuí-Guajará; Jaderlândia; Jibóia Branca; Júlia Seffer; Levilândia; Maguari-Cajuí; PAAR; Providência) e, para Dinis⁴¹ (2018, p.129), acrescida de mais 9 ilhas de água doce que compõem a Área Rural de Ananindeua (Viçosa, João Pilatos, Santa Rosa, Mutá, Arauari, São José da Sororoca, Sororoca, Sassunema e Guajarina).

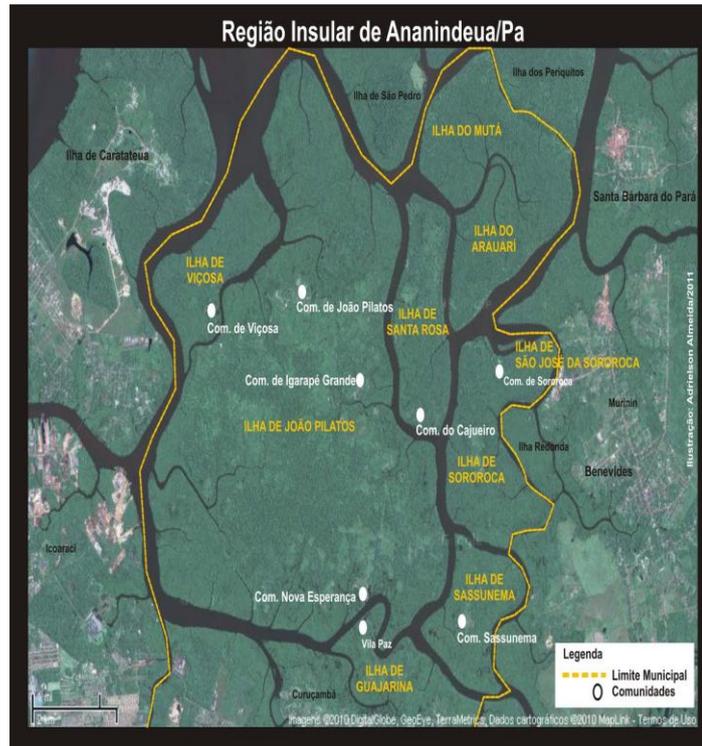
Figura 6 - Mapa do Município de Ananindeua/Pará



Fonte: Blog Adrielson Furtado.

⁴¹ DINIZ, Francisco Perpétuo Santos. Traduzido o espaço nas ilhas em Ananindeua a partir da paisagem e lugar. Revista Geo Amazônica, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém/Pará, 2018, p. 129.

Figura 7 - Área Rural, Região das Ilhas de Ananindeua/Pará

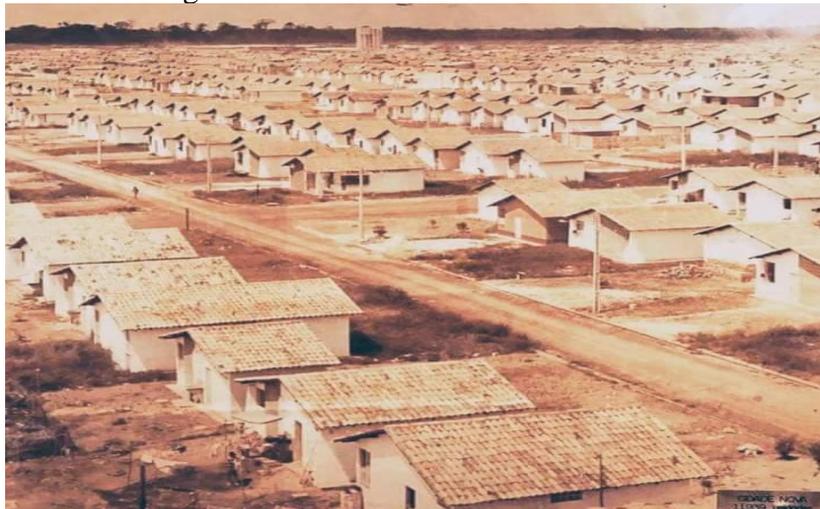


Fonte: Revista GeoAmazônica (PPGEO/UFPA).

A estrutura geográfica/espacial do município de Ananindeua, que envolve uma lógica urbana e rural, está diretamente ligada ao entendimento da história local e patrimônio.

Na década de 70, do século passado, era comum ouvir relatos de moradores antigos, assim como de minha mãe Maria José, de que as casas habitacionais do conjunto Cidade Nova era um espaço de dormitório para trabalhadores que iam à Belém para trabalhar e voltavam apenas para descansar. O local não oferecia uma estrutura urbanística adequada para morar, como lojas de grandes departamentos, supermercados, hospitais, bancos, Universidades, pavimentação asfáltica, praças etc.

Figura 8 - Bairro da Cidade Nova - 1970



Fonte: Blog Cidade Nova Ananindeua.

Figura 9 - Vista panorâmica de parte da Cidade Nova VII e IV



Fonte: <https://zconti.com.br/como-abrir-empresa-em-ananindeua-pa/>.

Hoje, o conjunto habitacional da Cidade Nova foi subdividido em 9 subconjuntos (I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX) e corresponde ao maior conjunto habitacional do Pará com 46 anos de existência, espaços comerciais, redes de supermercados, ginásio, praças, Museu parque/ambiental, feiras comerciais que são abastecidas pelas cooperativas agrícolas do bairro do Curuçambá, assim como pescados, farinha, carvão e artesanato proveniente das comunidades das ilhas circunvizinhas do bairro da Cidade Nova.

No que se refere à parte Rural de Ananindeua, composta pelas ilhas adjacentes, é possível identificar que além de ter grande participação para as atividades econômicas locais, tais espaços são fontes de saberes e fazeres que guardam tradições da pesca, das confecções de artesanatos de barros, abanadores de palhas, cestos de fibras, vassouras de piaçava etc.

Vale ressaltar que as 9 ilhas que cortam e circulam o município de Ananindeua possuem potenciais consideráveis para o turismo ecológico nas ilhas, que estimulariam maior visibilidade ao local, assim como maior investimento para as cooperativas de agricultura familiar que impulsionaria a concentração do fornecimento total as feiras e estabelecimento locais de Ananindeua, ficando independente do fornecimento do Centro de Abastecimento do Pará (Ceasa/Pará).

Neste sentido, os debates sobre história local tornam-se significativos para repensar aspectos específicos das relações sociais do tempo presente atrelado como continuidades do passado, como cita Rocha e Caimi (2019): “Busca constituir temas significativos e, visando esse fim, tanto considera aspectos do contexto social, estabelecendo relações entre o presente e o passado, quanto considera as experiências dos alunos a que se destina”.

Contudo, essa análise geográfica, histórica, econômica e cultural da cidade de Ananindeua/Pará, torna-se profícua para dimensionar o seu desague de todos esses elementos no espaço da feira da Cidade Nova IV, onde há existências de valores caros para (re) pensar o local, o patrimônio e o ensino por intermédio do local vivido.

3.3.2. A feira da Cidade Nova IV na perspectiva de pensar os patrimônios

As feiras, como já discutido nos itens anteriores, são espaços consolidados desde a Idade Média e, estabelecem relações comerciais de bens e valores econômicos. Todavia, ao ampliar este debate para além do valor comercial da feira é possível perceber, também, o quanto os valores patrimoniais estão incutidos na cultura de vida da cidade e dos próprios feirantes das feiras da Cidade Nova IV em Ananindeua, denominando este espaço como uma “segunda casa”.

A feira da Cidade Nova IV, ou melhor dizendo, as duas feiras da Cidade Nova IV são divididas por uma distância de apenas 150 metros uma da outra e são categorizadas pelos moradores de seguinte forma: “A feira Nova” e a “feira Velha”.

Figura 10 - Feira Nova da Cidade Nova IV



Fonte: www.archdaily.com.br/feira-da-cidade-meia-dois-nove-arquitetura-e-consultoria.

Figura 11 – “Feira velha” da Cidade Nova 4 atualmente



Foto: Oswaldo Almeida, 2022 e 2020.

A data do surgimento da mais feira antiga da Cidade Nova IV ainda é uma lacuna a ser investigada, assim como a ausência de fontes formais e trabalhos acadêmicos voltados a entender especificidades caras às dinâmicas históricas, geográficas, sociais e culturais deste local. Entretanto, em entrevistas orais em campo, realizadas em novembro de 2022, pude ter inúmeras experiências de relatos, memórias, sentimentos e importância que a feira antiga e nova tem para as trabalhadoras e trabalhadores, além das disputas políticas, econômicas e simbólicas entre elas. Caracterizando-se, pois, um dos preceitos bases dos debates patrimoniais evidenciados por Gonçalves (2015), Canclini (1998; 2012), Poulot (2011) – as disputas de poderes – ao qual já discutido na seção I deste trabalho, mas que se visualizará adiante deste exemplo in loco sobre as duas feiras em Ananindeua/Pará.

Em entrevista com o responsável pela administração da feira antiga, seu Raimundo, ele relatou através de suas memórias, que essa feira surgiu em meados dos primeiros anos da década de 1980 com o intuito de atender moradores da mais recente inaugurada Cidade Nova IV. Logo,

concentrando a venda de inúmeros produtos de primeira necessidade como legumes, verduras, carnes, vestuário e outros, às margens da Avenida Arterial 18 (atual Dom Vicente Zico) entre as Travessas WE 60 e WE 63 e, também, com o passar dos anos foi ganhando dimensões no próprio canteiro da avenida com box em alvenaria e barracas de madeira.

Figura 12 - Avenida Arterial 18 com apropriações de barracas no canteiro central e na Via



Fonte: Memorial Descritivo da Feira da Cidade Nova, 2005.

Seu Raimundo complementa ainda enfatizando que devido ao aumento populacional no local ao longo da década, a partir da década de 80, o espaço da feira foi se expandindo e ganhando mais empreendimentos, construções de boxes e uma organização de planejamento administrativo por parte dos próprios feirantes, que até adquiriram inúmeros estabelecimentos e colocaram-nos para alugar a terceiros.

Ou seja, o feirante, segundo o conceito de Queiroz (2015) seria:

[...] todo aquele que pratica atos de comércio de bens ou venda serviços, com vistas à obtenção de renda para o seu sustento e tem o comércio de mercadorias como meio de subsistência e obtenção de rendimento, sendo um dos intermediadores entre fornecedores e o consumidor final que frequenta às feiras, os fregueses (QUEIROZ, 2015 *apud* TRINDADE; FIEL, 2019, p. 109).

Neste caso, com base na análise de seu Raimundo, haveria, talvez, um desvirtuamento da ideia de feirante no início da construção da feira da Cidade Nova IV, pois poderia estar ocorrendo uma espécie de barganha de posse das áreas para a obtenção de lucro e controle por intermédio dos estabelecimentos de comércio da feira coberta ou então o número de feirantes aumentando. Fato esse, justificável para o avanço dos boxes, barracas e carrinhos de frutas e legumes para a avenida e canteiro da Arterial 18, pois seria mais viável apropriar-se de um novo espaço do que alugar de terceiros.

Cenário esse que se modifica com a eleição do novo prefeito de Ananindeua, Helder Barbalho⁴², pois, pensando nesses aspectos de reorganização da Cidade, em especial da Cidade Nova IV (que possuía e possui até hoje uma das principais vias coletoras de acesso as WE's), o prefeito estabelece através do Plano Diretor de Ananindeua (2005) as diretrizes para a desobstrução do trecho da Arterial 18, com o objetivo de padronizar o local da feira em um espaço fixo e delimitado, trazer conforto aos feirantes e compradores e, sobretudo, a higiene, segurança e fluidez do tráfego de pedestres e veículos (Memorial descritivo da Feira da Cidade Nova IV⁴³).

Em 2005 foi implementado o projeto arquitetônico do espaço da Nova Feira da Cidade Nova IV com o intuito de remanejar todos os feirantes e comerciantes que ocupavam de forma irregular os canteiros e vias da WE 60 e WE 63 e arterial 18, pois, segundo a prefeitura, os feirantes deste local possuem importância para o comércio local e a subsistência de milhares de famílias:

A “Feira do Quatro” é, independentemente de sua desordenada configuração, um conjunto importante para a cidade. Seu porte e crescimento denota, dentre outras coisas, a relevância de seu papel como comércio local, a asserção de sua localização e, sobretudo, a sua consolidação como equipamento urbano. Seu funcionamento é responsável, ainda, pela subsistência de centenas de famílias, o que revela, também, a dimensão social de sua existência. Diante do exposto, a “Feira do Quatro” justifica ser merecedora de atenções especiais por parte do Poder Público Municipal, já que sua atual configuração demanda urgente intervenção no sentido fundamental de sanear-la e preservá-la, dotando-a de condições de higiene, segurança e, acima de tudo, dignidade para aqueles que dela vivem (Memorial Descritivo da Feira da Cidade Nova IV, 2005, p. 4).

Portanto, a estratégia da prefeitura de desalocar os trabalhadores irregulares para um novo espaço surgiram como uma boa oportunidade, principalmente por se tratar de uma área de 150 metros de distância da antiga ocupação dos feirantes.

⁴² Helder Zahluth Barbalho, atualmente é Governador do Pará e foi prefeito de Ananindeua por dois mandatos consecutivos. Ficando como gestor municipal da Cidade de 2005 a 2013, filiado pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Helder Barbalho teve como antecessor o prefeito Manoel Carlos Pioneiro, mas conhecido como “Pioneiro”, filiado ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB).

⁴³ MEMORIAL DESCRITIVO DA FEIRA DA CIDADE IV, disponível em <https://goo.gl/isas5e>. Acesso: 02/12/2022.

Figura 13 - Área onde estão os feirantes e o novo local escolhido



Fonte: Descritivo da Feira da Cidade Nova IV, 2005, p. 6.

Figura 14 - Lote comprado pela prefeitura para a nova feira



Fonte: Descritivo da Feira da Cidade Nova IV, 2005, p. 6.

Figura 15 - Projeto visto por cima da Nova Feira do IV e Planta geral



Fonte: Descritivo da Feira da Cidade Nova IV, 2005, p. 7.

Esse foi o passo número um, o da escolha do novo local da feira, agora na WE- 59 entre SN-23 e Arterial 18, situada em uma antiga área onde era uma delegacia de polícia e ao lado da antiga rede de supermercados Y. Yamada; depois, veio a licitação e verba garantidas, assim como o projeto arquitetônico; e por último a escolha dos critérios para quais feirantes teriam ou não direito a um espaço neste novo empreendimento.

A prefeitura de Ananindeua fez, a priori, um mapeamento das atividades desenvolvidas pelos feirantes nas áreas irregulares de comércio. Posteriormente, realizou o cadastramento de todos os trabalhadores conforme seu ramo de vendas, e tempo no local (Descritivo da Feira da Cidade Nova IV, 2005, p. 5 e 6).

Em entrevista a campo, em outubro de 2022, um feirante de verduras e frutas que vende na WE 63, relatou que chegou a fazer o cadastro, entrevista e que tinha esperança de conseguir um espaço na nova feira do quatro. Mas que nunca obteve nenhum retorno da prefeitura, pois segundo ele, havia poucas vagas para sua atividade, mas também, deixa registrado que houve muitas falcatruas de pessoas que nem trabalham no ramo da feira, mas conseguiram uma vaga lá.

Portanto, a fala do feirante em relação ao número de espaços destinados a comercialização de frutas, legumes, peixes, artesanatos, vestuários, lanches, farinha etc., é de

que são bem poucos, conforme a planta do projeto que comporta 354 pontos de vendas, fato esse, que vem a justificar que mesmo com o remanejamento dos feirantes em 2006 que estavam irregulares, ainda é possível identificar antigas e novas ocupações na Arterial 18 e na WE- 63.

Ou seja, essa realocação serviu em parte para a redistribuição dos feirantes, a desobstrução dos canteiros, reordenamento da cidade e principalmente um maior respaldo para os feirantes que conseguiram um espaço na “Feira do Quatro”.

Todavia, ao adentrarmos os debates sobre as relações de poderes existentes no patrimônio, perceberemos observações que caracterizam a diferença entre a feira da Cidade Nova IV antiga e da Nova: não nos seus aspectos de variedades de produtos e comerciais, mas a forma política e até simbólica entre os agentes que fazem os respectivos espaços.

A vendedora de ervas medicinais e temperos na feira antiga, Cindy Rafaela, em entrevista coletada em novembro de 2022, relata lembrar quando sua mãe (já falecida) ainda tinha uma pequena barraca de ervas para o lado de fora da feira coberta, onde tinha um carrinho com rodas para o transporte das mercadorias entre a casa e seu local de trabalho WE 63 (ao redor da feira). Sua mãe, que já trabalha neste ramo desde pequena lá na feira de São Brás, em Belém, herdou saberes das tradições de mexer com as folhas, ervas, banhos etc., como sua avó que era indígena e, depois que sua mãe com muito esforço juntou dinheiro e conseguiu comprar um box dentro da feira coberta, passou a levá-la com mais frequência desde seus 8 anos de idade. Para Cindy, ela foi criando gosto pelo que a mãe fazia no espaço da feira, quando sua mãe faleceu ela assumiu a box de ervas e temperos, tendo esse lugar como sua segunda casa, na qual cria seus 6 filhos sozinha (5 são independentes e 1 sua responsabilidade direta), formou-se em Gestão Ambiental e pagar suas contas com a renda do comércio.

Figura 16 - Box de ervas e temperos reformado. A feirante de ervas Cindy com os discentes da Escola Rômulo Maiorana, Letícia e Felipe



Fotos: Oswaldo Almeida, 2022.

Ao longo dos seus 37 anos, Cindy Rafaela lembra que todas as melhorias realizadas no espaço da feira antiga, foram por parte dos próprios trabalhadores do local, desde o calçamento, piso, barracas, telhado e banheiros. Segundo ela, a prefeitura não desenvolve nenhuma ação em melhoria da qualidade de vida do local devido essa feira ser de propriedade privada, dos lotes fornecidos pela COHAB na década de 80, narrativa essa, oposta no que diz a prefeitura sobre a apropriação indevida deste território. Entretanto, ela acredita que independentemente de se tratar de um bem privado ou público, as entidades competentes municipais deveriam levar em consideração a importância do papel dos feirantes e da feira para os moradores da Cidade Nova.

Tais observações vêm ser endossadas por Raquel, de 45 anos, vendedora de frutas e verduras da feira antiga há anos (não sabe ao certo do tempo). Ela relata que grande parte dos produtos que comercializa (couve, cheiro verde, alface, tucupi, jambu, pimentas, cestinhas temperos, banana, acerola, pupunha, mamão etc.) em sua barraca vem do Centro de Abastecimento do Pará (CEASA/Pará), da feira do Ver-o-Peso e às vezes da cooperativa agrícola das famílias do Curuçambá⁴⁴.

⁴⁴ Com aproximadamente 200 agricultores, todos do Bairro Curuçambá, a Associação de Produtores e Hortifrutigranjeiros da Gleba Guajará (Apha) desenvolve sua produção agrícola com o raro uso de agrotóxicos, e, quando usado, há orientação técnica necessária. Dentre as hortaliças que a Associação oferece tem cebolinha, jambu, cheiro verde, couve, chicória, quiabo, alface, tudo produzido para um mercado já consolidado e em expansão. Fonte: (<https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-leva-capacitacao-para-cooperativa-agricola-emcurucamba.htm>) (Pesquisado em 11/12/2022).

Figura 17 - Vendedora de verduras e frutas, Raquel, sendo entrevistada por alunos e professor Arthur



Fotografia: Oswaldo Almeida, 2022.

Ela veio trabalhar no ramo como feirante, a princípio, unicamente pelo sentido econômico, pois estava desempregada. Depois de anos trabalhando nesse local, viu uma grande vantagem na liberdade de ser feirante, como fazer amizades, ter sempre uma “graninha” no bolso e tomar “minha cervejinha” no fim de semana, principalmente por não ter filhos e marido.

Nos estudos de Bosi (1983), citado por Campos e Silva (2019), essas narrativas da própria vida:

[...] é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória compreendida não como sonho, e sim como trabalho. Lembrar não é reviver; lembrar é refazer o percurso, repensar e reconstruir, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. Ao recordarmos, refletimos sobre como compreendemos nossa própria história e a dos que nos cercam. (BOSI, 1983, *apud* CAMPOS & SILVA, 2019, p. 245-246).

Ou seja, as memórias são testemunhais do passado que possibilita conexões das jornadas da vida e cada grupo ou comunidade estabelecem valores aos quais podem definir como seus patrimônios.

Como garantem os preceitos da Conferência de Cracóvia (2000) sobre valores patrimoniais:

Cada comunidade, levando em conta sua memória coletiva e consciente de seu passado, é responsável pela identificação, bem como pela gestão de seu patrimônio. Os elementos individuais dessa herança são portadores de muitos valores, que podem mudar com o tempo. Essa variabilidade de valores específicos nos elementos define a particularidade de cada equidade. Por causa desse processo de mudança, cada comunidade desenvolve uma consciência e conhecimento da necessidade de cuidar dos valores de seu patrimônio. (CARTA DOS PRINCÍPIOS DE CRACÓVIA PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÔNIO, 2000, p. 235).

Ademais, o patrimônio imaterial ou tangível sobre a memória e sensibilidade de Cindy e Raquel ao verem esse lugar como se fossem suas segundas casas, (“pois passo mais tempo na feira do que em casas”) como um bem de grande importância para o seu sustento diário, mas, também, essas mulheres atribuem o lugar como espaço de afetos e sentimentos, ligados a superações, histórias e memórias dos seus passados (Entrevistas concedidas em novembro de 2022).

Entretanto, perguntei à Raquel sobre o porquê não comprar exclusivamente os produtos agrícolas da cooperativa familiar do Curuçambá, já que fica no mesmo município e bem próximo à feira da Cidade Nova? Ela responde que o quantitativo de produtos fornecidos pela cooperativa não supre a necessidade do abastecimento das Feiras de Ananindeua⁴⁵, mas explicita que a cooperativa do Curuçambá possui parcerias direta com a Gestão Municipal para o abastecimento prioritário das feiras administradas pela Prefeitura de Ananindeua.

De todo modo, as feiras que não são de responsabilidade do Governo Municipal são abastecidas com os excedentes da cooperativa, por isso das opções de compra do Ceasa e do Ver-o-Peso por parte da trabalhadora Raquel.

A hipótese feita acima e explicitada na análise de Raquel, logo é endossada em entrevista do dia 10 de janeiro de 2023 pelo administrador da feira nova do quatro, Francisco Paulo. Ele relata que cerca de 80% dos produtos de hortaliças vêm da Cooperativa do Curuçambá, assim como o tucupi. Assim como ele acredita que a prefeitura não deva ter responsabilidade com a feira antiga, pois é um espaço privado. Para ele, a prefeitura faz a parte dela de manter, diariamente, a coleta dos resíduos descartáveis produzidos pelos feirantes.

Figura 18 - Box de vendas de camarões regionais



Foto: Oswaldo Almeida, 2023.

⁴⁵ Atualmente, Ananindeua conta com cerca de 2.500 feirantes. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social, “Dia do Feirante tem comemoração especial no Mercado Central de Ananindeua). Pesquisado em 20/12/2021.

Ainda em visita a campo (“feira nova do quatro”), no mês de janeiro, notou-se que independentemente do local ou condições dos espaços de ambas as feiras, é visível que cada agente que integra o comércio local possui experiências únicas sobre a sua atuação profissional, como por exemplo, o box do Paulo, vendedor de camarões secos.

Paulo, de 57 anos, diz que foi muito difícil se estabelecer enquanto feirante no início de sua jornada. O trabalhador relata que há uns 25 anos atrás, quando começou as suas atividades na feira (por incentivo do seu pai que tinha um box de vendas de camarões na “Feira da 25”, em São Brás) teve que adaptar-se ao trabalho diário de domingo a domingo, ter que juntar dinheiro para pagar os fornecedores que trazem os camarões do Estado do Maranhão para Ananindeua, ainda precisar ganhar carisma dos clientes e sustentar sua família. Hoje, seu Paulo se sente realizado enquanto feirante, pois conseguiu seguir a mesma profissão que o pai, possui bastante freguesia na Cidade Nova toda, mas, seu maior orgulho foi encaminhar para que seus 3 filhos tivessem outros caminhos para além da feira, cada um com suas profissões. Citando com orgulho um advogado, uma engenheira e um contador na família.

Pergunto ao seu Paulo se o seu local de trabalho precisaria de alguma melhora por parte da prefeitura. Ele responde que o que os feirantes queriam era uma nova reforma na feira, mas que o atual prefeito Daniel Barbosa Santos, está fazendo isso, mas que ainda peca na segurança do local, pois já levaram algumas mercadorias suas.

Figura 19 - Feira Nova do quatro passando por reformas



Fotos: Oswaldo Almeida, 2023.

Percebe-se, nestas análises entre as feiras (Nova e antiga), variações de significados e importâncias culturais as comunidades, fazendo com que cada grupo construa e articule repertórios para definir seus patrimônios, seja com apoio da prefeitura ou da própria articulação dos feirantes.

Tais debates dos feirantes, que permeiam entre o público e privado, sem dúvidas possuem significados e valores importantes para âmbito patrimônio. Entretanto, os bens culturais para serem legitimados precisam ter apoio de setores sociais.

Gonçalves (2005) diz que significações das culturas comunitárias se dão através de articulações: ao explicar essas significações e significados delas:

[...] um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão política de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos e grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto ao público (GONÇALVES, 2005, p.19).

Ou seja, patrimônio é um jogo simbólico de interesses e articulações que envolve a chancela das Instituições Públicas, movimentação de grupos e sociedades e, acima de tudo, convencer o público que tais bens podem ser um patrimônio.

Neste caso, a “feira nova do quatro” foi chancelada pela prefeitura como a feira escolhida para representar as atividades comerciais da Cidade Nova IV, ganhando parcerias, reformas e visibilidade sobre o espaço e sua preservação local. Por outro lado, apesar da “feira antiga do quatro” ser, basicamente, administrada pelos próprios feirantes, os valores patrimoniais de saberes, fazeres, memórias e histórias são tão importantes quanto da feira nova.

Contudo, tomando como base para esse debate patrimonial da história local de Ananindeua/Pará e das feiras da Cidade Nova IV, como experiência e construção de saberes, parece oportuno para nosso campo de atuação como discente de história, principalmente perceber um espaço repleto de particularidades para aproximar ações sobre a Educação Patrimonial e os alunos.

Ao utilizar esse espaço como campo de estudo de pesquisa, associado à prática docente, é importante perceber que este lugar tão comum entre nós é um local marcado por relações comerciais de compra e venda, mas, também podendo ser um local de conhecimento que carrega significados e significância de memórias, identidades, afetividades e interações sociais que podem servir como objeto a ser trabalhado em sala de aula como referências culturais.

Neste sentido, como esses espaços tão simbólicos podem ser locais de memória e representatividade para as populações que frequentam, compram e se relacionam com esse comércio? Quais ideias se têm com sobre história local a partir da feira? Seria a Educação Patrimonial para o Ensino de História um conector para o entendimento da história local? Qual o papel dos professores de história neste processo de construção de saberes? Essas e outras indagações que se buscará lapidar nos itens a seguir.

4. HISTÓRIA EM QUADRINHOS (HQ) “AS AVENTURAS DA ESCOLA RÔMULO: O DESPERTAR PATRIMONIAL NA FEIRA”

4.1. “Aqui tem patrimônio?”: a Feira da Cidade Nova IV como possibilidades de debates patrimoniais na Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana

Ninguém é educador por simples acaso. Ninguém forma por formar. Há objetivos e finalidades que fazem com que a prática educativa transborde dela mesma (FREIRE, 1991, p. 21-22).

Escolher a feira da Cidade Nova IV, em Ananindeua/Pará, vem como possibilidade de investigação para o ensino de história local e pela necessidade de evidenciar análises sobre a identificação dos patrimônios culturais. Tais espaços podem oferecer relações diretas e indiretas para o fortalecimento dos sentimentos de identidades para 45 discentes de duas turmas do 1º ano do Ensino Médio, da Escola Jornalista Rômulo Maiorana.

Pautado nos debates patrimoniais do uso simbólico e material presentes nas feiras locais, estes servirão como fontes de inspirações culturais para identificar a história das sociedades e suas transformações ao longo do tempo e, conseqüentemente, mobilizar interesses pelo cuidado do espaço, respeito pelas vidas ali presentes e o despertar de saberes históricos em espaços incomuns de ensino.

Essa experiência do uso de espaços locais como ferramenta didática para ensinar história vem ser defendida por Maria Auxiliadora Schmidt como fonte de inspiração para compreender o presente:

A partir do seu presente e de suas experiências, alunos e professores tem que se apropriar da história como ferramenta para romper, destruir e decifrar a linearidade de determinadas narrativas históricas, fazendo com que eles percebam o seu poder como fonte de orientação para o presente (SCHMIDT, 2005, p. 304).

Para tanto, ensinar história local, na perspectiva patrimonial, com os discentes da escola Jornalista Rômulo Maiorana adentra como provocação para o despertar de uma consciência histórica voltada para entender a cultura da feira e valores que esse espaço reverbera, tanto nos fazeres quando nos saberes produzidos cotidianamente neste lugar de memórias, histórias, sentimentos e experiências de vidas caras para o processo de construção histórica do lugar.

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jornalista Rômulo Maiorana, que fica localizada na Cidade Nova VIII, WE- 48, N° 171, atende em torno de 1500 alunos em três turnos no ensino Fundamental II, Médio e EJA (Ensino de Jovens e Adultos), contemplando os bairros circunvizinhos do 40 horas, Icuí Guajará, Nova Esperança e Cidade Nova VIII, VII e IV.

Figura 20 - Fachada da escola Jornalista Romulo Maiorana



Fotografia: Acervo particular de Claudiane Batista, novembro de 2022.

A escola, fundada 1988, dialoga com as variadas experiências dos discentes de diferentes localidades e muitos deles, possuem conexões de compra e convívio direto com as feiras da Cidade Nova IV (antiga e nova).

Ao tratar os conteúdos obrigatórios na disciplina história sobre Idade Média, em específico, ao abordar sobre “Nascimento das Cidades e do Comércio”⁴⁶, as feiras medievais foram dimensionadas como um importante local para a produção das dinâmicas comerciais, econômicas e culturais da sociedade medieval. Apontado suas configurações com desenvolvimento dos burgos (cidades medievais), a migração do campo para a cidade, as Corporações de Ofício, os trabalhadores camponeses, os sistemas de trocas, muito característico da sociedade feudal, deixa de existir pela expansão do comércio, logo, substituído pela comercialização de produtos em espaços fixos – as feiras. Como Le Goff aponta para essa lógica da feira na medievalidade:

A cidade contemporânea, apesar de grandes transformações, está mais próxima da cidade medieval do que está última da cidade antiga. A cidade da Idade Média é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio alimentados por uma economia monetária. É também o cadinho de um novo sistema de valores nascido da prática laboriosa e criadora do trabalho, do gosto pelo negócio e pelo dinheiro. É assim que se delineiam, ao mesmo tempo, um ideal de igualdade e divisão da social da cidade [...]. (LE GOFF. 1998, p.25 e 33).

Portanto, fica explícita a lógica das feiras medievais como práticas exclusivamente comerciais, ideia essa difundida até o período moderno. Hoje, é necessário olhar a feira para

⁴⁶ Livro: Das Cavernas ao terceiro milênio. História.1 ano do Ensino Médio, 2018, p. 131.

além do monetário e ampliar para o debate do ensino multidisciplinar que contemple pessoas, modos de trabalho, respeito pela cultura de vida dos que nos cercam.

Nas aulas de história, subi um horário disponível de uma das professoras que havia faltado, então juntei as duas turmas do 1º ano (turmas 1003 e 1004). Utilizei como parâmetro de conexão ou até mesmo de continuidade, o espaço da feira da Cidade Nova IV como esse exemplo da lógica das feiras medievais, apresentando um comparativo dos ofícios dos sapateiros, relojoeiros e artesãos como parte das corporações de ofício; a comercialização de frutas, legumes e peixes; as práticas medicinais alternativas com ervas, as práticas de higiene no medievo; à formação das cidades entorno das feiras. Ou seja, a lógica das feiras medievais assemelha-se com as atividades presentes na feira contemporânea, entretanto, deixando em alerta aos alunos para não cometer o erro anacrônico, pois são lógicas de tempo e espaços distintos.

Figura 21 - Feira do IV (Velha) com vendas de abanador e cesto de tala de Japati; Óleo de Andiroba, Copaíba, mel e outros produtos da medicina natural e popular da Amazônia



Foto: Oswaldo Almeida, 2022.

Neste sentido, alguns debates sobre o ensino de história tornam-se significativos para repensar aspectos específicos das relações sociais do tempo presente atrelado como continuidades do passado, como cita Rocha e Caimi (2019), “Busca constituir temas significativos e, visando esse fim, tanto considera aspectos do contexto social, estabelecendo relações entre o presente e o passado, quanto considera as experiências dos alunos a que se destina” (p.137).

Pensando nessas possibilidades de relacionar conteúdos obrigatórios do livro didático de história, espaço local das feiras da Cidade Nova IV e o ensino de história, pude avançar nos

debates com os alunos propondo a reflexão da feira como um lugar de memórias, histórias, significados e poderes, chegando a questioná-los com a seguinte pergunta:

- Professor: Seria a feira da Cidade Nova 4, em Ananindeua, um patrimônio para nós?
- Aluno 1: Não!
- Aluno 2: Não!
- Aluno 3: Talvez!
- Professor: Mas porque a feira não é um patrimônio para vocês?
- Aluno 1: Aqui têm patrimônio?
- Aluno 2: A feira só serve para comprar.
- Aluno 3: A feira fede! Eu nem gosto de feira!
- Professor: Então o que seria patrimônio para vocês?
- Aluno 1: Teatro da Paz.
- Aluno 2: Forte do Castelo.
- Aluno 3: Capoeira.

O professor Luís Carlos Borges da Silva ao tratar sobre história local, aponta para a importância de os professores de história utilizarem o espaço vivido local como um instrumento de grande valor metodológico, como cita:

[...] a abordagem de conteúdos voltados para o local e o regional possibilita a elaboração de um olhar diferenciado acerca do saber histórico, capaz de acusar uma visão crítica entre os educandos, bem como, permite a efetivação da noção de cidadania no ambiente escolar, uma vez que o objeto de estudo se apresenta como familiar a realidade de vida dos estudantes (SILVA. p. 10, 2013).

Notou-se nas aulas de história a ampliação dos debates dos assuntos do livro que tratava do “Nascimento das Cidades e Comércio” na idade média, passando pelas feiras e história local, até desaguar nas reflexões sobre as percepções dos discentes sobre educação patrimonial a partir do espaço vivido.

Ou seja, buscar compreender o ensino de história local atrelada a educação patrimonial através de vivências dos discentes poderá ser uma alternativa profícua de situá-los para o despertar de uma consciência histórica patrimonial das mudanças no tempo, espaço e modos de vida local.

4.2. “Bate papo do patrimônio”: educação patrimonial a partir da Feira do IV, em Ananindeua/Pará

Ao percorrer estes caminhos para o entendimento de patrimônio, ensino de história local e a presença das feiras na história, torna-se relevante neste item, agora, ter como objetivo central mapear os arcabouços de conhecimentos patrimoniais trazidos pelos estudantes ao espaço escolar, buscando dialogar com o espaço da feira como um entreposto para repensar e descolonizar o entendimento de patrimônio vendido, por grande parte das produções culturais, como exclusivo.

No primeiro momento de contato com as experiências, vivências e análises em sala de aula, junto com os alunos, elaborou-se algumas estratégias didáticas e pedagógicas para o aprofundamento desse debate de ensino história e educação patrimonial, com a realização, no dia 11 de Novembro de 2022, de um “bate papo” sobre patrimônios, com os 45 alunos do 1º ano, 04 professores: filosofia (Stephanie); Sociologia (Humberto) e; História (Carlos e Oswaldo) e o Ilustrador, Vitor Almeida, para captar os diálogos e imagens para o resultado final de pesquisa – História em Quadrinhos (HQ).

Dialogando com os estudos de Barca (2004), sobre as práticas docentes e construções de saberes em diferentes tempos, a autora defende que a consciência histórica está atrelada as vivências e realidades que os jovens trazem para os espaços de socialização escolar (p. 397). Assim como Estevão Rezende Martins (2019), em seus estudos sobre o conceito de consciência histórica, o autor caracteriza a partir de dois elementos constitutivos: a identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que pertence, situados no tempo (p. 55). Já Cerri (2011) salienta que nossas vidas pessoais podem ser muito interessantes para pensar estratégias sobre o passado, presente e futuro (p. 07).

Portanto, o conceito de Consciência Histórica, norteará análises para perceber a história cultural como elemento não distante das vivências dos alunos e utilizar a feira da Cidade Nova IV como espaço intermediador de reflexões do patrimônio, abrindo conexões para (re)pensar o local vivido.

Iniciou-se as atividades, do bate papo, mas, primeiramente, com a entrega de um questionário com 10 questões para os 45 alunos das turmas 1003 e 1004. A primeira pergunta realizada no questionário era de marcar “sim” ou “não” e vinha com o seguinte comando: Você já ouviu falar nas aulas de história sobre educação patrimonial? O resultado da pergunta foi: 20 alunos disseram sim, 25 alunos disseram não.

Notou-se na primeira questão do questionário que 25 alunos nunca tiveram alguma aula sobre patrimônio nas aulas. Todavia, esses mesmos alunos já tiveram em uma das minhas aulas o levantamento de pesquisa sobre a cultura e história dos povos africanos e afro-brasileiros, nos seus aspectos artísticos, culturais, religiosos, alimentares etc. Uma das hipóteses para o não reconhecimento das culturas afro seria o próprio termo ou conceito de patrimônio não explorado ou evidenciado em sala de aula, por se tratar de uma palavra muito específica utilizando para caracterizar bens de caráter monumental material.

Identificar as sensibilidades dos bens patrimoniais em seu caráter histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, simbólico ou/e cultural, torna-se uma tarefa árdua para campos não familiarizados com a temática, principalmente, ao observar o campo dos bens culturais de natureza imaterial, que instituído pelo IPHAN o Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, os registros dos bens culturais de natureza imaterial, como avanço para a salvaguarda dos bens de natureza intangível.

Entretanto, quase duas décadas depois do reconhecimento jurídico desses bens culturais, ainda se percebe entraves para sua efetivação. Para Oliveira⁴⁷ (2020), o “Patrimônio Imaterial enfrenta diversos desafios para permanecer vivo, sendo ele protegido ou não, mesmo assim a proteção é uma ferramenta eficaz de preservação da cultura popular brasileira” (p. 162). Ou seja, há um reconhecimento por parte dos alunos do que sejam os patrimônios em suas análises, em muitos casos, uma percepção do patrimônio voltando em especial para o material. Como na questão três do questionário que perguntou aos alunos o que eles consideravam patrimônio cultural no mundo. A questão trazia imagens das Pirâmides do Egito, Cristo Redentor no Rio de Janeiro, Frevo de Pernambuco e Música, Ma’di Bowl Lyre, Uganda, conforme a figura 22.

⁴⁷ OLIVEIRA, Lucas Cândido. Os desafios enfrentados pelo patrimônio imaterial. Revista Humanidades e Inovação v.7, n.13 – 2020, p. 162.

Figura 22 - O que você considera patrimônio cultural do mundo?



Fonte: Questionário de aulas.

Os bens de natureza material, como as Pirâmides Egípcias e o Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, tiveram no total 37 marcações. Em contrapartida, os bens de natureza imaterial, do Frevo de Pernambuco e cultural da dança e música de Uganda, somadas tiveram 18 marcações (12 Frevo; 6 dança e música africana).

Esses dados serão reforçados com a palestra realizada no mesmo dia da aplicação do questionário. O professor História Carlos Arthur, que também é mestre em patrimônio cultural, realizou no início do bate papo uma dinâmica de “quebra gelo”, perguntando aos alunos o que eles consideravam como um bem importante para eles em Belém do Pará? As respostas variaram em torno do Teatro da Paz, Forte do Castelo, Casa das Onze Janelas, Basílica de Nazaré, Ver-o-Peso e outros exemplos.

Resultado semelhante aos dados colhidos na quinta questão do questionário: O que você considera como patrimônio cultural em Belém do Pará? Nessa questão constavam imagens da Feira da Cidade Nova IV, Mercado do Ver-o-Peso, Teatro da Paz e do Terreiro de Mina Dois Irmãos, conforme a Figura 23.

Figura 23 - O que você considera como patrimônio cultural em Belém do Pará?



Fonte: Questionário de aulas.

Na escolha das alternativas, os alunos poderiam ficar livres em marcar a quantidade de campo ao qual identificasse como patrimônio em Belém. O Teatro da Paz ficou com o maior o quantitativo geral de 34 marcações; seguido pelo Ver-o-Peso, com 34; Feira da Cidade Nova IV, com 13 e; o Terreiro Dois Irmãos, com 6.

Com base nas questões 3 e 5 do questionário e na indagação do professor Carlos, podemos deduzir que há esse apego pelos espaços consolidados pelo patrimônio, como exemplo, as Pirâmides Egípcias, Cristo Redentor e em Belém o Teatro da Paz. Ficando em últimos planos a cultura imaterial do Frevo Pernambucano⁴⁸, a dança e música africana Ma'di Bowl Lyre⁴⁹, de Uganda e em Belém o Terreiro de Tambor de Mina Dois Irmãos⁵⁰.

Néstor Canclini, (1998), em *Culturas Híbridas*, alerta-nos sobre os patrimônios populares que expressam culturas diferentes da lógica europeia e correm o risco de estarem no rol da exclusão das grandes detentoras de produções culturais, pois os patrimônios que não são apreciados, evidenciados ou reconhecidos pelos órgãos legitimadores dos patrimônios ficam de fora do círculo de bens (1998, p. 205).

Ou seja, tratando-se de bens de caráter imaterial ainda há um longo caminho de desconstruções e de descolonização dos bens patrimoniais presente no ensino escolar, mas,

⁴⁸ Incluído desde 2012 na Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da Unesco.

⁴⁹ Práticas culturais mais antigas do povo Madi, foi considerada Patrimônio Cultural Imaterial pela Unesco.

⁵⁰ Templo afro-religioso mais antigo do Pará, fundado em 23/08/1890. Reconhecido como patrimônio cultural de natureza material do município de Belém do Pará. Atualmente está sendo estudado a possibilidade de tombamento pela diretoria de patrimônio da secretaria de estado de cultura (Secult).

acreditando que a educação patrimonial é um processo de reflexões de familiaridade de valores e tais intervenções tornam-se oportunas para a ampliação de acesso à novos protagonismos de saberes.

Cavalcanti destaca que a própria noção de patrimônio imaterial é:

[...] o produto da significativa revisão das ideias relativas a concepções de desenvolvimento, a programas educacionais e de democratização da cultura. Não se trata mais de garantir o acesso a recursos, informações e instrumentos culturais às diferentes camadas e grupos sociais com base em visões homogêneas e etnocêntricas de desenvolvimento, mas de favorecer não só processos de desenvolvimento que integram as diferentes camadas e grupos sociais, como também produtores de expressões culturais que importa a todos conhecer e valorizar. A noção de patrimônio cultural imaterial é um sensível instrumento nessa direção (CAVALCANTI, 2008, p. 12-13).

Nesta lógica de tecer conhecimentos a partir do espaço escolar e dos debates patrimoniais, os dados da pesquisa da questão cinco nos apontam para a presença considerável de 34 alunos acharem a feira do Ver-o-Peso, em Belém, um bem patrimonial para a cidade.

Como já mencionado na seção 1 desta pesquisa, o Complexo do Ver-o-Peso possui características natas para seu potencial patrimonial, seja pelo valor de uso, arquitetura, história, tradição e sentimentos pelo espaço. A feira, de modo geral, é um espaço que carrega valores e pode ser uma porta de acesso para trabalhar modos de refletir os espaços, culturas e pessoas.

Essa lógica de pensar o patrimônio do Ver-o-Peso, nos encaminha para repensar as feiras com os discentes apresentando como proposta a feira da Cidade Nova IV, em Ananindeua, como um local de patrimônio local.

No bate papo com as turmas do 1º ano, Carlos levantou a possibilidade de refletir a feira do Ver-o-Peso, perguntando por que tal feira é um espaço importante para o povo paraense.

- Aluno 1: A venda de produtos.
- Aluno 2: As vendedoras de ervas.
- Aluno 3: Peixe é mais barato.

Depois foi feito um exercício de olhar a feira da Cidade Nova IV, e perceber o que ela diferencia ou assemelha-se ao Ver-o-Peso.

- Aluno 1: Quase a mesma coisa.
- Aluno 2: No Ver-o-Peso é mais barato.
- Aluno 3: Tudo que tem lá, tem aqui.

Esses questionamentos serviram como parâmetro para análise da questão nove do questionário: Qual importância abaixo a feira da Cidade Nova IV têm para você: a) Importância de comprar e vender produtos; b) Importância de saberes culturais/históricos; c) Importâncias

de relações afetivas e familiares; d) A feira da Cidade Nova IV não possui importância para mim.

Identificou-se que dos 45 alunos, 27 olham a feira apenas pelo seu potencial de compra e venda de produtos; 10 como espaço de saberes culturais/históricos; 8 marcaram que o espaço da feira não possui importância para ele; nenhum marcou a importância do local da feira da Cidade Nova IV como um espaço de afetividade e família.

A partir deste diagnóstico foi possível iniciar o bate papo apresentando o conceito de patrimônio, a divisão entre patrimônio material e imaterial, perceber como as feiras possuem manifestações que vão além da compra e venda de produtos, mas passam por histórias de tradições culturais de familiares, relações de afetividade, hábitos alimentares particulares da nossa região, como a fabricação da farinha, peixes, medicina popular das ervas, artesanatos, relações de trabalho, de poder econômico, simbolismo, relações de gênero e outros.

Ao definir o espaço da feira, Santos diz salienta que:

[...] é um cenário em que o econômico e o social se complementam nesse ambiente de consumo, e se ligam às histórias de vida dos personagens que compõem uma feira, sendo estes fatores fundamentais para a consolidação desta como atrativa e permanente. Toda feira livre é um espaço preenchido por uma diversidade rica de relações sociais e construções societárias, possibilitadas para além dela (NORA; ZANINI⁵¹, 2015, p. 146 *apud* SANTOS, 2012).

Entretanto, tal definição levantada por Santos ainda se limita, em grande parcela nas vivências dos discentes, quanto ao seu uso exclusivo para fins comerciais, não sendo explorados ou dimensionados em aspectos múltiplos de pensar a feira como espaços de sociabilidade e patrimônio para as pessoas que trabalham na feira da Cidade Nova IV.

A partir do “bate papo” sobre conceitos de patrimônios, olhares sobre os bens de valores materiais e imateriais e descolonização do patrimônio em sala, abriu-se para que os discentes expressassem seus desejos por aprofundar mais sobre a temática, abrindo conversas sobre visitar espaços históricos em Belém, realizar atividades que envolvessem a cultura negra, roda de capoeira, falar de religiões afro no espaço, dentre outras atividades que contemplam a formação para uma educação patrimonial, que sem dúvidas, apontam para interesse em os discentes quererem saber sobre culturas e, principalmente, que trazem para discussões a importância de valores patrimoniais para o espaço escolar.

Ou seja, pontos positivos que coincidem com a pergunta 02 do questionário passado em sala (Você acha que estudar os Patrimônios Culturais na escola é interessante para você?), ao qual apresentou que dos 45 estudantes, 33 acharam importante estudar patrimônio para seu

⁵¹ A feira como um espaço de sociabilidade. Fabiane Dalla Nora; Maria Catarina Zanini, 2015, p. 146.

aprendizado. Da mesma forma como na pergunta 08 (Você gostaria de ter uma aula de história indo à Feira da Cidade Nova IV?), que resultou, quase que unânime, o desejo ter uma aula no espaço da feira: dos 45 alunos, 44 marcaram sim.

Compreende-se através das análises e apurações dos dados quantitativos usando o questionário, o “bate papo” com professores e o arcabouço trazido pelos discentes através de suas vivências, como o patrimônio amplia percepções de (re) olhar o ensino, história local e as concepções dos bens culturais, tornando-se um campo oportuno para ir a fundo através de novas experiências de ensinar história a partir da cultura local em Ananindeua.

4.3. Análises e experiências dos alunos em campo da Feira da Cidade Nova IV, Ananindeua/Pará

Neste item de pesquisa tomou-se como estudo as experiências de campo, na Feira da Cidade Nova IV em Ananindeua/Pará, com as turmas do 1º ano do Ensino Médio (1003 e 1004) para aguçarem suas compreensões teóricas sobre patrimônio cultural, adquiridas nas aulas, intercalando com suas próprias compreensões dos bens culturais locais presentes na feira em questão.

Em 4 de Novembro de 2022 os discentes da Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana participaram da aula em campo para lapidarem os conceitos e debates realizados em sala sobre educação patrimonial a partir do local da feira.

O objetivo desta etapa prima por analisar com os estudantes os seguintes aspetos: compreendem os patrimônios materiais e imateriais através de experiência de estar na feira; quais as relações de interações entre trabalhadores da feira e os jovens alunos; identificar quais simbolismos estão por trás de ser um trabalhador da feira; quais histórias levaram essas pessoas a serem trabalhadores da feira; quais avanços e desafios em trabalhar neste espaço; quais memórias cercam esses profissionais e; como os estudantes irão depurar essas informações à partir desta experiência interpessoal entre escola e feira.

Essa perspectiva de análise torna-se profícua para construções de saberes e vivências em diferentes espaços. Ao relacionar com os debates patrimoniais Lacerda (2015)⁵² salienta que os agentes humanos são importantes para educação patrimonial.

As pessoas são as maiores fontes de informações para a compreensão e experiência desses processos. Sendo assim, a visita a lugares do patrimônio, o contato com mestres e o diálogo com as comunidades são de extrema valia para o entendimento e para a

⁵² LACERDA. Aroldo Dias. et al. Patrimônio Cultural em Oficinas: Atividades em Contextos Escolares. Belo Horizonte. Fino Traço, 2015.

promoção de processos educativos relacionados ao patrimônio imaterial (LACERDA, et al, 2015, p.23).

Olhar o espaço da feira local como patrimônio material torna-se mais acessível para a compreensão dos bens culturais, entretanto, observar os trabalhadores como agentes detentores de saberes, fazeres, histórias e memórias é sintetizar o desafio de identificar os dos bens de natureza imaterial.

Foram selecionados previamente 15 alunos para compor a atividade em campo. Esse quantitativo justifica-se em virtude da própria ausência de logísticas em tirar 48 alunos de sala e a responsabilidade de estar em um espaço público e informal. Todavia, no dia 04 de novembro, dia do encontro, apenas 12 estudantes compareceram, outros 3 ausentando-se devido à chuva pela manhã.

Pensando nesses aspectos de um trabalho experimental e direcionado a poucos alunos, fechamos nesse quantitativo em 12. Os colegas de trabalho da Escola Jornalista Rômulo Maiorana Stephanie (filosofia) e Humberto (sociologia), assim como professor e amigo Carlos (Historiador/especialista em Patrimônio) e o parceiro Vitor (ilustrador), prontificaram-se a ir à visita na feira. Tais parcerias foram oportunas para dividir em 4 equipes de 3 alunos (1 equipe para cada professor). Vitor ficou responsável por captar, através de registros fotográficos, as imagens dos momentos de interações entre alunos, feirantes, professores e espaços. Ou seja, foi formada uma equipe multidisciplinar estratégica e estruturada para mapear o momento de experiências, estudos e aprendizagens patrimoniais na feira da Cidade Nova IV.

Figura 24 - Registros da atividade de campo



Foto: Oswaldo Almeida, 2022.

Orientou-se, em primeiro momento, dividir as equipes por setores de vendas da feira, como frutas, legumes, ervas, peixes, farinha, artesanato e outros. Depois se instruiu aos estudantes para pedir permissão para explicar aos trabalhadores da feira o propósito da presença deles no local. Posteriormente, a solicitação de autorizar a conceder entrevistas e registros fotográficos.

Tal método tornou-se interessante para os discentes, pois lhes foi empregada a responsabilidade quanto ao seu papel participativo de construtores de conhecimento e agente ativo no processo do saber. Ideia essa defendida por Leite e Mendez (2000) ao dizer que:

Aprende-se participando, vivenciando sentimentos, tomando atitudes diante dos fatos, escolhendo procedimentos para atingir determinados objetivos. Ensina-se não só pelas respostas dadas, mas principalmente pelas experiências proporcionadas, pelos problemas criados, pela ação desencadeada (LEITE, 2000, p. 25)⁵³.

A discente Ana Caroline, ao abordar o vendedor de pescado (José- nome fictício) na feira para pedir a entrevista, exerceu a práxis da observação e estratégias de uma pesquisadora. Ana, a priori, recebeu uma ação negativa do trabalhador, pois se tratava de um contexto em que a dinâmica da feira estava movimenta, por ser uma sexta-feira pela manhã, no horário das 10 horas, o trabalhador não poderia dar a devida atenção.

Mas, a esposa do vendedor de pescado chamada Maria de Fátima, que trabalha no atendimento e na venda do pescado, ao ver a movimentação dos alunos no espaço da feira, sentiu-se curiosa e logo a indagou com a seguinte pergunta:

- Maria de Fátima: Qual o sentido de os alunos estarem aqui na feira?
- Ana: Estamos fazendo um trabalho de história sobre patrimônio na feira, ficaria feliz se vocês fizessem parte da minha pesquisa.
- Maria de Fátima: Nossa, que legal! Muito bom ver os alunos saírem da sala e virem para feira estudar. Queria isso no meu tempo de escola!
- Ana: A senhora poderia responder umas perguntas para ajudar no nosso trabalho?
- Maria de Fátima: Posso sim! Mas deixa só eu terminar de atender esse cliente aqui. (Entrevista concedida em 04 de novembro de 2022, Feira da Cidade Nova IV, Ananindeua/Pará).

Como intermediador do processo de construir saberes, fico, neste momento, como um “observador”⁵⁴ no interesse de Maria em conhecer o trabalho escolar, assim como a estratégia

⁵³ LEITE, Lucia Helena Alvarez; MENDEZ, Verônica. Os Projetos de Trabalho: Um espaço para viver a diversidade e a democracia na escola. Revista de Educação, Porto Alegre: Projeto, ano 3, n.4, p.25-29, jan./jun. 2000.

⁵⁴ “ato de olhar alguém ou alguma coisa cuidadosamente, a partir de critérios negociados, com o propósito de entender e fundamentar os aspectos observados, de modo a possibilitar mudanças factuais, conceituais, procedimentais e atitudinais dos envolvidos. Assim sendo, quando nos referimos à atividade de observação da ação docente em sala de aula, é possível pensar que a partir desse processo professores podem se tornar aptos a modificar conscientemente suas aulas com base em análises fundamentadas, fazendo uso não somente de novos procedimentos e estratégias de aprendizagem, mas também dos 'velhos' procedimentos, uma vez analisados. Seu

tomada pela aluna Ana em recorrer a Maria para ter acesso à história dos trabalhadores do ramo do pescado daquela feira.

Após a trabalhadora atender seus clientes, Ana inicia sua entrevista de identificação da importância do lugar para a vendedora de pescado perguntando-lhe:

- Ana: Qual a importância da feira para ti?
- Maria de Fátima: A importância de tudo, porque é daqui que eu tiro o meu sustento há 10 anos, faço amizades com muitos clientes e foi daqui que eu consegui criar todos meus filhos. A feira é tudo para nós!
- Ana: Como a senhora veio trabalhar na feira?
- Maria de Fátima: Eu trabalhava com carinho de verduras na rua, vendendo em porta a porta. Daí tive a oportunidade de conhecer meu marido que trabalhava aqui na feira vendendo peixes. Então larguei as verduras e vim trabalhar com ele.
- Ana: Qual a maior dificuldade aqui no espaço da feira e na profissão da venda de peixes?
- Maria de Fátima: Bom, a maior dificuldade de estrutura aqui na feira é a limpeza. A feira antiga não é administrada pela prefeitura, para qualquer tipo de conserto ou reparos são os próprios feirantes que têm que pagar. Mas nossa rotina também não é fácil. Tem que acordar todos os dias cedo para com a feira, além de comprar e negociar o pescado lá no Ver-o-Peso, transportar, armazenar e fazer com que os clientes gostem dos nossos peixes.
- Ana: Para terminar, a senhora considera a feira como um patrimônio?
- José, Marido de Maria faz questão de responder do outro lado do balcão: Sim! A feira da Cidade Nova é nosso patrimônio, pois a gente que ajudou a construir esse espaço, carregando tijolos, atendendo a comunidade com nossos produtos, mantendo a higiene e preservando nosso lugar.
- Maria de Fátima: A feira é como se fosse nossa casa, onde temos que cuidar. Mesmo que o prefeito não esteja nem aí, vamos cuidar nem que seja depois dos 100 anos. (Entrevista concedida em 04 de novembro de 2022, Feira da Cidade Nova IV, Ananindeua/Pará).

Figura 25 - Entrevista da aluna Ana no Box do peixe do seu José e Maria de Fátima. Feira Antiga da Cidade Nova IV, Ananindeua/Pará



Foto: Oswaldo Almeida, 2022.

fazer estaria, então, orientado por atitudes coerentes com a concepção de ensino que privilegia o conhecimento numa visão sociocultural” (NININ, 2009, p. 356)⁵⁴ NININ, Maria Otília Guimarães. Atividade de Observação nas Práticas de Orientação a Professores: umas perspectivas Crítica. D.E.L.T.A, 2009, p. 347-400. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502009000200006>

A feira possibilitou, nesta interação entre espaço local, discente e trabalhadores, dinâmicas eficazes para o estudo da história local por meio dos próprios agentes e seus relatos sobre a compreensão dos valores atribuídos aos patrimônios materiais e imateriais da feira antiga da Cidade Nova IV. Para o âmbito do Ensino de História, a abordagem da história oral, realizada em campo, amplia teias de conhecimento para promoção do universo cultural dos alunos.

Viana e Mello (2013) atribuem em relação às discussões sobre Educação Patrimonial e Ensino de História, a importância das narrativas como atributo de poder para legitimar os bens patrimoniais de grupos sociais e fortalecer identidades culturais (p. 49-55). Fato esse identificado através da entrevista da discente Ana com os trabalhadores da feira, seu João e Maria de Fátima, ao qual criaram através da memória afetiva e histórica significados para o espaço da feira para além do trabalho, mas atribuindo-a como lugar que contém memórias e construções sociais individuais e coletivas.

A abordagem da feira como lugar de referências culturais múltiplas aos trabalhadores e discentes foi também sintetizada pela problematização das crenças religiosas peculiares na região, como exemplo, as africanas e afro-brasileira. Na visita guiada a campo foi possível detectar, através da análise da consciência histórica, quais valores nossos alunos trazem de suas vivências e experiência de vida através das vendas de artigos religiosos e a barraca de ervas medicinais naturais.

Usou-se como ponto de referências a loja chamada Mundo das Velas, localizada na feira antiga da Cidade Nova IV, onde há vendas de artigos para rituais religiosos de casas de terreiros, como velas, alguidares de barro, defumadores, imagens de entidades, instrumentos, dentre outros objetos, como possibilidade de descolonização do pensar o continente africano e combate às intolerâncias religiosas muito presentes em sala de aula.

Figura 26 - Loja de vendas de artigos religiosos e imagem de Iemanjá (Nossa senhora dos Navegantes) e São Jerônimo (Xangô)



Foto: Oswaldo Almeida, 2022.

A primeira intervenção a partir desta loja de artigos religiosos foi perceber como os discentes compreendiam esse espaço? Qual o público que compra nesse estabelecimento? Quais ideias construídas sobre esse local? Quais familiaridades nossos alunos têm com as religiões de matriz africana?

Esses questionamentos implicam diretamente em temas caros para a formação de identidades, como a história e cultura Africana e Afro-brasileira – conteúdos obrigatórios nos currículos escolares – garantido pela Lei 10. 639/2003.

A ausência desses debates de forma mais profunda em ambientes formais ou não formais desaguam, em muitos casos, em mentalidades e falas depreciativas, eurocêntrica, intolerantes e até racistas sobre as religiões de origem africana ou descendentes delas.

Essa constatação, percebida na visitação à loja, foi identificada pelos cochichos reverberados pelos discentes, ao qual delimitam a experiência como “lugar de macumba”, frases usadas nas igrejas cristãs, como, “sangue de Jesus”, ou a própria recusa, “eu hein, não vou entrar”.

Nota-se uma consciência histórica arraigada a moldes coloniais da depreciação das características civilizatórias dos povos negros. Nilma Lino Gomes (2012) sustenta em seus trabalhos a necessidade das escolas e até universidades em descolonizar as práticas e os currículos para uma educação étnico-racial.

[...] exige mudanças de práticas e de descolonização dos currículos da educação básica e superior em relação à África e aos afro-brasileiros. Mudanças de representação e de práticas. Exige questionamento dos lugares de poder. Indaga a relação entre direitos e privilégios arraigados em nossa cultura política e educacional, em nossas escolas e na própria universidade (GOMES, 2012, p. 100).

Por essa perspectiva, o espaço da feira garante esse olhar descolonizador de construir saberes, apresentando possibilidades de vivências diversas de manifestações culturais de povos. Caráter esse, fundamental para o trabalho da formação da educação patrimonial ressaltado por Horta (1999):

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e os adultos a um processo ativo do conhecimento, apropriação e valorização de suas heranças culturais, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e apropriando a geração e a produção de novos conhecimentos, no processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999, p. 18).

A visita à loja foi um ponto conector para descolonizar os valores culturais dos povos de terreiros religiosos pré-concebidos pelos discentes, problematizando, atrelado às aulas de história, sobre o período da colonização no Brasil, aonde negros em condições de pessoas escravizadas foram arrancados de seus territórios para virem servir na América colonizada pelos portugueses nas plantações de cana-de-açúcar, extração do Pau Brasil, na mineração e outros.

Todavia, muito mais que a sua força de trabalho essas pessoas trouxeram consigo seus conhecimentos, saberes, hábitos alimentares, línguas, danças e crenças religiosas. Uma das estratégias utilizadas para fugir da opressão do homem branco foram as fugas e/ou assassinato dos donos dos engenhos, revoltas e rebeliões coletivas, organizações através dos quilombos e até o uso de imagens de divindades católicas ressignificadas em figuras de suas próprias religiões – o que ficou conhecido no Brasil como sincretismo religioso⁵⁵.

A intervenção abordando os aspectos históricos do período colonial do Brasil, a partir da loja de artigos religiosos, despertou a aluna Edilaila a seguinte questão:

- Aluna Edilaila: Então o que significa esse santo católico nessa loja das religiões afro? (São Jerônimo/Xangô)?
- Professor Oswaldo: Esse santo chama-se São Jerônimo, está com uma bíblia em mãos, foi o primeiro homem, no período da antiguidade clássica, a traduzir a bíblia do hebraico e grego para o latim (língua mais falada pelo povo). Mas no Candomblé é cultuado como Xangô, orixá dos raios, trovões e Justiça.
- Aluna Suelen: Mas o que tem haver um com o outro, se um escreve a bíblia e o outro solta raios? (Risos da turma).

⁵⁵ Religião formada no Brasil (apesar de o negarem alguns crentes) por uma seleção de valores doutrinários e rituais, feitos a partir da fusão dos cultos africanos congo-angola, já influenciados pelo nagô, com a pajelança (dando um primeiro tipo de candomblé de caboclo), sofrendo ainda influências dos malês islamizados, do catolicismo e do espiritismo (atualmente há uma linha ritual, em certos centros de umbanda, com mesa e recepção mediúnica de espíritos de mortos comuns, muito próxima do Kardecismo) e, posteriormente, do ocultismo. (Alguns desses cultos sincréticos, a princípio chamados de macumba, no Rio de Janeiro, empregam a magia negra. Essa corrente da Umbanda é chamada Quimbanda pelos umbandistas da “linha branca”. O termo “macumba” ficou, para os leigos, como sinônimo de feitiçaria.). Essa nova religião – Umbanda – que começou a partir do Rio de Janeiro, espalhou-se por quase todo o Brasil e já está saindo para o exterior (já há centros de Umbanda nos Estados Unidos e Argentina). (CACCIATORE, 1988, p. 242 apud ROMÃO, 2018, p. 368).

- Professor Oswaldo: Parte de uma lenda. São Jerônimo em suas andanças deparou-se com um leão que estava ferido de uma das patas, então ele cuidou das feridas do animal, fazendo com que o leão tornasse manso, logo, virando seu animal de estimação e protetor da bíblia. Por isso o leão não sai dos pés de São Jerônimo e do lado da bíblia. Já para a figura do orixá Xangô, os africanos trazidos para o Brasil usaram a imagem de São Jerônimo para cultuarem nossas divindades, já que não podia adorar seus deuses. No continente africano era comum os reis iorubás terem um leão como símbolo de proteção, logo, associando a figura do animal e do Santo Católico eram as formas para a sobrevivência cultural e espiritual dos negros escravizados.

Essa discussão sobre resistência cultural dos povos negros, descolonização do pensar outras culturas e manifestações de múltiplas identidades a partir da feira foram oportunas para que os alunos tivessem contato o “estranho” para eles, fazendo com que surgissem curiosidades e rupturas, mesmo que iniciais, para a promoção do respeito das múltiplas culturas existentes no espaço local da Cidade Nova.

Para o desfecho da visita à feira, foi entrevistada a feirante Cindy que trabalha na barraca de ervas medicinais, a qual nos apresentou o imaginário, crença, costumes e saberes populares peculiares no cotidiano da cultura popular paraense.

Figura 27 - Box de ervas e temperos. A feirante de ervas Cindy com os discentes da Escola Rômulo Maiorana, Felipe e Letícia



Fotos: Oswaldo Almeida, 2022.

A dupla de alunos, Felipe e Letícia, ficaram responsáveis em captar a importância patrimonial que as erveiras têm para a dinâmica cultural dos saberes populares, ao qual trouxeram como pano de fundo central, a problemática da descentralização das atividades para além do mercado do Ver-o-Peso.

Após as coletas preliminares sobre o nome da trabalhadora, suas histórias particulares, o início no ramo comercial e importância do lugar da feira para si (Ler página 67), neste momento os alunos dedicam-se mais a fundo ao tentar entender os diferentes tipos de narrativas de poder existentes em vender ervas, como a seguinte pergunta direcionada a feirante Cindy:

- Felipe: Qual é a diferença das ervas que são vendidas no Ver-o-Peso para as ervas vendidas aqui da feira da Cidade Nova?
- Cindy: São as mesmas ervas! O que vai modificar são as pessoas que fazem os banhos, medicações e as garrafadas, pois cada uma têm suas energias depositadas através do seu trabalho e seus fregueses que conseguiram algo sempre voltam no mesmo local.
- Letícia: Mas porque o Ver-o-Peso é sempre mais procurado e as vezes as pessoas saem daqui para comprar lá?
- Cindy: Não, aqui em tenho meus fregueses certos que vêm sempre me procurar, seja para comprar ervas, como tempero ou até pedir conselhos espirituais. Mas as erveiras de lá (Ver-o-Peso) têm essa fama porque estão no Centro – estão no Ver-o-Peso, muitos turistas, a fama e referência das erveiras tradicionais.
- Oswaldo: Mas você se considera como uma erveiras tradicional igual as que estão no Ver-o-Peso?
- Cindy: Sim, claro que sim! Minha vó era raiz nisso. Minha vó era índia. Nunca foi a um médico. Todos os remédios que ela precisava era tirado da mata, passou isso para minha mãe. Minha mãe tinha até um box em São Brás⁵⁶, mas saiu de lá, depois que ela veio para cá na Cidade Nova quando nasci. Vinha para cá para a feira desde pequena, aprendi no dia a dia com ela.
- Letícia: A sua profissão ainda é vista como algo ruim pelas pessoas?
- Cindy: Olha, ainda tem umas pessoas que dizem que o que eu faço é bruxaria, coisa de macumba ou algo ligado ao demônio. Mas mal elas sabem que a medicina saiu daqui!
- Oswaldo: Cindy, cite para nós um exemplo de como a medicina tradicional amazônica é presente no nosso dia a dia.
- Cindy: O chá de Espinheira-Santa⁵⁷ é “tiro e queda” para problemas de gastrite. A andiroba⁵⁸ que possui aditivos naturais de hidratação da pele e combate inchaços e inflamações – se tu fores para a mata, pode passar na pele que bicho nenhum te pica. Fora o urucum⁵⁹ que todo mundo põe na comida para dar uma corzinha, também serve para problemas no estômago.

Tomando como base os relatos de memórias e história da vendedora de ervas medicinais Cindy, tendo os alunos como agentes ativos no processo, ressaltou que as tradições culturais de

⁵⁶ O Mercado de São Brás é uma construção histórica localizada na cidade de Belém, no estado brasileiro do Pará. Situado distante do centro histórico da cidade, foi erguido durante época áurea do ciclo da borracha amazônica, a sua construção foi iniciada no dia 1 de maio de 1910 e foi concluído em 21 de maio de 1911. O Mercado foi construído em função da grande movimentação comercial gerada pela ferrovia Belém/Bragança. Como o ponto final do trem era em São Brás, com muitas pessoas embarcando e desembarcando ali, a área se tornou atrativa para a comercialização de produtos. O mercado foi projetado também para ampliar o abastecimento da cidade, que até então ficava concentrado apenas no mercado do Ver-o-Peso Fonte: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Mercado_de_S%C3%A3o_Br%C3%A1s, pesquisado em 03/03/2023.

⁵⁷ Planta conhecida cientificamente como *Maytenus ilicifolia*, porque possui taninos, como a epigalocatequina, e polissacarídeo, como o arabinogalactano, que ajudam a diminuir a acidez estomacal e a proteger o estômago do próprio ácido que produz. Alguns estudos mostram que o chá de espinheira-santa tem efeito semelhante à cimetidina que é um medicamento utilizado para reduzir a produção de ácido pelo estômago na gastrite Fonte: (<https://www.tuasaude.com/remedio-caseiro-para-gastrite/>), pesquisado em 03/03/2023.

⁵⁸ *Carapa guianensis*, nome científico da andiroba. Estudos apontam que o óleo possui uma grande quantidade de substâncias limonoides. Isso o torna propício para alívio de inflamações, inchaços e lesões, através da aplicação do óleo na região afetada. Fonte: (<https://www.dicasdemulher.com.br/oleo-de-andiroba/>), pesquisado em 03/03/2023.

⁵⁹ O tom avermelhado deu origem ao nome da planta: em tupi é conhecida como uruku. Na tradição indígena, a tinta extraída da semente do urucum cobre o corpo como forma de agradecer pela saúde dos membros da tribo e pela fartura obtida na pesca e na colheita. Entre as propriedades medicinais do urucum, há a proteção contra raios UVA e UVB, poder de cicatrização, redução do colesterol, bem como alívio de dores de estômago e problemas respiratórios. Fonte: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/terra-da-gente/noticia/2015/11/urucum-e-usado-pelosindios-como-remedio-e-tambem-comocorante.html#:~:text=Entre%20as%20propriedades%20medicinais%20do,de%20est%C3%B4mago%20e%20problemas%20respirat%C3%B3rios>. Pesquisado em 03/03/2023.

formas orais não são meras narrativas, mas estão contidas relações intrínsecas que permeiam pelas relações dos jogos de poder das próprias vendedoras de ervas.

Essa relação de poderes subjetivas e simbólicas do patrimônio é sintetizada por Manuel Luiz Salgado Guimarães (2012), com base em Foucault (2005), como uma nova estratégia de ressignificar o poder, ao qual necessita-se um trabalho coletivo para reconhecer, organizar e escrever com base em componentes específicos para legitimar um bem cultural de grupos (p. 106).

Os discentes Felipe e Letícia em suas perguntas sobre as diferenças da feira do Ver-o-Peso para a da Feira da Cidade Nova IV questionam por que uma é mais frequentada no ramo das ervas que a outra. Depreende-se que ambos os estudantes trazem consigo uma consciência histórica patrimonial das tradições da medicina popular, ao identificarem que há espaços distintos do comércio da feira que permeiam pelo interesse das tradições consolidadas por tais comércios.

Justificando essa hipótese para a lógica da narrativa de Cindy, sobre sua afirmação de legitimidade enquanto uma vendedora de ervas da feira local da feira da Cidade Nova IV, onde seus clientes são fixos, fiéis a seu comércio e que possui saberes medicinais tradicionais tanto quanto as erveiras do Ver-o-Peso.

Todavia, Cindy deixa evidente que há uma relação de poder simbólico na eleição das vendedoras de ervas do Ver-o-Peso como detentora das tradições locais, em decorrência do turismo e da lógica patrimonial das narrativas, ou seja, respondendo a inquietação da estudante Letícia sobre o maior número de pessoas em procurar o Mercado de ervas do Ver-o-Peso e, em muitos casos, negligenciando o local.

Por fim, nesta entrevista guiada foi aguçado pela estudante Letícia o olhar sobre a profissão de Cindy, evidenciando a presença, assim como da experiência na loja de artigos religiosos, a ideia muito colonizada sobre o envolvimento da medicina popular e cultos afros às práticas ligadas a bruxaria, feitiçaria e o imaginário deturpado das religiões africanas, indígenas ou afro-indígenas.

Temas esses condizentes ao conteúdo obrigatório do livro didático trabalhado em sala, envolvendo o surgimento das cidades medievais, o comércio das feiras, as mentalidades e o poder da igreja católica, dentre eles, o Tribunal da Santa Inquisição⁶⁰, o processo de colonização

⁶⁰ Jéssica de Souza Cabral Corrêa. A inquisição medieval tradicional foi uma instituição criada pelo papa com objetivo de perseguir os hereges e os erros de fé. A nova inquisição, criada através da bula assinada pelo papa Sisto IV em 1º de novembro de 1478, surgiu a partir das petições dos reis católicos queixosos do crescimento da crença judaica entre os povos cristãos diante da passividade dos bispos (O Tribunal da Santa Inquisição: uma comparação entre os processos de Cartagena e salvador, 2015, p. 01).

indígena, escravização negra, rupturas e continuidades desses processos históricos que desaguam no cotidiano e vivências dos discentes.

Tais ideias são enriquecedoras para compreender o passado, presente e, possivelmente, ocasionar transformações no futuro, pois:

Confrontando conteúdos encontrados nos livros e manuais com outros encontrados por eles em atividades de captação, alunos e professores podem adquirir procedimentos que fazem com que tomem consciência de que o sentido do passado não se encontra somente na perspectiva da continuidade, mas também, e principalmente na mudança (GARCIA; SCHMIDT, 2011, p. 66).

Mediar esses pontos de conexões entre o local da feira e os feirantes, o arcabouço de conhecimentos históricos dos discentes e a interlocução com os componentes curriculares sensíveis e necessários para a formação cidadã, crítica e diversificada é garantir que esses jovens vivenciem a realidade para além dos conceitos e sala de aula.

A feira da Cidade Nova IV, em Ananindeua-Pará, como espaço de abordagem multidisciplinar com características vivas e ricas em atribuições culturais pode ser usada como subsídios para (re)pensar os patrimônios das pautas do presente, usando o próprio local e experiência de alunos, professores, trabalhadores e agentes envolvidos neste processo de “produção de conhecimento” (SCHMIDT, 2005) e formação de “identidade coletiva” (CERRI, 2011).

Contudo, após o estudo na feira antiga da Cidade Nova IV com estudantes do 1º ano do ensino médio, colhidas as informações com os trabalhadores, fotografias e, principalmente, a compreensão dos alunos sobre os diferenciados olhares e concepções sobre o que são os patrimônios, marcamos para discutirmos, na aula seguinte, a elaboração de uma história em quadrinhos (HQ), envolvendo educação patrimonial e as experiências deles e dos feirantes como possibilidade lúdica e didática para o campo do ensino de história.

4.4 Elaborando a HQ: “As aventuras da Escola Rômulo Maiorana: o despertar patrimonial na feira”

Coloridos, preto e branco, capa dura ou simples, as Histórias em Quadrinhos (HQ's) fizeram, e ainda fazem parte do universo de milhares de crianças, jovens e adultos por gerações, narrando acontecimentos de um universo utópico e até sintetizado um fato histórico verídico de maneira criativa e prazerosa para seus leitores.

Podemos dizer que os HQ's é um fenômeno que acompanha a história da humanidade moderna e contemporânea no mundo, criando narrativas históricas de guerras, conflitos e

disputas de poder, como: a estadunidense “DC Comics” com o “Superman” apresentando contexto histórico da “Grande Depressão nos Estados Unidos”; noções de “liberdade” e “segurança” em “Capitão América” e o “Homem de Ferro”, em “Guerra Civil”, de Mark Millar e Steve McNiven (BERTOLINO, 2018) ou; até mesmo Turma da Mônica, do cartunista Maurício de Sousa, que ganhou no início da década de 60 notoriedade mostrando a história de personagens engraçados e irreverentes como Bidu, Cascão, cebolinha e Mônica, mas, que logo, a partir dos anos 2000, ganharam novas contextos, como o personagem Luca (garoto cadeirante), André (personagem autista) e Milena (primeira personagem negra da Turma da Mônica).

Portanto, as HQs formam narrativas de fatos históricos, de construções de identidades, inclusões de pautas necessárias de um tempo e lugar ou/e até mesmo sendo usado como possibilidade de traçar abordagens diversas ao campo dos saberes históricos e patrimoniais.

Pensando nessas brechas da propositura do programa de Mestrado em Ensino de História, Educação Patrimonial e as experiências dos discentes no espaço da Feira da Cidade Nova IV, em Ananindeua, pensaram-se as histórias em quadrinhos como produto didático como possibilidade de ampliar educação patrimonial nas aulas de história, com os discentes do 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana, no respectivo bairro.

Nesta interlocução de construções de saberes envolvendo diferentes agentes, tempos, lugares é que surge este HQ intitulado “As aventuras da Escola Rômulo: o despertar do patrimônio da feira”, onde foram sintetizados olhares e percepções sobre o amadurecimento dos alunos sobre os saberes culturais e históricos.

A partir do seu presente e de suas experiências, alunos e professores tem que se apropriar da história como ferramenta para romper, destruir e decifrar a linearidade de determinadas narrativas históricas, fazendo com que eles percebam o seu poder como fonte de orientação para o presente (SCHMIDT, 2005, p. 304).

A feira da Cidade Nova IV serviu para os discentes como essa experiência de entender de perto a história cultural de pessoas que estão há décadas naquele espaço, a luta por permanecer naquele lugar, o orgulho de guardar em sua memória as histórias cotidianas, de vida, de superação por intermédio da feira, ou que Luís Fernando Cerri chamará de “Identidade Coletiva” (CERRI, 2011, p. 21).

Nas falas de todos os estudantes, após a visita, foi identificado através de uma roda de conversa que a feira possuía muito mais que a relação de compra e venda, (desconstruindo a concepção dos resultados colhidos previamente nos questionários, onde dos 45 estudantes, 27 limitavam a tal prática), mas que “existem um carinho pelo que eles fazem!”, “era como se

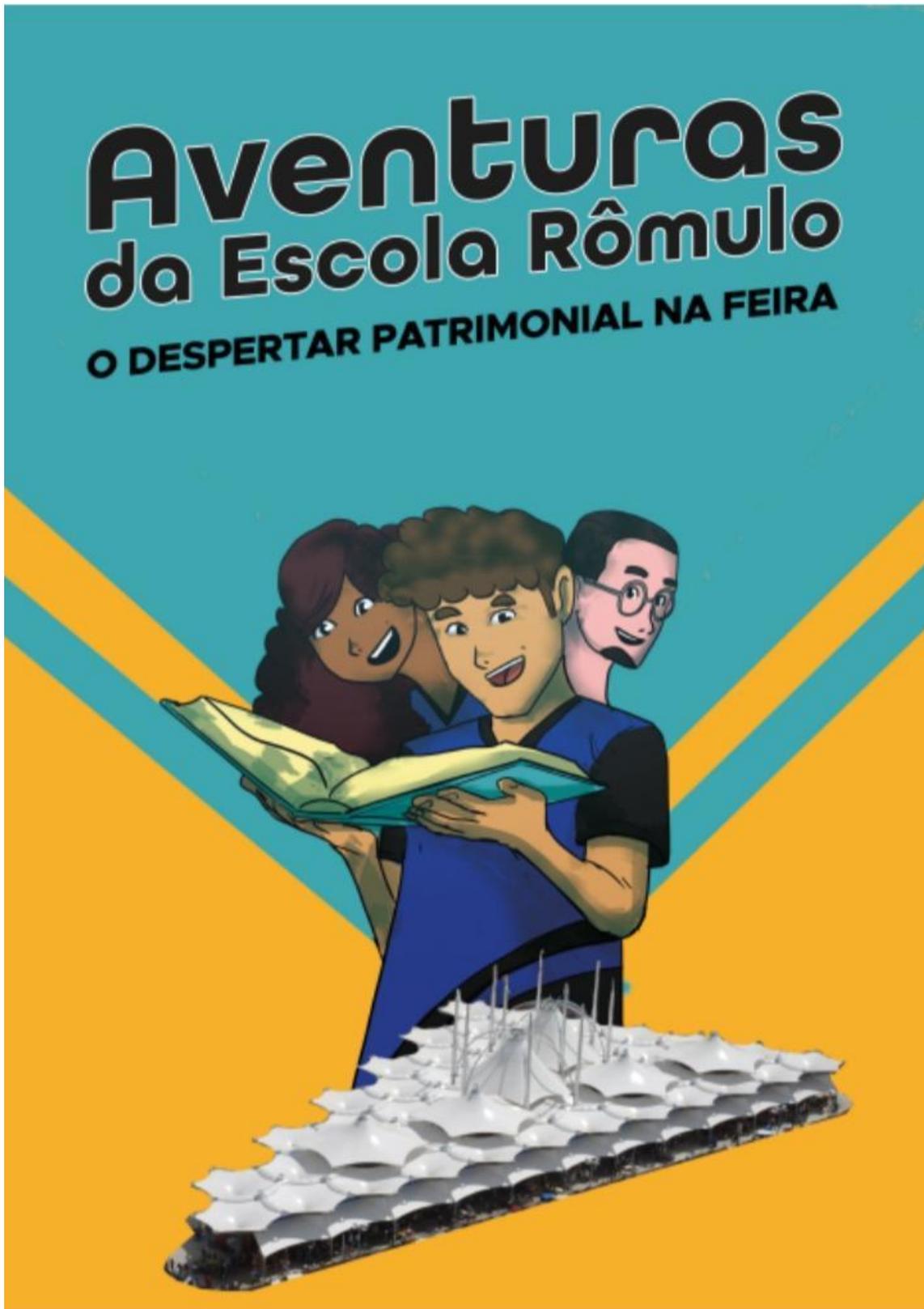
fosse a segunda casa deles”, “eles criaram suas famílias com seu trabalho da feira”, “eles cuidam da feira antiga por que a prefeitura não faz, ao contrário do feira nova onde há limpeza, manutenção e fiscalização, “ela aprendeu fazer aquilo com a mãe dela que ere indígena, depois passou ele”, “Mas aquela feira têm cheiro bom, mas também uns bem ruins”.

Os discentes observaram que a feira é um espaço de compra e venda, mas notaram a subjetividade do patrimônio – patrimônio imaterial, das cores, cheiros, histórias, memórias, dos saberes e, fundamentalmente, o respeito pelo espaço e vidas que ali estão contidas, além de perceberem as relações de poder existentes entre as narrativas construídas entre os feirantes sobre o cuidado de uma feira para outra, ou seja, os alunos conseguiram sintetizar as características principais das discussões patrimoniais, como as narrativas construídas para legitimar um bem cultural, as atribuições de valores dadas aos bens simbólicos e materiais e o sentido que tais práticas têm para a manutenção da cultura popular e identitária local.

A elaboração da HQ deu-se por um conjunto de fatores adquiridos através de 4 pontos: 1) observações e experiências particulares com feiras; 2) aulas de história voltadas para conteúdos obrigatórios sobre Idade Média (“Renascimento Urbano e Comercial”, “Práticas de heresias” e “Mentalidades”) a partir do 3º bimestre do ano letivo 2022; 3) Aplicação e apurações dos dados quantitativos dos questionários; roda de conversa sobre educação patrimonial; 4) visitação com os alunos na feira antiga da Cidade Nova IV e; 5) a confecção do produto didático foi realizado por um ilustrador profissional, fiscalizado por mim e com base nas experiências dos discentes em sala de aula e campo de pesquisa.

Cada discente das turmas 1003 e 1004, assim como os feirantes que participaram da HQ, “As aventuras da Escola Rômulo: o despertar do patrimônio na feira”, receberão um exemplar impresso num coquetel de lançamento que será realizado na Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana (mas conhecido como Rômulo) após a defesa e correção deste produto didático. Os demais alunos poderão adquirir por meio de PDF, no link: <https://drive.google.com/file/d/1bSQprBNhFmUazxJbvEhECNgf7NEvCaoc/view?usp=drivesdk>.

4.5. Produto didático em forma de História em Quadrinhos (HQ): As aventuras da Escola Rômulo: o despertar do patrimônio na feira”





NÃO É SOBRE ISSO QUE VAMOS FALAR HOJE. IREMOS CONHECER A FEIRA COMO PATRIMÔNIO POPULAR.



ISSO MESMO PROF OSWALDO, E QUERO COMEÇAR FAZENDO UMA PERGUNTA PARA VOCÊS.



VOCÊS SABEM O QUE SIGNIFICA PATRIMÔNIO?!



"ÉGUA", NÃO SEI PROFESSOR.

ALGUMA COISA BEM ULTRAPASSADA?



PROFESSOR VI AQUI NO DICIONÁRIO QUE PATRIMÔNIO SÃO OS BENS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS ASSOCIADOS A UMA ENTIDADE, COMO EMPRESAS, OU A UMA PESSOA.



ISSO MESMO UM PATRIMÔNIO É UM BEM ASSOCIADO A UMA ENTIDADE.

TODOS NÓS TEMOS UM PATRIMÔNIO. A CIDADE DE ANANINDEUA E DE BELÉM TAMBÉM TEM VÁRIOS PATRIMÔNIOS. VOCÊS CONSEGUEM CITAR ALGUNS?!



TEATRO DA PAZ, OS CASARÕES DA CIDADE VELHA, A IGREJA DA BASÍLICA, O VER-O-PESO.



EXATAMENTE, TURMA! MAS AS FEIRAS POPULARES DE ANANINDEUA TAMBÉM SÃO UM PATRIMÔNIO.



PATRIMÔNIO É CONJUNTO DE MANIFESTAÇÕES DE UM POVO PRESENTE EM ATIVIDADES E LUGARES QUE ENVOLVA O CULTURA MATERIAL COMO LIVROS, IGREJAS, PRAÇAS, CASARÕES HISTÓRICOS, MUSEUS, VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS ETC., MAS TAMBÉM EXPRESSÕES MATERIAIS COMO MÚSICAS, ARTES TRADICIONAIS, SABERES, FAZERES, RITUAIS ETC.



AS FEIRAS EXISTEM HÁ MUITO TEMPO E SÃO O MEIO DE COMERCIALIZAÇÃO MAIS UTILIZADA DESDE A IDADE MÉDIA.



A PARTIR DO RENASCIMENTO COMERCIAL E URBANO NO SÉCULO XI, COMEÇOU NA EUROPA UMA TRANSFORMAÇÃO NA ECONOMIA, NA VIDA SOCIAL E PRINCIPALMENTE NA PAISAGEM URBANA.

O ARTESANATO SE CONSTITUIU COMO PRINCIPAL MEIO DE PRODUÇÃO DE MERCADORIAS. AS FEIRAS, CRIADAS PELOS MERCADORES, DESTACARAM-SE COMO IMPORTANTES ENTREPOSTOS COMERCIAIS E COMO CENTRO DO DESENVOLVIMENTO URBANO.



POR ISSO QUE DEVEMOS CUIDAR DAS NOSSAS FEIRAS E SEMPRE MOVIMENTAR O COMÉRCIO DESSES LOCAIS.

"DE ROCHA" PROFESSOR, MAS NÃO GOSTO DE IR PARA FEIRA, NÃO.



CLARO, TEM GENTE QUE NÃO GOSTA DA FEIRA, MAS VAI AO SUPERMERCADO.



É UM POUCO TRISTE, POIS OS SUPERMERCADOS NÃO SÃO CONSTRUÍDOS COM O MESMO SENTIDO QUE AS FEIRAS.



PROFESSOR, A FEIRA É UM LUGAR SUJO, FEDORENTO, NINGUÉM GOSTA DE LÁ.



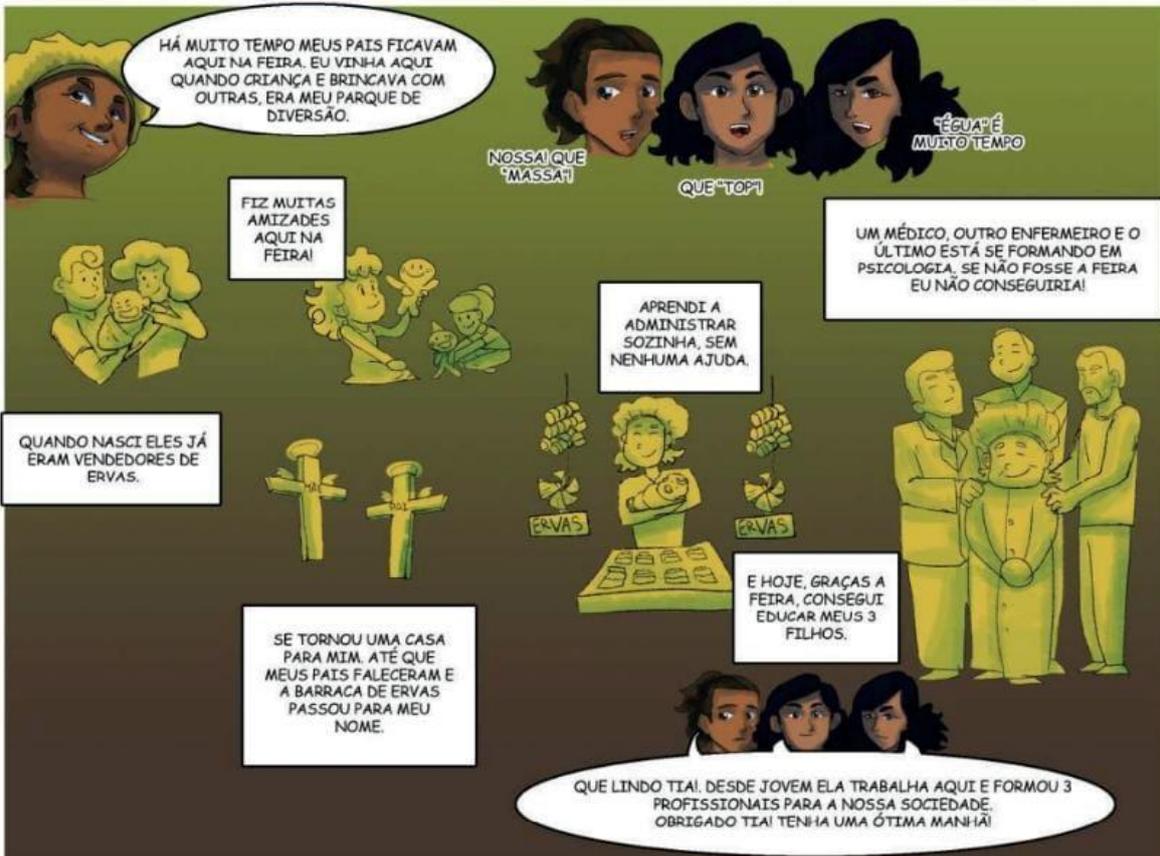
NÃO ACHO QUE A FEIRA SEJA UM PATRIMÔNIO PARA A POPULAÇÃO, PROFESSOR.



NA FEIRA, VOCÊS ACOMPANHARÃO ATIVIDADES TRADICIONAIS COMO PEIXEIROS, VENDEDORES DE ERVAS, ARTESÃOS E PEQUENOS AGRICULTORES COM VENDAS DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS. ESPERO QUE VOCÊS ESTEJAM PRONTOS PARA ESTA AVENTURA, POIS COM CERTEZA VOCÊS VÃO SAIR COM MAIS CONHECIMENTO SOBRE AS FEIRAS POPULARES.





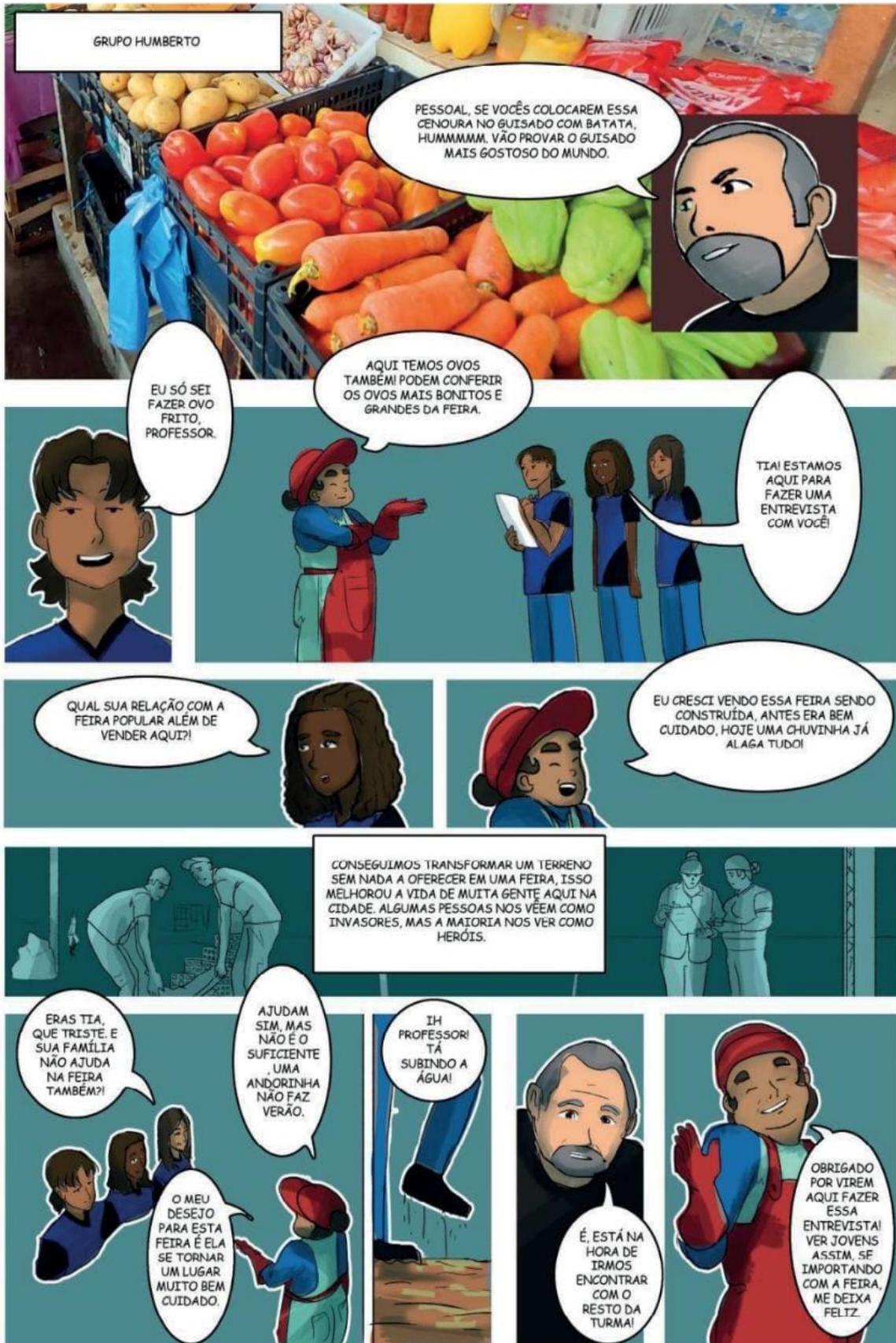


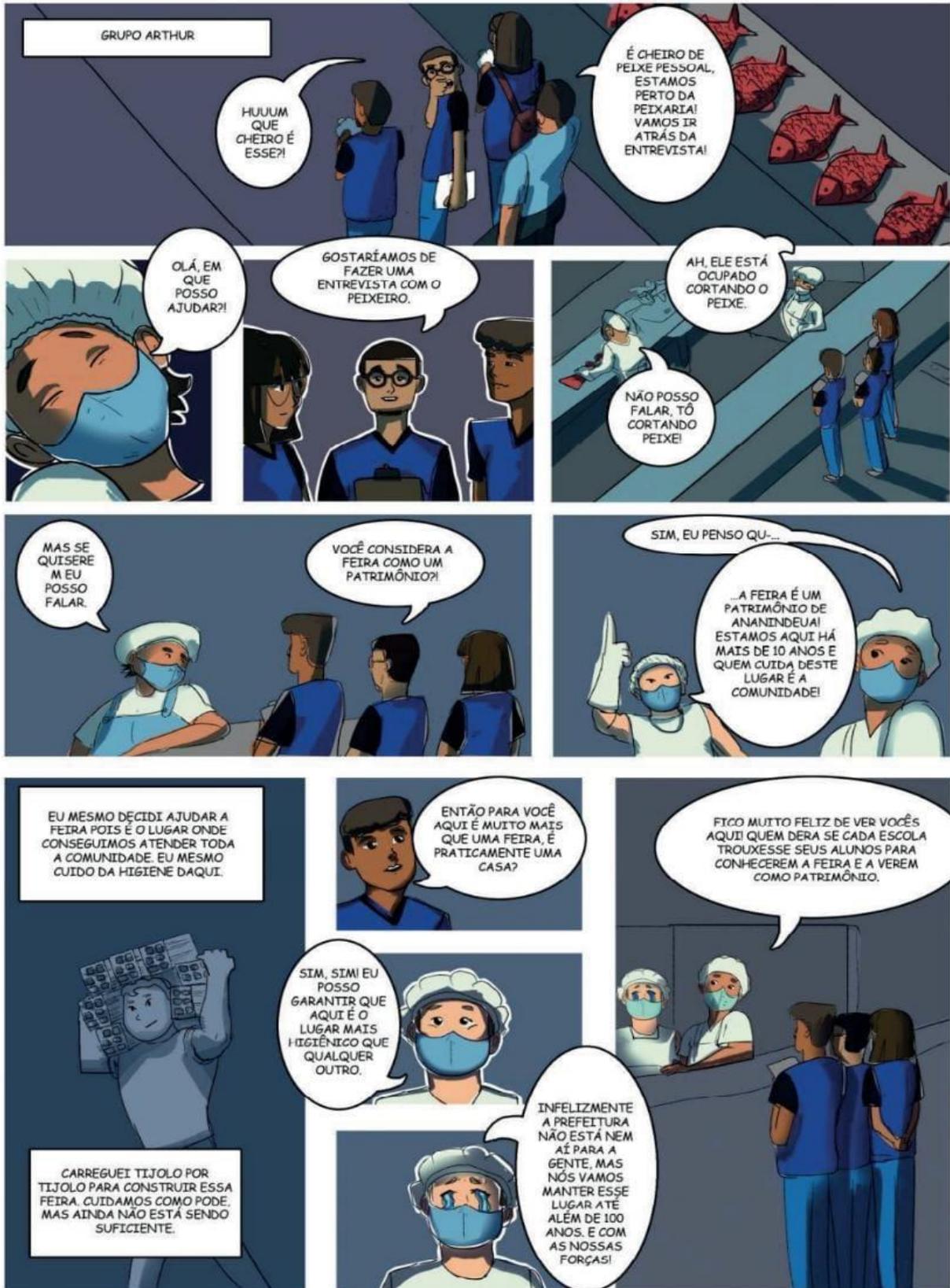


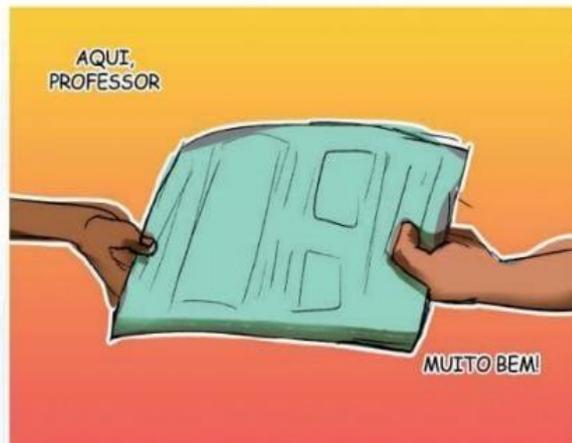
MEUS PAIS JÁ TRABALHAVAM COM ARTESANATO, MAS NÃO NA FEIRA. ERA TUDO FEITO DENTRO DE CASA.

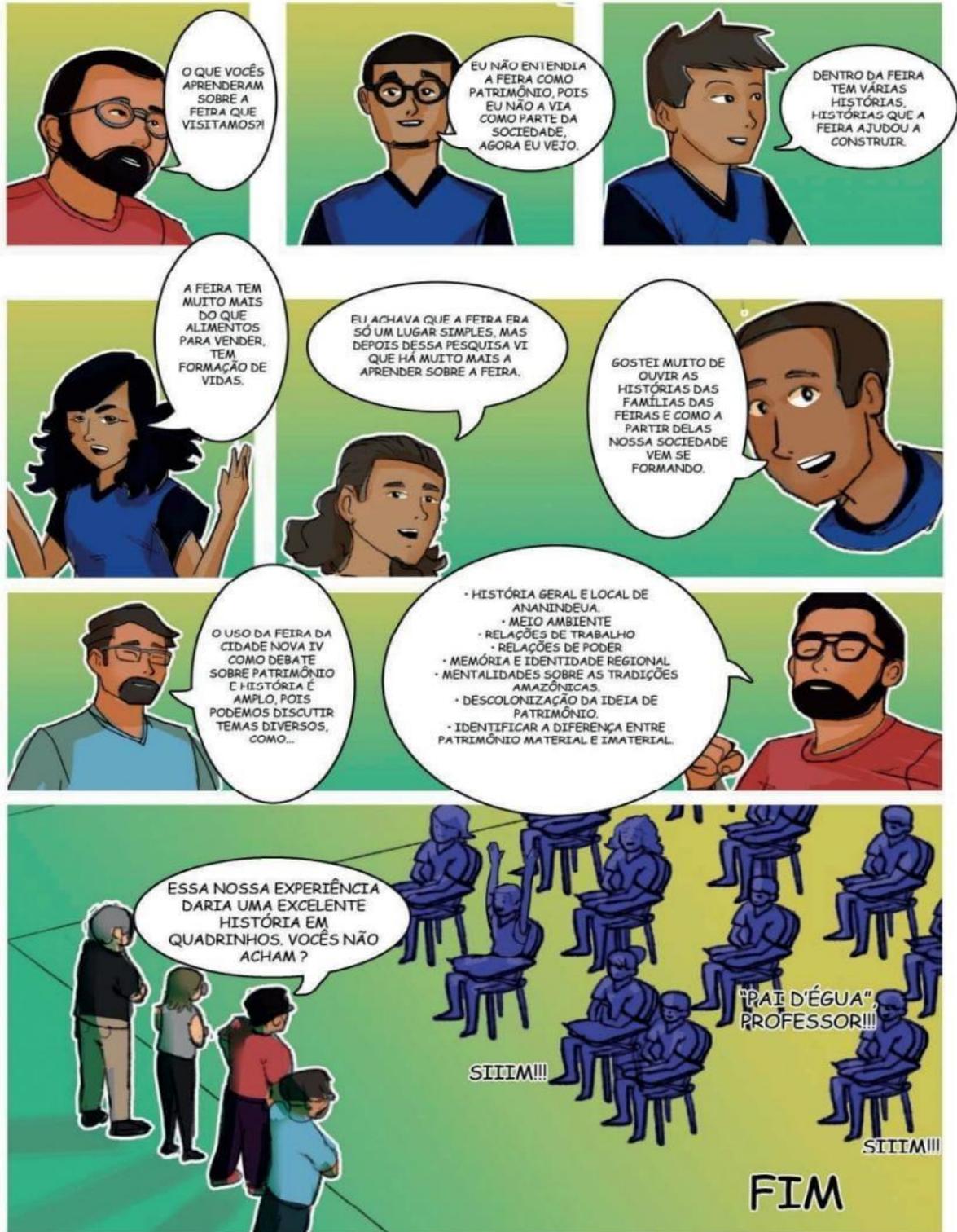












5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação de estudo apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, Campus Ananindeua/Pará, buscou discutir o entendimento de 45 estudantes, do 1º ano do ensino médio, da Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana, sobre os conhecimentos trazidos para dentro da sala de aula do tema “Patrimônio”, utilizando como direcionamento teórico de pesquisa o conceito rüseniano de “Consciência Histórica” (2001) e as próprias feiras do bairro da Cidade Nova IV como ponto de conexões de saberes culturais e históricos locais.

Tentou-se respeitar ao máximo no processo de escrita da dissertação os conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas remotas do programa, em tempos de pandemia da Covid 19 (2020-2022), que de certa forma, impactaram diretamente para novos caminhos, olhares e direcionamentos sobre meu campo de pesquisa e atuação como professor/pesquisador, pois possibilitaram encaminhamento de novas abordagens metodológicas e didáticas para o chão da escola, como trabalhar educação patrimonial por intermédio da feira local e os estudantes.

Também foi utilizado como método para a escrita deste trabalho minhas experiências e vivências particulares há mais de 14 anos como professor história da Rede Pública do Estado Pará; a captação prévia quantitativa dos discentes sobre o entendimento de patrimônio, utilizando a aplicação de questionários; atuação do colaborador e professor de história Carlos Arthur, em mediar a palestras sobre conceitos e exemplos diversos entre ensino história e patrimônio; a imersão à campo da feira antiga da Cidade Nova IV, com os 12 discentes; as entrevistas feitas com colaboração dos pelos professores Humberto, Stephanie e Carlos Arthur, com os feirantes e trabalhadores das feiras (antiga e nova) e; criação do produto didático sintetizado através de uma história em quadrinhos, confeccionada por Vitor Almeida.

Este trabalho acadêmico em Ensino de História foi esquematizado com 3 seções importantes para a compreensão do entendimento de patrimônio e educação patrimonial, Ensino de História Local e aprendizagens despertadas por intermédio do espaço da feira, tendo como resultado a elaboração da história em quadrinhos chamado “As aventuras da Escola Rômulo: o despertar do patrimônio da feira”.

A seção I da referida pesquisa demonstrou através de levantamentos bibliográficos, como de Dominique Poulot (2011), Néstor Canclini (2012; 2008; 1998), Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (2006) e Cristina Meneguello (2020) que o patrimônio é uma categoria que estabelece relações de poderes simbólicos, políticos e econômicos desde a antiguidade à contemporaneidade, que são legitimados através de discursos coletivos e respaldados

juridicamente pelos órgãos de proteção cultural, ocasionando, em muitos casos, a exclusão de outros patrimônios tão importantes quanto. Tais concepções dos patrimônios chancelados ou institucionalizados ao longo da história ganharam mais voz e prestígio em relação aos demais, tendo como consequência, nesta longa duração, o desconhecimento dos patrimônios subjugados na história como não importantes, ao qual podemos citar as tradições indígenas, africanas, festividades, saberes orais etc. que são presentes no espaço da feira da Cidade Nova IV, em Ananindeua/Pará.

Entretanto, notou-se também com o levantamento da literatura do patrimônio, segundo Maria Lourdes Horta (1983), Márcia Bezerra (2020), Pierre Nora (1992) e Rebeca Gontijo (2019) que o patrimônio ganha novas perspectivas, necessidades e inclusão a partir da década de 70 através de reivindicações de grupos sociais que tiveram seus bens culturais negligenciados. Uma das estratégias para a equidade patrimonial é o uso da própria implementação das discussões dos bens patrimoniais dos diferentes grupos nos Currículos Escolares e no Livro Didático escolar, que será um passo importante para galgar o tão esperado despertar dos variados entendimentos patrimonial de crianças, jovens e adultos e, conseqüentemente, uma consciência cultural no espaço escolar.

A seção II apresentou propostas de aprendizagens históricos, culturais, sociais, ambientais e econômicos por meio da feira da Cidade Nova IV, em Ananindeua/Pará. Para o exercício da compreensão entre Ensino de história, patrimônio e história local notou-se imprescindível inserir vivências particulares como professor/pesquisador nas Ilhas do Município de Abaetetuba/Pará (Maracapucu e Piquiarana) entre 2009 a 2011, ao qual tive como ponto do despertar da cultura local as próprias dinâmicas da feira da região, como modos alimentares do miriti, açaí e pescado, a importância dos rios para fluxos de mercadorias e pessoas e a própria feira como parte modeladora das relações sociais entre a cidade e ilhas adjacentes. Tais experiências despertadas a partir da região interiorana, onde atuei por 3 anos, foram profícuas para o redirecionamento do pensar as feiras, em específico da Cidade Nova IV, em Ananindeua, como possibilidades ao ensinar história na perspectiva patrimonial, garantindo a efetividade dos conteúdos obrigatórios dos livros didáticos, no que se refere as feiras medievais e surgimento dos centros urbanos e comerciais na Idade Média, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) ao garantir temas voltados a história local e modos de viver no presente e passado e, principalmente, traçar novos olhares no modo de ensinar história em diferentes espaços.

A feira apresentou-se como ponto de conexões entre passado e presente, desde sua concepção na antiguidade, passando por sua formalização na Idade Média até a sua propagação

obrigatória em cidades e bairros urbanizados na atualidade. Sendo assim, as feiras de Abaetetuba e de Ananindeua, apresentaram nesta pesquisa inúmeras possibilidades para a aplicabilidade de uma consciência patrimonial desde sua composição histórica, da ocupação territorial, atividades econômicas entre a cidade e as ilhas adjacentes, saberes produzidos e repassados e disputas de poderes característicos das concepções patrimoniais, como o caso da “feira nova” e a “feira antiga” da Cidade Nova IV, ao qual não fugiram à regra sobre patrimônio cultural.

A terceira e última seção deste estudo de pesquisa demonstrou possibilidades diretas para o despertar da consciência patrimonial dos discentes atrelados ao espaço local da Feira da Cidade Nova IV, em Ananindeua/Pará. Para a identificação dessa consciência patrimonial utilizou-se o método quantitativo com a aplicação de questionários aos 45 estudantes do 1º ano do Ensino Médio, ao qual se obteve como resultados o desconhecimento dos discentes em torno dos variados tipos de patrimônio, em especial dos patrimônios que foram invisibilizados pelas produções culturais, quando identificaram algum bem cultural ainda persistiram os patrimônios consolidados, como prédios, casarões e espaços no centro histórico de Belém do Pará.

Entretanto, notou-se na apuração dos dados o interesse expressivo por parte dos discentes em conhecer outros patrimônios, inclusive, buscar na própria feira da Cidade Nova IV como local de estudos patrimoniais, interesse esse que projeta pontos positivos em romper com o próprio resultado da pesquisa em que os alunos viam tal local apenas como um espaço de compra e venda, e em muitos casos, até como não sendo um patrimônio para eles. Essa ideia sobre o patrimônio foi bem mais lapidada com o “bate papo” (Palestra) realizada na escola, que procurou captar falas e posicionamentos sobre o espaço da feira, mas, principalmente, despertar novos conceitos, percepções e olhares sobre o processo de descolonizar os bens culturais antes de irem aos estudos a campo na feira local.

A realização da aula no espaço da feira da Cidade Nova IV, teve como resultado o envolvimento dos 12 discentes que estiveram de forma empenhada como agentes na construção dos conhecimentos patrimoniais, ao qual através das entrevistas realizadas com os trabalhadores da feira mostraram as diferentes análises do patrimônio, como: a identificação dos cheiros das ervas, maniçoba, peixes, camarão e frutas; histórias e memórias de práticas tradicionais herdadas; o envolvimento das diferentes práticas religiosas indígenas, africanas, católica que esbarram-se no sincretismo religioso amazônico paraense; os laços de afetividade com a profissão, espaço e dinâmicas da feira; as nuances das relações de poderes políticos, econômicos, culturais e simbólicos entre as feiras antiga e nova da Cidade Nova IV e; a própria importância do espaço da feira para a comunidade local. Todos esses elementos que compõem

as pautas patrimônios e identificadas nas observações dos docentes resultaram na criação da História em Quadrinhos, “As aventuras da escola Rômulo: o despertar patrimonial na feira”, como produto didático lúdico e acessível aos discentes, onde os mesmos tornam-se personagens ativos no processo de despertar o patrimônio em suas práticas educativas utilizando a feira de seu bairro.

Acredita-se que a educação patrimonial a partir do espaço da feira da Cidade Nova IV, Ananindeua/Pará, possa ser um campo repleto de possibilidades para as compreensões dos bens culturais e, possivelmente, para a democratização patrimonial de crianças e jovens em processo de desenvolvimento educacional, desafio esse importante para traçar novos olhares sobre a cultura local nas aulas de história utilizando este espaço tão comum a todos que são as feiras.

REFERÊNCIAS

- AMBONI, Vanderlei. O mercador nas feiras da Idade Média: a civilidade do ato de comprar e vender. **Jornadas de Estudos Antigos e Medievais** (UNESPAR/FAFIPA-GTSEAM), 2011.
- BARROS, F. B. Sociabilidade, cultura e biodiversidade na Beira de Abaetetuba no Pará. Revista Unisinos. **Ciências Sociais Unisinos**. Volume 45, número 2, mai/ago 2009. Disponível em: revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/4895/2150 Acesso em: 19/10/202.
- BELUSSO, Maicon. **A potencialidade dos quadrinhos no ensino de História: da teoria à prática**. (Belo Horizonte, online) [online]. 2019, vol.4, n.13.
- BERETA, Cristiane da Silva. Conhecimento histórico Escolar. In. **Dicionários de ensino de história**. Org. Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira. Ano 2019, p. 50-54.
- BERTOLINO, Mateus. **Das HQs à imaginação histórica: Reflexões para o ensino de história**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense. Ano, 2018.
- BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **O Saber Histórico na Sala de Aula**. Editora Contexto: São Paulo, 2009. (Repensando o Ensino).
- BITENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. Editora Cortez: São Paulo, 2009.
- CALADO, Lenita Maria Rodrigues. **Era uma Feira Aonde a Gente Ia de Chinelo: Campo Grande e sua Feira Livre Central**. Lenita Maria Rodrigues Calado – Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.
- CAMPOS, Vanessa Therezinha Bueno; SILVA, Fernanda Duarte A. **(Trans)formação da Docência: contribuições das experiências de vida à formação inicial de professores**. Educação Temática Digital Campinas, SP v.21 n.1 p.242-258 jan./mar. 2019.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Heloísa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.
- CARDOSO, Oldimar. Didática da história. In. **Dicionários de ensino da história**. Org. Marieta de Moraes Ferreira. Margarida Maria Dias de Oliveira. Ano 2019, p.79-84.
- CARVALHO, Aline e MENEGUELLO, Cristina (Orgs.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2020.
- CORDEIRO, Carlos Arthur Góes. **“Eu não sabia que era artista!”: Exposição Nós de Aruanda, Artistas de Terreiro no cenário cultural Afro-Amazônico paraense**. Dissertação de Mestrado aposentado a Universidade Federal do Pará. Ano – 2021.
- CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. **Teatro de memórias, palco de esquecimentos: Culturas Africanas e das diásporas negras em exposições**. Tese apresentada ao Programa de

Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – (PUC). 2006.

FERREIRA, Maria de Moraes e OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. **Dicionário de ensino de história**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

FONSECA, Maria Célia Lordes. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. (orgs) Regina Abreu e Mário Chagas In: **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Ed. DP&A, Rio de Janeiro: 2003.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais, educação e descolonização dos currículos. **Revista Currículo sem Fronteiras**, V. 12, N. 1, p. 98-106, 2012.

GOUBERT, Pierre. **História Local. Revista Arrabaldes – Por Uma História Democrática**. Rio de Janeiro. n. 1, maio/ago, 1988.

HORTA, de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. (Orgs.). **Guia básico da educação patrimonial**. Museu Imperial/DEPROM –IPHAM –MINC, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Preparando o terreno e primeira sementeira: Seminário de Petrópolis, (1983)**. Disponível em <https://historiasocialecomparada.org/revistas/index.php/silloges/article/view/15/31>

LE GOFF, Jacques. **A Idade Média explicada aos meus filhos**. [Tradução Hortência Lancaster]. – Rio de Janeiro, 2007.

LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Lisboa: Ed. Estampa, 1998.

LE GOFF, Jacques. **Memória**. In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994.

MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica**. (resolução n 4, de 13 de julho de 2010). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso: 10 de outubro de 2022.

MEC. **Jovem protagonista: Projetos integradores: Ciências humanas e sociais aplicadas: Ensino Médio**. Editor responsável, Flávio Manzatto de Souza. – 1, Ed. – São Paulo, 2020.

MEC. **Parâmetros curriculares nacionais: história. Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso: 10 de outubro de 2022.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de. VIANA, Iamara da Silva. Educação Patrimonial e Ensino de História: Diálogos. **Revista Encontros – Ano 11 – Número 20 – 1º semestre de 2013**, p. 49-62.

MENEZES, Tainá Marçal dos Santos; PERDIGÃO, Ana Klaudia de Almeida Viana. O tipo palafita Amazônico: entre formalidade e informalidade do habitar na Vila da Barca (Belém, Pará, Brasil), **Revista Projetar**, v.6, n.2, maio de 2021.

MONTENEGRO, Ana Maria da Costa. Ensino de História: Das Dificuldades e Possibilidades de um Fazer. In. DAIVES, N. (org.) **Para Além dos Conteúdos no Ensino de História**. Niterói: Eduff, 2000.

NEVES, Joana. História Local e Construção da Identidade Social. **Saeculum – Revista de História**. João Pessoa: Departamento de História da Universidade Federal da Paraíba, n. 3, jan./dez. 1997.

NIKITIUK, Sonia. **A História local como instrumento de formação**. Disponível em: <<http://www.rj.anpuh.org/.../rj/.../2002/.../Nikitiuk%20Sonia%20M%20L.do...>>. Acesso em outubro de 2022.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v.5, n.10, Rio de Janeiro: CP/DOC FGV, 1992.

POULOT, Dominique. Cultura, história, valores patrimoniais e museus. **Varia história**, v. 27, n. 46, p. 471-480, 2011.

REVISTA DAS REVISTAS: estudos avançados. In: CHARTIER, Roger. **O mundo como representação**. São Paulo, 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br>

SAMUEL, Raphael. Documentação – história local e história oral. **Rev. Bras. de Hist.** v. 09. n.º. 19. p. 219 – 243. set. 89. fev. 90. Disponível em: www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3887. Acesso em: 23 out. 2022.

SANTOS, José Wilson Moura. **A feira e o ensino de história: caderno de sequências didáticas a partir da feira de Itabaiana/SE**. Dissertação de Mestrado PROFHIST– São Cristóvão, SE, 2021.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. 2ª ed. São Paulo: Editora Scipione, 2009. Coleção Pensamento e Ação em Sala de aula.

SILVA, Aletícia Rocha da. **Educação Patrimonial no Ensino de História: A Feira Livre como espaço de aprendizagem histórica em Colinas do Tocantins**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História- PROFHISTORIA da Universidade Federal do Tocantins- UFT. Ano, 2018. requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória

SILVA, Luiz Carlos Borges da. A Importância do Estudo de História Regional e Local na Educação Básica. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e Diálogo Social** – 26 a 26 de julho, 2013 Natal, RN. Anais (on-line). Disponível em >> http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1372277415_ARQUIVO_Artigo_HistoriaRegional_NATAL_.pdf.

SOUZA, Marciane de. **Ensino de História, Memória e Patrimônio: as (re) significações e percepções dos estudantes acerca dos Territórios Urbanos**. Dissertação apresentada à ao Mestrado Profissional em Ensino de História em Rede Nacional – núcleo Universidade Federal de Mato Grosso, ano de 2019.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida, COSTA, Wilma Peres, In. – Org. PAIVA, Odair da Cruz, LEAL, Elizabete. **Patrimônio e História**, Londrina, Ed. Unifil, 2014.

APÊNDICE



Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana
Secretaria de Educação do Estado do Pará
Projeto Interdisciplinar de Educação Patrimonial
Disciplina de História
Docente Oswaldo José de Almeida Cardoso

Saberes patrimoniais e ensino de história: aprendizagens históricas por intermédio de
experiência na feira na Cidade Nova IV, Ananindeua-Pará

Ananindeua
2022



Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana
Secretaria de Educação do Estado do Pará
Projeto Interdisciplinar de Educação Patrimonial
Disciplina de História
Docente Oswaldo José de Almeida Cardoso ⁶¹

Projeto pedagógico interdisciplinar sobre Educação Patrimonial através da Feira da Cidade Nova IV, em Ananindeua-PA, apresentado a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Jornalista Rômulo Maiorana, como componente curricular na disciplina História.

⁶¹ Professor de história, especialista em Gestão educacional e mestrando em Ensino de História, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Atuando como docente na rede básica de ensino público (SEDUC/PA) há 14 anos, sendo dedicados, em exclusividade, 10 anos na Escola Jornalista Rômulo Maiorana, onde atuo como professor de história nas turmas do Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).

RESUMO

O projeto em questão é fruto em construção do terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado profissional (PROFHIST/UFPA), ao qual tende a traçar mecanismos didáticos e pedagógicos de aprendizagens envolvendo Educação Patrimonial e o Ensino de História, tendo os discentes de duas turmas do 1º ano do Ensino médio (1003 e 1004) como os principais agentes de pesquisa. O objeto da atividade será dinamizar e problematizar o entendimento de patrimônio a partir da história local, tendo em vista, que muitos estudantes, possuem uma formação Cultural histórica do patrimônio pautadas no tradicional oficializado pelos meios de produção cultural. Ou seja, buscaremos nesta jornada refletir que a educação patrimonial é complexa e dinâmica podendo estar bem próximo de nós, como na feira do bairro local, que possui vivo laços culturais ligados à própria formação simbólica, histórica e identitária da comunidade escolar. Neste caso, utilizará como lócus de observações tais discentes da Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana e o espaço comercial da feira livre da Cidade Nova IV, respectivamente, situados no Município de Ananindeua-PA. Como resultado desta experiência, será elaborado a confecção de uma história em quadrinhos (HQ) intitulado “As aventuras da Escola JRM: o despertar patrimonial na Feira”, que servirá como produto auxiliador e intermediador nas aulas de história, aonde os próprios alunos criaram as narrativas históricas através da experiência e conhecimentos adquiridos na roda de conversa, visitação a feira e apreensão de saberes locais.

INTRODUÇÃO

Este projeto coloca em debate desafios para o ensino de história e a sua contribuição para o campo da educação patrimonial à partir do local da feira da Cidade Nova IV em Ananindeua -Pa. Tal iniciativa torna-se oportuna para (re) pensar posturas e métodos didáticos e pedagógicos na Escola Estadual Jornalista Rômulo Maiorana, assim como elaborar práticas em sala de aula atrelados a espaços de sociabilidade comuns aos discentes, provocando, conseqüentemente, reflexões no aprendizado histórico, social, cultural e humana a partir das vidas contidas no espaço da feira local.

O despertar da Consciência histórica⁶² utilizando tal feira local do nosso município como espaço de discussões patrimoniais e, atrelados aos conteúdos obrigatórios do livro didático, surge como mecanismos complementar que valorizem saberes e fazeres importantes para a formação cidadã dos indivíduos a partir do acesso da realidade no qual vivem. Neste caso, a feira será utilizada como elemento facilitador de compreensões do local, nacional e internacional relacionando presente e passado nas aulas de história.

Todavia, ao observar a aplicabilidade dos conteúdos obrigatórios e as normas vigentes dos PCN's e a LDB na disciplina história, percebe-se que a historiografia na educação básica nem sempre contempla a história local, tema caro, urgente e necessidades para representatividade do lugar de memórias e formações de identidades a partir do vivido, ou seja, é um grande desafio para os professores de história⁶³, principalmente, em sua execução no ofício do historiador, abarcar essas especificidades para um ensino inovador.

Apresentamos como objetivos a serem alcançados junto aos alunos, levando em consideração a faixa etária e os conhecimentos históricos prévios que estes já adquiriram no decorrer de suas vivências até ingressar no ambiente da sala de aula, o despertar de uma consciência histórica patrimonial do cuidado e respeito pelo espaço e pessoas que trabalham, circulam e consomem do local da feira da Cidade Nova. Neste caso, a feira é muito mais que um local comercial de vendas e compras, mas um lugar que carrega laços culturais de nossos antepassados imbuídos de riquezas de saberes, técnicas, sensações e afetividade, podendo este ser caracterizado como um bem patrimonial para a história local de Ananindeua.

⁶² Termo utilizado para designar a consciência que todo agente racional humano adquire e constrói, ao refletir sobre sua vida concreta e sobre sua posição no processo temporal da existência. Ela inclui dois elementos construtivos: o da identidade pessoal e o da compreensão do conjunto social a que representa, situadas no tempo histórico” (Dicionário de Ensino de História, 2019, p. 55).

⁶³ Vale ressaltar que essa proposta didática e pedagógica poderá ser utilizada e ampliada para outras áreas do conhecimento, envolvendo meio ambiente, cálculos, religiosidades, territorialidade, linguagens, aspectos filosóficos e sociológicos, dentre outros debates oportuno para a construção de saberes a partir do local da feira.

JUSTIFICATIVA.

O referido projeto interdisciplinar intitulado “**Saberes Patrimoniais e Ensino de História: aprendizagens históricas por intermédio de experiência na Feira da Cidade Nova IV, Ananindeua-Pa**”, tem o caráter atender as diversas áreas do conhecimento, dialogando, em especial, a história local e patrimonial, assim como possivelmente poderá ser usado para outras disciplinas, como exemplo: geografia, filosofia, artes, matemática, biologia etc. Tal iniciativa didática poderá fluir pelos múltiplos campos dos saberes, tendo em vista, que a feira é um loco de estudo com infinitas possibilidades de trabalhar com os discentes as relações do homem e o espaço em que vive.

Deste modo, usar a feira como proposta permite abranger aspectos importantes para o conhecimento como: Identificar agentes do próprio grupo de convívio que estão bem perto de nós (feirantes), que são portadores de saberes culturais, muitas vezes subalternizados por suas funções; abordar questões sobre o meio ambiente e o cuidado com o descarte de resíduos em espaços públicos; analisar características geográficas da feira nova e velha, que atende o perímetro da Cidade Nova IV; os modos alimentares nosso povo, como o consumo da farinha, peixes, frutas etc.; aspetos filosóficos de pensar e entender as crenças e hábitos culturais envolvendo as vendas de ervas, objetos e até indicações de rituais religiosos envolvendo o catolicismo, o cultos afro brasileiro e amazônico; reconhecer mudanças e permanências do passado e presentes na realidade dos alunos, possibilitando a utilização deste espaço comum para reflexões econômicas, políticas e sociais; valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar as diversidades de elementos materiais e imateriais com o propósito de fortalecimento da democracia cultural local.

Portanto, o espaço da sala de aula e o ensino pode ser estendida para além dos muros da Escola Jornalista Rômulo Maiorana, de forma prática, didática e sem gastos econômicos, devendo apenas o professor tentar dedicar o entrelaçamento entre sua disciplina e o local.

Todavia, pensamos como resultados desta discussão sobre ensino de história e educação patrimonial envolvendo a feira, um produto didático com o uso da história em quadrinhos (HQ) intitulado “As aventuras da Escola JRM: o despertar patrimonial da Feira”.), pois pretendemos dialogar com a especialista em ensino de história Selva Guimarães Fonseca (2003), que constata que nas últimas décadas a educação brasileira transformou de forma significativa, graças a aplicabilidade das novas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN`s) (p. 32).

Esses documentos supracitados expressam que a cultura histórica de cada Estado brasileiro deva ser adequada para o desenvolvimento dos alunos nas aulas, observando como características principal a realidade local e regional: conforme cita o Art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Os currículos de ensino fundamental e médio deve ter uma base nacional comum a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 1996)

Pensando nestes aspectos legais que a feira é um espaço social e cultural da comunidade que precisa ser percebida como um lugar de aprendizagens necessário a ser valorizado nas aulas de história, pois os professores precisam estimular percepções sobre a importância desse espaço para a realidade local, bem como as relações que se desenvolvem entre os sujeitos.

Quando dialogamos com essa proposta valorizamos as ideias de Jaime Pinsky (2013) que faz considerações importantes sobre o ensino de história ressaltando que esta disciplina está presente em quase todas as manifestações humanas e dependendo do contexto no qual o indivíduo está inserido o conhecimento histórico ganha novos contornos (p. 153-155). Assim, pensamos que as variadas abordagens, por intermédio da feira do Bairro da Cidade Nova IV, é um campo oportuno para dialogar com os alunos da turma do 1º Ano sobre as relações culturais, econômicas e sociais mantidas neste ambiente por meio do Ensino de História.

Contudo, pensamos que é essencial que os alunos sejam levados a pensar e posicionar-se de maneira crítica em relação a formação das cidades no período da Idade Média, para perceber as relações de trabalho, e modificações no espaço e tempo histórico, no qual ocorrem múltiplas relações que envolvem, valores, poder, solidariedade, sucesso, educação e respeito. Mas também se fazem presentes relações de poder contidas neste espaço, observando os direitos e deveres que formam um cidadão humanizado ciente de seu lugar em sociedade, problematizando questões do meio ambiente, trabalho, emprego, saberes e valorização da história local de Ananindeua através da educação patrimonial.

Metodologia

Destacamos como metodologia para este projeto quatro pontos importantes: 1) Discussões em sala de aula com os discentes envolvendo assuntos obrigatórias sobre Idade Média (10 aulas); 2) Aplicação de um questionário e Roda de Conversa sobre Educação Patrimonial com especialista na área convidado, com o objetivo de traçar e problematizar o

entendimento dos patrimônios (3 aulas); 3) Visitação guiada à Feira da Cidade Nova IV com os discentes do 1º ano (3 aulas); 4) Resultados do projeto será feito uma história em quadrinhos (QH) tendo como base na experiência dos próprios alunos como personagens e protagonista do despertar do entendimento de patrimônio por intermédio da feira da Cidade Nova IV, sendo gerado a leitura do produto didático em formato de PDF, para melhor divulgação e acesso à comunidade escolar.

OBJETIVO GERAL:

Identificar o próprio grupo de convívio e as relações que estabelecem em outros tempos e espaços, tendo como foco o conteúdo curricular Idade Média, que por sua vez é obrigatório no ensino fundamental do ensino básico. Reconhecer mudanças e permanências, presentes na realidade dos alunos ou distantes no tempo ou no espaço, como possibilidade a utilização da feira para esta reflexão. Valorizar o patrimônio sociocultural e respeitar a diversidade, reconhecendo-as como um direito dos povos e indivíduos e como um elemento de fortalecimento da democracia.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- ✓ Discutir a importância das formações das cidades e feiras medievais com os discentes do 1º ano do Ensino Médio (1003 e 1004).
- ✓ Promover a relações de continuidade e permanências das feiras medievais e atuais.
- ✓ Observar a importância da história local através da valorização dos patrimônios materiais e imateriais contidas no espaço da feira da Cidade Nova IV.
- ✓ Problematizar e descolonizar o entendimento sobre os patrimônios culturais.
- ✓ Subsidiar o entendimento de patrimônio com a formação e visitação à feira.
- ✓ Criar a história em quadrinhos (HQ) a partir das experiências de interações entre discentes e a feira da Cidade Nova IV.

RECURSOS NECESSÁRIOS

- ✓ Auditório da escola
- ✓ Data show
- ✓ Computador

- ✓ Slides
- ✓ Impressões de 50 unidades do questionário (em anexo no documento).
- ✓ Água para o palestrante
- ✓ Professores e colaboradores para auxiliar na visitação à feira.
- ✓ Impressões do HQ para disponibilizar aos alunos.
- ✓ Ilustrador/Cartunista para a confecção do HQ.
- ✓ Lanche para os alunos
- ✓ Certificados para os colaboradores

COLABORADORES

- ✓ Oswaldo José de Almeida Cardoso (Idealizador e professor de história)
- ✓ Stephanie Santos de Sousa (professora de filosofia)
- ✓ Victor Manoel de Almeida Rodrigues (Ilustrador e cartunista)
- ✓ Carlos Arthur Góes Cordeiro (Palestrante mestre em Patrimônio Cultural/UFGA)

INFORMAÇÕES GERAIS

- ✓ A realização do projeto terá o caráter de atender, momentaneamente, apenas para as turmas 1003 e 1004 do 1º ano do ensino médio, turno da tarde.
- ✓ A palestra sobre patrimônio e ensino de história será realizada no dia 21 de outubro de 2022 no horário de 13h30 no Auditório da Escola Jornalista Rômulo Maiorana.
- ✓ Professora Stephanie Santos de Sousa e Victor Manoel de Almeida Rodrigues irão acompanhar tanto a realização da palestra quanto a visitação à feira.
- ✓ Esse projeto tem iniciativa próprio de minha autoria, tendo como apoio apenas as parcerias dos colaboradores citados no item anterior.
- ✓ A veiculação, publicação ou uso de quaisquer informação deste projeto para fins particulares, sem autorização do autor, poderá ser considerado plágio, podendo sofrer sanções jurídicas pela Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
- ✓ Serão dedicadas entorno de 20 aulas para o início e término das atividades do projeto (45 dias).
- ✓ As entrevistas, fotografias, direito de imagem e nome original dos discentes e trabalhadores da feira foram devidamente autorizadas, assim como o pedido de

autorização dos responsáveis para a visitação à campo na feira da Cidade Nova, em Ananindeua/Pa.

- ✓ Os discentes e feirantes que não autorizaram as divulgações e publicação de imagens foram respeitadas, respectivamente, tendo no caso, usado o nome fictício para identificação no corpo do texto.

a) Feira da Cidade Nova IV ()



b) Complexo do Mercado do Ver-o-Peso ()



c) Teatro da Paz ()



c) Terreiro de Tambor de Mina Dois Irmãos ()



6- Você já parou pra pensar se existe algum bem patrimonial no bairro da Cidade Nova? Se sim, diga qual você considera e conhece.

a) () Sim. b) () Não

R= _____

7) Você já foi à feira da Cidade Nova IV? Se sim, o que você acha dela?

a) () Sim. b) () Não

R= _____

8) Você gostaria de ter uma aula de história indo à feira da Cidade Nova IV?

a) () Sim. b) () Não

9) Identifique qual importância abaixo, a feira da Cidade Nova IV tem para você:

a) () Importância de comprar e vender produtos.

b) () Importância ter saberes culturais/históricos

c) () Importâncias de relações afetivas e familiares.

d) () A feira da Cidade Nova IV não possui importância para mim.

informações em sala de aula.							
Discussões com os alunos sobre a elaboração e confecção do HQ.	-	-	-	X	X	X	-
Orientação e fornecimento de informações para o ilustrador.	-	-	-	X	X	X	-
Análise de HQ e feedback com os alunos.	-	-	-	-	X	X	X
Impressões e divulgação definitiva do HQ para os alunos e comunidade escolar.	-	-	-	-	-	-	X

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PROJETO E QUESTIONÁRIO

BERETA, Cristiane da Silva. Conhecimento histórico Escolar. In. **Dicionário de ensino de história**. Org. Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira. Ano 2019, p. 50-54.

BITTENCOURT, Circe. Método de ensino. In. **Dicionário de ensino de história**. Org. Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira. Ano 2019, p. 162-171.

BERGMANN, Klaus. História na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.9, n° 19,set.89/ fev.90, p29-42.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Terceira versão revista. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 12 Set. 2017.

CARDOSO, Oldimar. Didática da História . In. **Dicionário de ensino de história**. Org. Marieta de Moraes Ferreira; Margarida Maria Dias de Oliveira. Ano 2019, p. 79-84.

CERRI, Luís Fernando. Didática da História: uma leitura teórica sobre história na prática. **Revista de História Regional**, v.15, n. 2, p. 264-278, 2010

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e Consciência histórica: implicações didáticas de discussão contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p.7128.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Lisboa: Ed. Estampa, 1998

_____, J. **A civilização do Ocidente Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995. v. 2. [original: 1964].

_____, J. **Por amor as cidades**. São Paulo: UNESP, 2001b. [original: 1997].

MONTEIRO, Ana Maria. A história ensinada: algumas configurações do saber escolar. **História e Ensino**, Londrina, v.9, p. 37-62, out. 2003.

RÜSEN, Jorn. Didática e funções do saber histórico. In: **História viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2007, p.85-133.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; GARCIA, Tânia M. F. Braga. A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História. **Cadernos CEDES (Impresso)**, Campinas, São Paulo, v. 67, n. 1, p. 297-308, 2005.